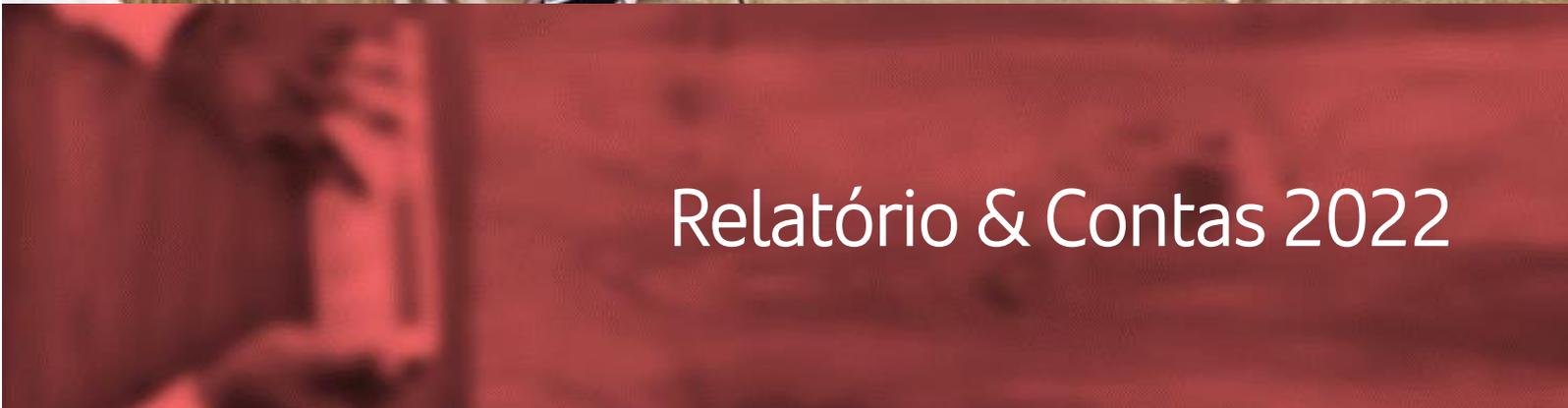




Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida S.A.



Relatório & Contas 2022



Relatório & Contas

2022

Santander Totta Seguros
Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Índice

Órgãos Sociais.....	5
Enquadramento Macroeconómico	6
Evolução do Setor Segurador em Portugal.....	20
Atividade da Santander Totta Seguros em 2022	26
Proposta de Aplicação de Resultados	46
Perspetivas e Desafios para 2023	47
Considerações Finais	48
Informações Complementares.....	49
Demonstrações Financeiras.....	50
Anexo às Demonstrações Financeiras	56
Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros	137
Certificação Legal de Contas.....	145
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	152
Relatório de Governo Societário	157

Ex.mos Senhores,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2022.

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral (triénio 2022-2024)

Presidente	António Maria Vieira de Castro Pinto Leite
Secretário	Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra

Conselho de Administração (triénio 2022-2024)

Presidente	Inês Oom Ferreira de Sousa
Vogais	Armindo Alberto Bordalo Escalda
	Francisco del Cura Ayuso
	Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins
	Manuela Vieira Marinho
	Paulo Alexandre Timóteo Dias

Conselho Fiscal (triénio 2021-2023)

Presidente	Afonso Pereira Barbosa
Vogais	José António Nogueira Veloso
	Jorge Filipe Alves Gaspar
Suplente	José Duarte Assunção Dias

Revisor Oficial de Contas (triénio 2021-2023)

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., lda. representada por Fernando Manuel Miguel Henriques

Secretário da Sociedade (triénio 2022-2024)

Efetivo	Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra
---------	--

Comissão de Vencimentos (triénio 2022-2024)

Presidente	Manuel António Amaral Franco Preto
Vogais	Sara Eusébio da Fonseca
	Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

O contexto global, em 2022, foi extremamente complexo, marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, e guerra subsequente, que amplificou os efeitos disruptivos sobre a oferta decorrentes do processo de recuperação mais rápida da procura global no pós-pandemia.

As ondas de choque causadas pelo início da guerra na Ucrânia, materializaram o segundo choque de oferta desde 2020, após a pandemia, e que se transmitiram por vários canais: (i) novas perturbações nas cadeias de logística e de valor globais, ao retirar a Ucrânia e a Rússia dos fluxos comerciais; e (ii) uma subida pronunciada dos preços das matérias-primas e da energia, decorrente da dependência energética, pela Europa.

A manutenção de uma política de “Covid zero” por parte da China em 2022, culminou numa aceleração pronunciada da inflação, para máximos de mais de três décadas, provocando, por sua vez, um duplo efeito: (i) uma intervenção musculada dos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa corrente, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Consequentemente, assistiu-se, a partir do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, materializada num progressivo abrandamento da atividade económica, e numa revisão em baixa das perspetivas de crescimento, para 2022 e, em especial, para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, ao longo do ano, foi progressivamente revendo em baixa as projeções de crescimento económico, em especial para o ano de 2023.

Apesar da deterioração das expectativas, a dinâmica de crescimento observada em 2022 revelou-se menos adversa face ao inicialmente esperado, prolongando a recuperação pós-pandémica, muito alavancada pela atividade turística, que reanimou muito mais rapidamente do que o previsto. A generalidade das economias recuperou, em 2022, os níveis de atividade observados no final de 2019, antes da pandemia.

Ao longo do ano, a maioria das economias foi diminuindo as restrições associadas ao controlo da pandemia, à medida que a incidência da doença Covid foi diminuindo. Já no final do ano, a China pôs termo à sua estratégia de “Covid zero”.

Na atualização de janeiro de 2023 do “*World Economic Outlook*” o Fundo Monetário Internacional reviu em alta ligeira as projeções económicas para o ano de 2023, incorporando o facto de as principais economias terem evitado uma contração da atividade no final de 2022, embora continuando a antecipar uma desaceleração da atividade face às taxas de crescimento observadas no ano anterior.

Crescimento Económico Mundial

	2021	2022E	2023P
Mundo	6,2	3,4	2,9
Países Avançados	5,4	2,7	1,2
EUA	5,9	2,0	1,4
UEM	5,3	3,5	0,7
Reino Unido	7,6	4,1	-0,6
Japão	2,1	1,4	1,8
Países em Desenvolvimento	6,7	3,9	4,0
África	4,7	3,8	3,8
Ásia	7,4	4,3	5,3
China	8,4	3,0	5,2
Europa de Leste	6,9	0,7	1,5
Médio Oriente	4,5	5,3	3,2
América Latina	7,0	3,9	1,8
Brasil	5,0	3,1	1,2

Fonte: FMI (janeiro de 2023)

Deste modo, o FMI estima que a economia mundial tenha crescido 3,4% em 2022, o que reflete uma revisão em alta de 0,2pp face à estimativa de outubro de 2022, e que foi transversal para as economias avançadas (crescimento de 2,7%) e emergentes (3,9%).

Nos EUA, o PIB cresceu 2,0%, em média anual, embora com um primeiro semestre particularmente fraco, com a economia a atravessar uma recessão técnica. No segundo semestre a atividade recuperou, apesar de a Reserva Federal ter acelerado o ritmo de subida das taxas de juro de referência.

A recessão técnica foi devida a fatores pontuais, fruto de um forte aumento das importações, no primeiro trimestre, e uma redução de existências, no segundo. Ao longo do ano, o consumo privado manteve-se resiliente, suportado por baixos níveis de desemprego e por aumentos salariais elevados, que contribuíram para a transmissão dos aumentos dos preços da energia às demais classes de serviços, reforçando a dinâmica inflacionista.

A taxa de desemprego permaneceu baixa ao longo de todo o ano, abaixo de 4%, apesar da pronunciada subida das taxas de juro de referência. Embora em moderação, a economia manteve ritmos sustentados de criação de emprego, por sua vez traduzidos em crescimento dos salários relativamente elevados.

Em resultado, a inflação acelerou de forma bastante pronunciada ao longo do ano, com uma variação média anual de 8,0%, a mais elevada desde 1981, com o contributo material da inflação subjacente (que exclui alimentação e energia), de 6,1%.

A Reserva Federal reagiu, acelerando o ritmo de subida das taxas de juro de referência, com duas subidas da principal taxa de referência (*Fed funds*) em 0,75%, igualmente o ritmo mais forte desde 1994, após o que moderou para 0,5% e, já em 2023, para 0,25%. No ano de 2022, a taxa dos *Fed funds* subiu, deste modo, em 4,5pp face ao final de 2021, alcançando os 4,75% no final do período em análise, a maior subida desde o início dos anos 80.

Na China, a manutenção, pelas autoridades, da política de "Covid zero", com confinamentos totais da população em grandes cidades, traduziu-se numa forte desaceleração da atividade. O PIB cresceu apenas 3,0%, abaixo da média global, e registando o ritmo mais lento em mais de quatro décadas.

Num contexto de desaceleração pronunciada da atividade, observando-se ainda tensões latentes no mercado imobiliário, o surgimento, no final do ano, de movimentos de contestação social nas maiores cidades levou as autoridades chinesas a levantar todas as restrições que tinham em vigor para o controlo da pandemia, o que, a prazo, deve contribuir para a normalização das cadeias logísticas.

No Japão, a atividade cresceu apenas 1,4% em 2022, com uma dinâmica intra-anual volátil, com dois trimestres negativos. O cenário inflacionista afetou também a economia, com os preços no consumidor a crescerem 2,5%, em 2022, o ritmo mais elevado em três décadas, revertendo a trajetória dos últimos anos, na qual a economia testava cenários deflacionistas. O Banco do Japão também reagiu, não alterando as taxas de juro de referência, mas revendo a sua política de aquisição de ativos.

No Reino Unido, a atividade também desacelerou, com o PIB a crescer 4,1% em 2022, alavancado pela recuperação pós-pandémica. Com um quadro político mais volátil, a liderança do Governo mudou duas vezes num curto espaço de tempo, com o plano orçamental expansionista do breve governo de Liz Truss a resultar na sua demissão, e o novo Governo a adotar um plano orientado para o controlo das contas públicas, cujos efeitos se farão sentir sobretudo no ano de 2023. Em 2022, foram também visíveis os impactos do *Brexit*, com a carga burocrática resultante a dificultar o comércio com a União Europeia, que continua a ser o principal parceiro comercial do país.

Também no Reino Unido, a inflação foi uma preocupação, com os preços no consumidor a crescerem 9,1%, em média anual, fruto da subida dos preços das matérias-primas e da energia, e associado a baixos níveis de desemprego, o que requereu uma intervenção igualmente musculada por parte do Banco de Inglaterra, que subiu as taxas em 3.75pp, para 4.0%, já considerando a subida ocorrida em fevereiro de 2023.

A economia da Zona Euro seguiu a tendência global, com uma progressiva desaceleração ao longo do ano, materializada num crescimento anual de 3,5%. Contudo, no 4.º trimestre, o PIB já só cresceu 0,1% em cadeia, embora evitando uma contração nos últimos meses do ano.

A zona euro foi a região mais diretamente atingida pela guerra na Ucrânia, considerando as maiores interligações com os dois países em conflito, a integração das cadeias de valor, e, em especial, a dependência energética face à Rússia, no que respeita a petróleo e gás natural. A Europa, em particular a Alemanha e demais países da Europa Central, tiveram de encontrar rapidamente fontes alternativas de energia, num contexto de subida acentuada dos preços. No final do ano, a dependência face à Rússia tinha sido eliminada.

O consumo privado, na zona euro, manteve-se dinâmico, num quadro de pleno emprego, o que, por sua vez, contribuiu para a negociação de aumentos salariais progressivos que, embora moderados, mitigaram parcialmente o efeito da subida da inflação.

Em 2022, a inflação na zona euro acelerou, para 8,4% em média anual, a taxa mais elevada em três décadas. A rápida evolução e o seu contágio, ainda que parcial aos salários, por sua vez materializada na aceleração da inflação subjacente para 4,2%, em média anual, levou o Banco Central Europeu a acelerar a normalização da política monetária, elevando a taxa de

refinanciamento para 3,0% e a taxa de depósito para 2,5%, já em fevereiro de 2023, ou seja, um aumento de 3,0pp face aos valores de final de 2021.

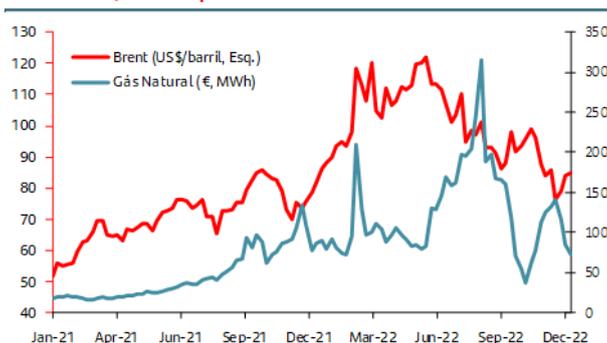
O mercado de trabalho permaneceu bastante dinâmico, e a taxa de desemprego desceu abaixo de 7%, um mínimo histórico para a região, auxiliando a mitigar parte dos efeitos da inflação sobre o poder de compra das famílias. Mas também gerou um aumento dos salários negociados, o que reforçou a necessidade de vigilância pelo BCE, no sentido de controlar o potencial surgimento de efeitos de segunda ordem.

2022	PIB	Inflação
UEM	3,5	8,4
Alemanha	1,8	8,7
França	2,6	5,9
Espanha	5,5	8,3
Itália	3,9	8,7

Fonte: CE (fevereiro 2023)

O ano de 2022 ficou indubitavelmente marcado pela agressão da Rússia à Ucrânia, trazendo, de novo, uma guerra explícita à Europa, e originando um segundo choque de oferta quando a economia mundial ainda não tinha recuperado plenamente da pandemia.

Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Gás Natural, em EUR por MWh



Fonte: Bloomberg

Como referido, os preços da energia e das matérias-primas subiram de forma pronunciada, com os preços do petróleo a atingirem máximos desde 2014, o gás natural na Europa a registar máximos absolutos e as demais matérias-primas não energéticas a prolongarem a dinâmica de preços elevados já iniciada em 2021.

Por outro lado, apesar da clara melhoria dos indicadores sanitários no quadro de pandemia, esta só ocorreu de forma mais visível a partir do verão, pelo que, durante uma parte significativa do ano, permaneceram as perturbações nas cadeias logísticas globais, até porque a China manteve, durante todo o ano, a sua política de “Covid zero”.

A conjugação de todos estes fatores (subida dos preços da energia, perturbações nas cadeias logísticas, e resiliência da atividade económica num quadro de pleno emprego) resultou numa acentuada aceleração dos preços, para máximos de três décadas, e com pressões de segunda ordem, fruto dos aumentos salariais.

Os **bancos centrais das principais economias desenvolvidas** reforçaram o foco no controlo da inflação, com a rápida reversão da política monetária expansionista que tinha sido prosseguida nos últimos anos.

Consequentemente, foi executada a mais rápida e mais pronunciada subida das taxas de juro de referência desde o início dos anos 80 do século passado (em termos da subida acumulada no horizonte de 12 meses).

Em acréscimo às consecutivas subidas das taxas de juro, já referidas, a **Reserva Federal dos EUA** iniciou o processo de redução do balanço, o chamado "*tapering*", a um ritmo programado mensal de 95 mil milhões de dólares, ao não substituir por novas aquisições os vencimentos que vão ocorrendo dos ativos em balanço. O balanço da Reserva Federal tinha atingido um máximo de aproximadamente 9 triliões de dólares, no primeiro semestre de 2022.

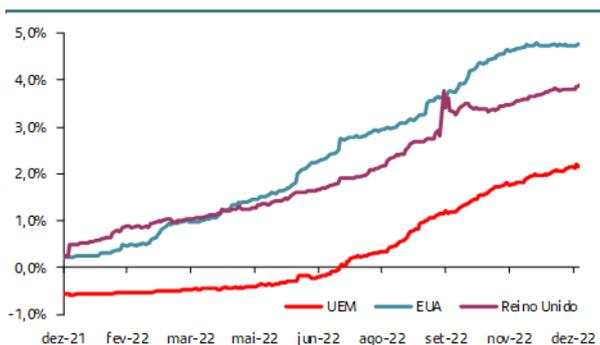
O **Banco Central Europeu**, em março de 2022, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, de forma faseada: começaria pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre; posteriormente concluiria o programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro de 2022, e só após essas duas fases iniciaria a subida das taxas de juro de referência.

Contudo, a mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 0,5%, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, pondo assim termo a um longo período (iniciado em 2014) de taxas de juro negativas. Em junho, o BCE havia sinalizado uma subida das taxas em 0,25%, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista, procurando evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Na reunião de fevereiro de 2023, o BCE discutiu os moldes em que se processará a redução dos ativos adquiridos no âmbito do programa de aquisição de ativos (APP), processo que se iniciaria a partir de março de 2023, a um ritmo médio de 15 mil milhões de euros mensais até ao fim do segundo trimestre de 2023, e com os ritmos subseqüentes a ficarem dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

A trajetória de subida das taxas de juro de curto prazo, para os níveis mais elevados desde 2008, caracterizou-se por uma dinâmica consistente, relativamente imune aos vários dados económicos menos positivos que foram divulgados, antes refletindo a consistência da mensagem transmitida pelos bancos centrais.

Taxas de Juro 3 Meses



Fonte: Bloomberg

Já a evolução das **taxas de juro de longo prazo** seguiu uma dinâmica diferenciada, com maior volatilidade intra-anual, associada à perceção de riscos para a atividade económica e possibilidade de os bancos centrais poderem inverter a política monetária, no final de 2023 ou durante o ano de 2024, situação aliás patente na forte inclinação negativa da curva de rendimentos. Por este motivo, embora a tendência fosse de subida, registaram-se vários momentos de correção ao longo do ano de 2022, posteriormente revertidos. Em 2022, a yield alemã a 10 anos subiu 2,7pp, tendo partido de níveis negativos no início do ano, enquanto a yield americana subiu 2,3pp.

Taxas de Juro 10 Anos



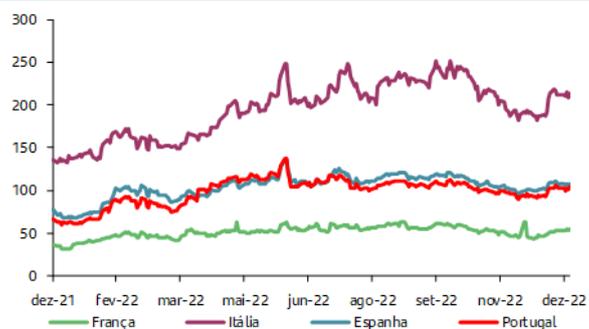
Fonte: Bloomberg

Os **diferenciais de taxas de juro soberanas** subiram no decurso do ano de 2022, acompanhando a subida das *yields*, mas também refletindo uma ligeira deterioração na avaliação da perceção de risco, associada à guerra na Ucrânia. Esta dinâmica, que foi transversal na zona euro, afetou mais a periferia e, em particular, a Itália, cujo spread face à Alemanha, para o prazo dos 10 anos, se agravou em mais de 1pp entre o final de 2021 e o final do primeiro semestre de 2022, ultrapassando os 250pb.

Considerando os riscos de emergência de um cenário de instabilidade nos mercados financeiros, em julho, o BCE anunciou a criação do “**Instrumento de Proteção da Transmissão (TPI)**”, ao abrigo do qual poderia intervir nos mercados de dívida pública, para combater “dinâmicas de mercado desordenadas e indesejadas” que resultassem numa deterioração das condições de financiamento de um país não justificadas pelos seus fundamentos económicos e que, por esse motivo,

prejudicasse a transmissão da política monetária. O programa depende de condições muito específicas, mas permitiu travar o agravamento de spreads que estava em curso.

**Diferenciais de taxas de juro de longo prazo
face Alemanha (pb)**



Fonte: Bloomberg

Em **Portugal**, a taxa de rendibilidade a 10 anos registou uma trajetória ascendente, em linha com a tendência anteriormente descrita. Ao longo do ano, a yield subiu 3,1pp, para 3,6%, no final de 2022, resultando num agravamento do spread face à yield alemã para o prazo dos 10 anos em 37pb, para 104pb. O nível mais elevado do spread, em 2022, foi observado em meados de junho, num movimento generalizado a nível europeu, tendo ultrapassado os 136pb (igualmente o nível mais elevado desde o início da pandemia, em 2020). A posterior “intervenção” do BCE, com o anúncio da criação do TPI, permitiu uma correção, com o estreitamento dos spreads até final do ano.

No **mercado cambial**, a dinâmica mais marcante durante o ano de 2022 foi a evolução do euro face ao dólar, que se caracterizou por uma depreciação continuada, tendo mesmo conduzido o seu valor abaixo da paridade em agosto (o que não ocorria desde 2002), situação que prevaleceu nos mercados até novembro, e apesar de o BCE estar a subir as taxas de juro de referência de forma mais agressiva. Após novembro, o euro apreciou, até 1,1 dólares.

A libra esterlina e o iene japonês, por seu lado, registaram uma depreciação ainda mais pronunciada face ao dólar, pelo que o euro se apreciou face a estas divisas. Apesar da significativa depreciação do euro face ao dólar (13% em 2022), a taxa de câmbio efetiva do euro registou uma apreciação de 0,9%, fruto da do comportamento positivo em 5,6% face à libra e em 7,9% face ao iene.

**Principais Taxas de Câmbio
(Dez-2021 = 100)**

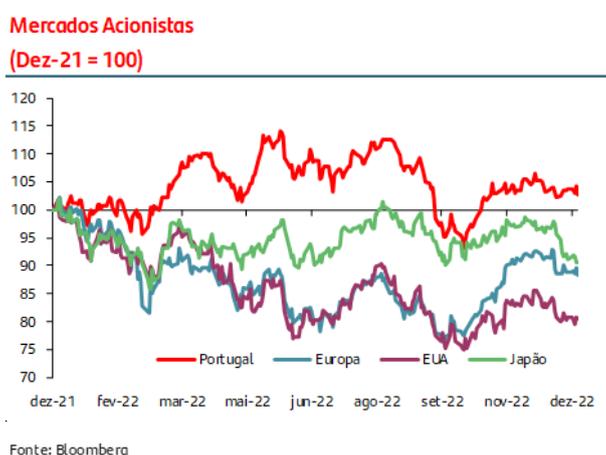


Fonte: BCE

Em termos de taxa de câmbio face ao dólar norte-americano, a **libra esterlina** retomou os mínimos desde meados dos anos 1980, já próximo da paridade, embora corrigindo no final do ano, para 0,83p por dólar. O **iene japonês**, por seu lado, retomou mínimos de 1990, ao cotar acima de 150 ienes por dólar em outubro, posteriormente corrigindo também para fechar 2022 nos 130 ienes.

Os **mercados acionistas** foram penalizados pelo contexto inflacionista e consequente subida das taxas de juro de referência, ao longo do ano de 2022. A tendência de desvalorização estava já em curso quando a Rússia invadiu a Ucrânia, o que conduziu a uma maior correção, por aversão ao risco, num quadro de elevada incerteza.

Ao longo do ano, a volatilidade foi elevada, fundamentalmente devido à evolução das expectativas quanto à atuação futura dos bancos centrais sobre as taxas de juro de referência. A sinalização, pelos principais bancos centrais, de que os riscos de inflação permanecem elevados e, por conseguinte, se materializem em taxas de juro mais elevadas durante mais tempo dominou os mercados acionistas, tendo estes registado uma desvalorização pronunciada dos principais índices (Eurostoxx: -11,7%; S&P500: -19,4%).



Portugal foi uma exceção, com o índice PSI a valorizar 2,8%, beneficiando do peso das empresas do setor energético. A maior valorização foi da Galp energia (+55,4%), seguida da Greenvolt (+25,6%), que beneficiou também de maior abertura do capital em bolsa. A EDP Renováveis, por seu lado, registou uma depreciação de 5,7%.

O **ouro** também se caracterizou por alguma volatilidade, não desempenhando plenamente o seu papel de ativo de refúgio num contexto de inflação elevada, embora fechando o ano acima dos 1 840 dólares por onça. Contudo, durante o verão, registou uma depreciação significativa, cotando abaixo dos 1 700 dólares, tendência revertida já mais perto do final do ano, quando as pressões inflacionistas voltaram a dominar as atenções.

Economia Portuguesa

Em 2022 a atividade económica cresceu 6,7%, num claro contexto de recuperação pós-pandémica, beneficiando de efeitos de base relacionados com os confinamentos em 2021 (o efeito de *carry over*¹ para 2022 foi de 3,9%), de que o forte crescimento em cadeia observado no 1.º trimestre foi exemplo (+2,4%).

A progressiva melhoria da situação sanitária associada à pandemia de Covid19 permitiu às autoridades levantarem a maioria das restrições à atividade durante o verão, o que também contribuiu para a reanimação da atividade.

Contudo, o ritmo de crescimento em cadeia foi relativamente moderado, em média de 0,3%, nos segundo, terceiro e quarto trimestre do ano, à medida que os efeitos da guerra na Ucrânia, da elevada inflação e da subida das taxas de juro de referência pelo BCE se foram transmitindo à economia.

De realçar que no 4.º trimestre de 2022 a economia cresceu 0,3% em cadeia (3,2% em termos homólogos), beneficiando do ritmo do consumo privado e do crescimento do investimento, parcialmente anulado pelo contributo das exportações líquidas. Apesar da desaceleração face ao trimestre anterior, a economia evidenciou uma apreciável resiliência, aliás em linha com as principais economias europeias, evitando uma contração no final do ano.

Todas as componentes da despesa contribuíram positivamente para o crescimento, tanto a procura interna, como a procura externa, numa dinâmica onde a recuperação pós-pandémica teve um contributo de relevo.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022E	2023P
PIB	5,5	6,7	0,4
Consumo Privado	4,7	5,7	1,1
Consumo Público	4,6	2,4	0,5
Investimento	10,1	2,7	1,2
Exportações	13,4	16,7	0,9
Importações	13,2	11,0	2,2
Inflação média	1,3	7,8	5,1
Desemprego	6,6	6,0	7,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-0,6	-0,9
Dívida pública (% do PIB)	125,5	113,8	110,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,5	-0,3	0,0

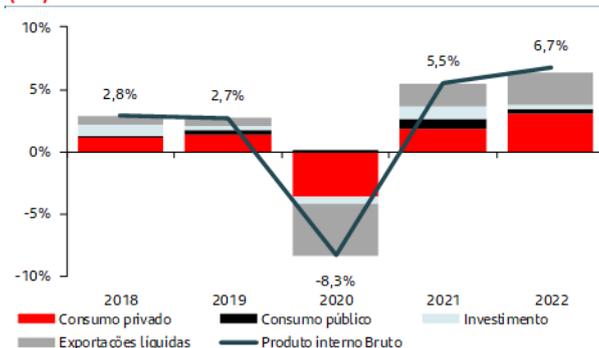
Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

Ao nível da **procura interna**, o levantamento das restrições associadas à pandemia permitiu uma aceleração do consumo privado, enquanto o contributo do **consumo público**, por seu lado, foi menor, devido à redução de gastos associados à pandemia, pois nos dois anos anteriores tinha ocorrido um elevado volume de despesa em materiais sanitários.

¹ Crescimento acumulado anual do PIB em 2022, assumindo que se manteria constante, durante todo o ano, no nível do 4T2021

Contributos para o Crescimento do PIB

(tvh)



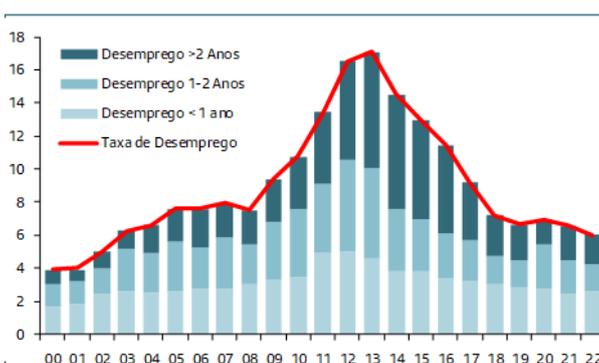
Fonte: INE

O **consumo privado** cresceu 5,7% em 2022, apoiado pela reabertura da economia, prolongando a recuperação iniciada logo em 2021, em especial ao nível da realização de despesa discricionária em bens e serviços não essenciais. Neste âmbito, destaque para a recuperação do turismo por residentes, que ultrapassou os anteriores máximos de 2019.

A composição da despesa das famílias sofreu uma alteração muito significativa, pois os gastos em alimentação reduziram-se face ao pico observado durante o confinamento, devido ao regresso ao trabalho presencial, por contrapartida do aumento da despesa em bens duradouros, por um lado, e em bens e serviços não alimentares, por outro.

O mercado de trabalho revelou-se bastante dinâmico, caracterizando-se pelos baixos níveis de desemprego, refletindo uma economia a operar no pleno emprego. Com efeito, a taxa de desemprego manteve-se abaixo de 7%, mas sem gerar aumentos salariais muito significativos.

Taxa de Desemprego (%)



Fonte: INE

Os preços no consumidor aceleraram rapidamente, com a inflação a alcançar 7,8% em média anual (o nível mais elevado desde o início dos anos 1990), gerando um maior crescimento da despesa, a preços correntes, face ao crescimento do rendimento, com conseqüente redução da taxa de poupança das famílias para 5,7% no 3.º trimestre (em média móvel de quatro trimestres), retomando os níveis pré-pandemia.

O **investimento** recuperou igualmente, com um crescimento anual de 2,7%, mas com algumas dinâmicas diferenciadas, entre as diferentes componentes, ao longo do ano. O investimento em equipamento de transporte, partindo de níveis elevados em 2019, não recuperou ainda

integralmente, ao contrário do que ocorreu nos demais tipos de despesa de capital. Ao nível da construção, assistiu-se a uma moderação no segundo semestre de 2022, o que contrasta com o comportamento observado durante o período de pandemia, em que a construção tinha sido uma das poucas atividades que não tinham parado.

De referir ainda que este comportamento, ao nível da construção, está alinhado, por um lado, com o fraco ritmo de construção de novos fogos para habitação, que permanecem em níveis historicamente baixos e, por outro lado, com o atraso na execução do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), cujos pagamentos (a meados de fevereiro de 2023) não chegavam a 9% do envelope financeiro total.

As **exportações** de bens e serviços cresceram 16,7% em 2022, com uma recuperação sustentada dos serviços, beneficiando da recuperação do turismo. Embora o número de hóspedes não residentes não tivesse ainda recuperado o anterior pico registado em 2019, o setor conseguiu ajustar os preços em alta, reposicionando a atividade, tendo registado, como tal, um máximo ao nível dos proveitos. O contexto de guerra na Europa também favoreceu a atratividade da oferta nacional, com o setor a beneficiar ainda do crescimento dos visitantes dos EUA (potenciado pela apreciação do dólar face ao euro).

As exportações de bens cresceram igualmente de forma sustentada, atingindo um novo máximo histórico. A normalização nas cadeias de valor globais permitiu a recuperação da atividade no setor automóvel, mas todos os setores, de um modo geral, registaram um aumento do volume de vendas ao exterior. O quadro de guerra em curso na Ucrânia permitiu também que empresas portuguesas, em determinados setores, não estando dependentes de cadeias logísticas afetadas pelo conflito, substituíssem a oferta de outros concorrentes.

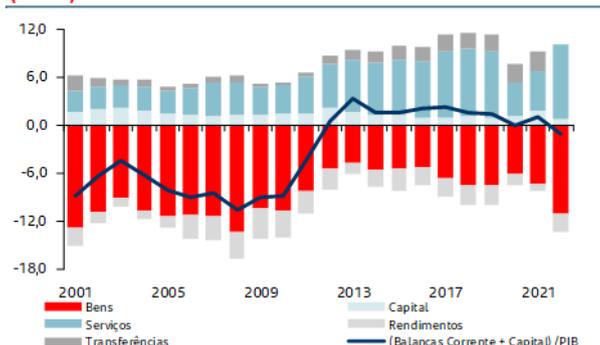
As **importações** de bens cresceram, embora de forma mais moderada do que em 2021 (11,0% vs 13,4%, respetivamente), com o efeito preço a traduzir-se numa moderação das compras, em volume.

Os efeitos preço, decorrentes da subida dos preços da energia e das matérias-primas, tiveram um importante impacto sobre a **balança de bens**, o que, conjugado com um crescimento em volume das compras ao exterior, contribuiu para uma deterioração do défice para 11% do PIB. Este efeito foi compensado pela forte recuperação da **balança de serviços**, associada à reanimação do turismo.

A **balança de capital**, que reflete sobretudo os fundos europeus, permaneceu excedentária, embora abaixo do observado em 2021, quando tinha ocorrido a 1.ª grande transferência de fundos associados ao PRR. Por seu lado, o saldo da **balança de rendimentos** agravou o défice, refletindo o impacto da subida das taxas de juro, ocorrido ao longo do ano, sobre o pagamento de juros da dívida, pública, mas também privada, ao exterior, partindo de níveis mínimos de taxas de juro no ano anterior.

Em resultado, o **saldo da balança corrente e de capital** registou um défice de cerca de 0,3% do PIB.

Balança Corrente e de Capital (% PIB)

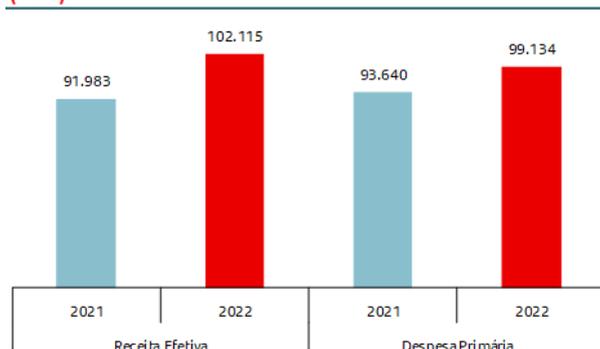


Fonte: Banco de Portugal, INE

As **finanças públicas** beneficiaram do **forte crescimento nominal da atividade**, em 2022 (o PIB nominal cresceu 10,9%). O saldo orçamental registou um défice menor do que o estimado (de 0,6% do PIB face à meta orçamental de um défice de 1,9%), beneficiando de um maior crescimento da receita fiscal. Ao nível dos impostos diretos, destaca-se a receita de IRC (+43,9% em termos homólogos), pela recuperação da margem das empresas. Ao nível dos impostos indiretos, destaque para o IVA (+18,8% face a 2021).

A despesa cresceu, abaixo da receita, fruto do controlo relativo da despesa com pessoal (a massa salarial cresceu apenas 3,0%, com aumentos salariais de 0,9% e o restante a resultar do descongelamento de carreiras). Os encargos com o serviço da dívida diminuíram, apesar da subida das taxas de juro de mercado, porque o impacto desta alteração esteve concentrado na segunda metade do ano, e porque as Obrigações do Tesouro que venceram tinham uma taxa de cupão superior às *yields* de mercado observadas em 2022.

Receita Efetiva e Despesa Primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

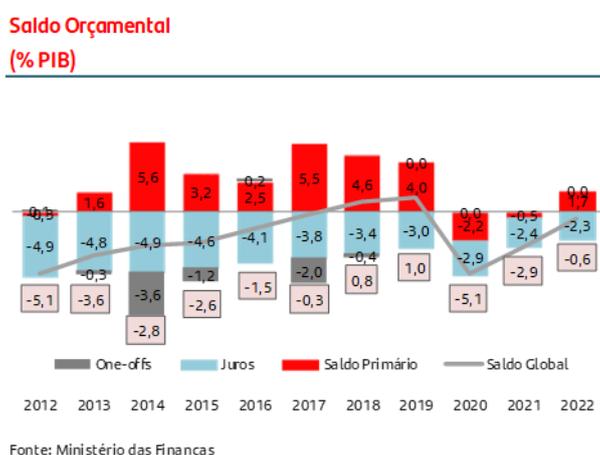
No quadro do plano de financiamento do Tesouro, em 2022, destaque para o forte afluxo de poupança dos particulares para os Certificados de Aforro, que registaram subscrições líquidas de mais de 7 mil milhões de euros, beneficiando de uma maior remuneração, que está associada à taxa de juro Euribor 3 meses.

Não obstante, parte desses fundos foram provenientes do vencimento de outros produtos de aforro de retalho do Tesouro, como os Certificados de Poupança e as OTRV, gerando assim um financiamento líquido de mil milhões de euros. O restante financiamento ocorreu com

instrumentos de mercado, com destaque para as OT's. Estas emissões continuaram a contribuir para manter a maturidade média da dívida pública e, simultaneamente, reduzir o seu custo médio (em 0,1pp face a 2021, para 1,8%).

Em termos relativos, a dívida pública voltou a reduzir-se, beneficiando do maior crescimento do PIB nominal. No final de 2022, a dívida pública atingiu os 113,8% do PIB, traduzindo-se numa redução de quase 12pp face a 2021, e no menor rácio da dívida pública desde 2010. Esta redução é importante, em especial quando o BCE já comunicou a intenção de reduzir progressivamente a sua carteira de dívida pública, adquirida ao abrigo dos vários programas de *quantitative easing* executados na última década.

O **rácio global de endividamento** da economia portuguesa situou-se próximo dos 300% do PIB (-26pp face a 2021), com o setor privado empresarial a situar-se nos 122%(-9pp) e as famílias nos 64% do PIB (-4pp), claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.



O **setor bancário português** registou um mais lento crescimento do crédito, numa dinâmica mais perceptível no segundo semestre do ano, enquanto os depósitos continuaram a crescer, embora também progressivamente de forma mais lenta no segundo semestre do ano.

Com efeito, o crédito ao setor privado cresceu apenas 1,6% em 2022, suportado por um crescimento do crédito hipotecário em 2,8%. O crédito a empresas começou a reduzir-se, no último trimestre do ano, no contexto da subida das taxas de juro, tendo no final do ano registado uma contração de 0,2% face ao *stock* disponível no final de 2021.

Ao nível dos recursos de clientes, os depósitos cresceram 6,2% em 2022, de forma relativamente generalizada entre setores. Ao nível dos particulares, o contexto mais volátil nos mercados financeiros traduziu-se numa redução das aplicações em fundos de investimento e em seguros financeiros.

Apesar deste contexto de elevada incerteza e de riscos adversos, a qualidade creditícia não se deteriorou, com o rácio de NPL a situar-se em 3,2% no final do terceiro trimestre (-0,5pp face ao final de 2021), com uma cobertura por imparidades de 53,6%.

Em termos de rentabilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2021 (+0,2pp, para 0,7%), enquanto a rentabilidade dos capitais próprios aumentou para 8,3% (+2,9pp face ao final de 2021).

A resiliência da economia e a boa execução orçamental permitiram uma melhoria na notação de risco da República atribuída pelas agências, em um *notch*, para BBB+ pela S&P e Fitch, e A (*low*) pela DBRS. A Moodys já tinha revisto a notação em 2021, para Baa2.

Evolução do Setor Segurador em Portugal

O ano 2022 manteve a imprevisibilidade demonstrada nos anos anteriores, com o processo de recuperação económica global num contexto de pós-pandemia (Covid-19) a ser comprometido pelo início da guerra na Ucrânia, em fevereiro de 2022. Este conflito teve impactos significativos no setor energético e das matérias primas, causando o aumento substancial da inflação e prejudicando o crescimento económico.

Ao nível do setor segurador, apesar deste cenário de subida de taxas de juro poder ser favorável para alguns modelos de negócio, o aumento dos custos de sinistros no segmento Não-Vida em consequência do aumento da inflação influenciou a rentabilidade deste ramo. Em relação ao segmento Vida, com o aumento da taxa de inflação, verificou-se o aumento de resgates nestes produtos, bem como a quebra da taxa de poupança das famílias.

De acordo com os dados provisórios publicados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) relativos aos Prémios de Seguro Direto, no ano de 2022, o volume da produção em Portugal foi de quase 12,1 mil milhões de euros, refletindo um decréscimo de 9,7% face ao ano transato.

No segmento Vida, contrariamente ao verificado no ano anterior, observou-se uma redução na produção em relação a 2021 (-22,1%), totalizando 6 mil milhões de euros em prémios emitidos. Esta tendência deriva essencialmente, da redução de 33,5% nos produtos ligados a fundos de investimento. Contribuiu para este desempenho o contexto de elevada incerteza e volatilidade nos mercados financeiros, gerando uma redução da procura por soluções de investimento e poupança sem garantia de capital. Quanto aos seguros de Vida, apesar de demonstrarem um decréscimo inferior (-4,3%), também deram o seu contributo negativo para o desempenho global do segmento Vida.

O segmento Não Vida, manteve a tendência positiva observada nos últimos anos, registando um aumento de 7,4% (acima dos 400 milhões de euros), sendo esse crescimento verificado em todas as linhas de negócio.

A produção do ramo "Doença" continua a demonstrar uma performance positiva, com uma produção a rondar os 1,16 mil milhões de euros, representando um crescimento de 11,9% face a 2021. Este ramo tem beneficiado da contínua deterioração do SNS e da introdução do seguro de saúde como uma opção de benefício aos colaboradores no âmbito das políticas de remuneração das empresas. Em relação às restantes linhas de negócio, de salientar os crescimentos homólogos das linhas de negócio com mais peso no mercado: "Incêndio e Outros Danos" (7,3%); Acidentes de Trabalho (6,4%); e Automóvel (3,8%).

Por outro lado, em 2022 os custos com sinistros para o total dos ramos Não Vida cresceram 4,9%, uma evolução consistente com o aumento da sinistralidade e da inflação. Com o maior contributo para esta evolução estão os ramos de "Doença" (+11,5%) - para além da inflação, a evolução observada continuará a ser resultado da recuperação de consultas e exames adiados por força da

pandemia e do acréscimo de custos resultantes de uma deteção menos precoce de certas patologias, “Incêndio e Outros Danos” (+11,1%) - cujo crescimento dos custos, resultou em parte do evento das inundações de dezembro, e “Auto” (+7,9%) - fundamentalmente explicado pelo aumento do custo médio por sinistro. Em contraciclo, destaca-se a redução de custos com sinistros no ramo de “Acidentes de Trabalho” (-13,6%) face a 2021.

Produção de Seguro Direto em Portugal por Ramos

<i>(em milhões de euros)</i>	2018	2019	2020	2021	2022	Δ	Peso
Vida	8 123	6 994	4 585	7 728	6 020	-22,1%	49,9%
<i>Peso de Vida no total da produção do mercado</i>	62,7%	57,3%	46,1%	57,9%	49,9%		
Seguro de Vida	6 355	5 285	2 675	3 016	2 887	-4,3%	
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	1 767	1 704	1 910	4 711	3 133	-33,5%	
Operações de Capitalização	1	5	0	1	0	-100,0%	
Não Vida	4 825	5 209	5 366	5 622	6 038	+7,4%	50,1%
<i>Peso de Não Vida no total da produção do mercado</i>	37,3%	42,7%	53,9%	42,1%	50,1%		
Acidentes e Doença	1 789	1 962	2 028	2 184	2 387	+9,3%	
Acidentes de trabalho	801	895	905	965	1 027	+6,4%	
Doença	807	876	951	1 034	1 156	+11,9%	
Acidentes (outros)	182	191	172	185	204	+10,2%	
Incêndio e Outros Danos	848	906	946	1 000	1 073	+7,3%	
Automóvel	1 719	1 838	1 873	1 894	1 966	+3,8%	
Marítimo e Transportes	25	27	25	28	31	+7,9%	
Aéreo	7	9	10	10	11	+8,3%	
Mercadorias Transportadas	21	21	19	20	22	+11,4%	
Responsabilidade Civil Geral	131	143	148	164	182	+10,6%	
Diversos	284	304	315	321	366	+14,0%	
Total	12 948	12 203	9 951	13 350	12 057	-9,7%	

Fonte: Relatório de Evolução da Atividade Seguradora Quarto Trimestre 2022; Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Observando a produção Vida, publicada pela Associação Portuguesa de Seguradores, detalhada entre seguros de Vida-Risco e seguros financeiros (*unit-linked* e não *unit-linked*), destaca-se o crescimento dos produtos de Vida Risco em 1,4% face a 2021, o que totaliza mil milhões de euros em produção. A suportar o decréscimo global do segmento Vida, encontram-se os produtos financeiros *unit-linked* (-32,9%) e os produtos financeiros não *unit-linked* (-9,9%), estes últimos com uma queda menos acentuada, por estarem associados a produtos que tipicamente oferecem garantias de rendimento e/ou capital, atingindo um volume de produção de 3,1 mil milhões de euros e 1,8 mil milhões de euros, respetivamente.

Os Planos Poupança Reforma (PPR) registaram uma redução de 25,1%, comparando com o ano transato, mas sem alterações do seu peso na estrutura do segmento Vida, representando quase 24% da produção total.

Produção de Seguro Direto em Portugal por Produto

<i>(em milhões de euros)</i>	2018	2019	2020	2021	2022
Risco Vida	980	983	994	1 028	1 042
<i>Variação YOY</i>	+2,3%	+0,4%	+1,1%	+3,4%	+1,4%
Seguros não <i>unit-linked</i>	5 305	4 240	1 616	1 968	1 772
<i>Variação YOY</i>	+35,9%	-20,1%	-61,9%	+21,7%	-9,9%
Seguros <i>unit-linked</i>	1 772	1 705	1 910	4 664	3 129
<i>Variação YOY</i>	-18,2%	-3,8%	+12,0%	+144,2%	-32,9%
Total	8 057	6 929	4 520	7 660	5 943
<i>Variação YOY</i>	+14,7%	-14,0%	-34,8%	+69,5%	-22,4%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

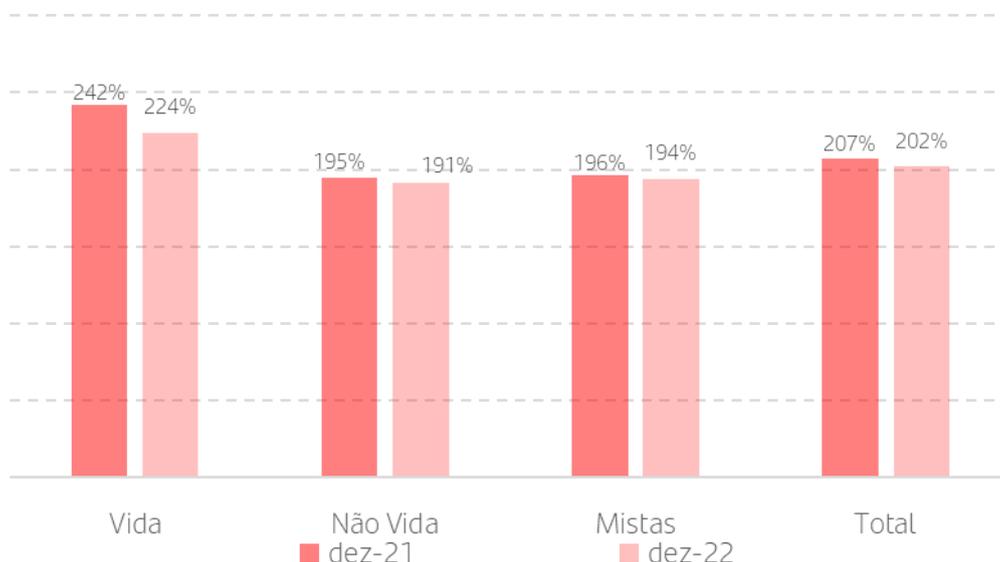
Segundo o relatório “Prémios de Seguro Direto da Atividade Seguradora - 2022” publicado pela ASF em janeiro 2023 (com valores provisórios de produção), a STS mantém o 4º lugar no ranking de Produção de Seguro Direto do Mercado - Atividade em Portugal e Estrangeiro Vida com uma quota de 4,9% (-3,4pp face a 2021), sendo que no segmento de Vida Ligados em atividade em Portugal onde se pretende posicionar, mantém também o 4º lugar do ranking com uma produção acumulada em 2022 de 213,3 milhões de euros e uma quota de quase 7% (549,8 milhões de euros de produção e 11,8% de quota em 2021).

No final de 2022, o valor das Carteiras de Investimento das empresas de seguros totalizou 50,2 mil milhões de euros, observando-se uma redução de 2,2% relativamente ao ano anterior essencialmente resultante do decréscimo do valor das obrigações de dívida privada e dos fundos de investimento. Os instrumentos de dívida predominam na composição da carteira de Investimento com um peso de 63% face ao total dos ativos, com as Obrigações de dívida pública a atingirem 19 mil milhões de euros e as Obrigações de entidades privadas a totalizarem 12,4 mil milhões de euros. Os Fundos de investimento representam 20,3% da carteira (21,8% em 2021), com um total de 10,2 mil milhões de euros.

O volume de Provisões Técnicas atingiu os 42,86 mil milhões de euros, tendo sido observado um ligeiro decréscimo de 0,2% face ao final de 2021. As Provisões Técnicas afetas a seguros PPR totalizaram cerca de 15,7 mil milhões de euros, correspondendo a uma diminuição de 3,4% em relação ao período homólogo.

O rácio de cobertura do Requisito de Capital de Solvência (SCR) total situou-se nos 202%, representando uma diminuição de 5% face ao período homólogo. Com a mesma tendência, o ramo Vida totalizou 224%, equivalente a uma redução de 18 pontos percentuais face a 2021.

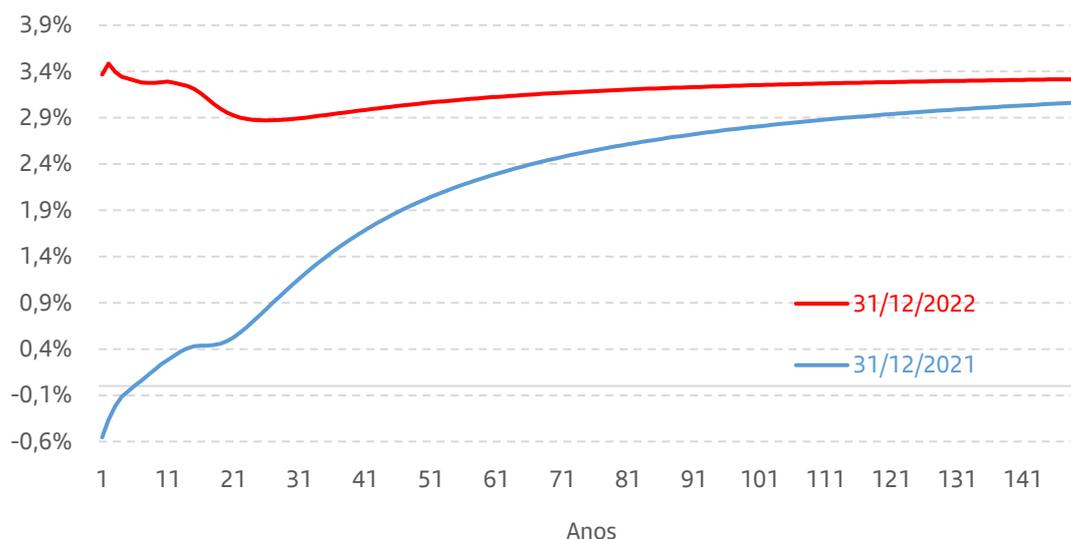
Evolução do rácio de cobertura do SCR por Fundos Próprio do mercado



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)

A destacar o significativo aumento da estrutura temporal de taxas de juro sem risco (RFR), quando comparado com 31 de dezembro de 2021, conforme ilustrado no gráfico seguinte.

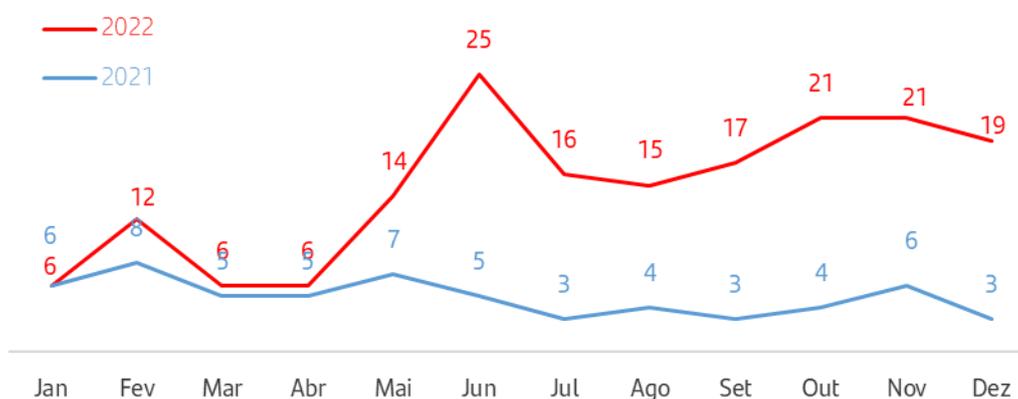
Evolução da Taxa de Juro sem Risco com Ajustamento de Volatilidade



Fonte: Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA)

Observou-se ainda um claro aumento do valor do ajuste de volatilidade em 2022, com valores muito voláteis no primeiro semestre de 2022 atingindo o seu auge máximo em junho. Entre julho e dezembro 2022 os valores mantiveram-se mais estáveis embora bastante acima do verificado em 2021.

Evolução do Ajustamento de Volatilidade em 2022



Fonte: Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA)

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa referir que, tratando-se do sétimo ano desde a entrada em vigor do regime de Solvência II, foi possível verificar melhorias, quer ao nível do processo de certificação anual e da articulação entre o Revisor Oficial de Contas e o Atuário Responsável, quer ao nível do cumprimento dos requisitos de reporte e da qualidade da informação reportada. Está atualmente em curso um processo de análise e negociação entre a Comissão, o Parlamento Europeu e o Conselho relativamente às propostas apresentadas pela Comissão Europeia – em setembro de 2021 – para revisão do regime Solvência II. Esta revisão poderá introduzir um conjunto de melhorias no regime prudencial aplicável às empresas de seguros, nomeadamente alterações tendentes à redução da volatilidade artificial embutida no regime e à redução dos requisitos de capital excessivos, em particular no que respeita ao negócio de longo prazo.

Tendo em conta a entrada em vigor da IFRS 17 – Contratos de Seguros a 1 de janeiro de 2023, o ano de 2022 foi muito exigente ao nível de desenvolvimentos associados a esta nova norma que introduz uma profunda mudança na contabilização das demonstrações financeiras das empresas de seguros. A mensuração das responsabilidades dos contratos de seguro com novas regras, traz maior exigência e complexidade.

A IFRS 17, publicada a 18 de maio de 2017 pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), substituiu a IFRS 4 e cobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. A nova norma pretende trazer aos investidores e outros *stakeholders* uma maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros.

Na perspectiva regulatória, a proteção do consumidor e o sistema de governação das empresas de seguros e resseguros prevaleceu no centro das medidas adotadas em 2022. Neste âmbito, destacam-se:

A Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o regime geral de proteção de denunciante de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União;

A Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, relativa ao sistema de governação das empresas de seguros e de resseguros;

A Norma Regulamentar n.º 6/2022-R, de 7 de junho, relativa à Segurança e governação das tecnologias da informação e comunicação e Subcontratação a prestadores de serviços de computação em nuvem;

A Norma Regulamentar n.º 7/2022-R, relativa à conduta de mercado e ao tratamento de reclamações pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), que estabelece as regras gerais a observar pelas empresas de seguros no seu relacionamento com os tomadores de seguros, segurados, beneficiários e terceiros lesados, e pelas entidades gestoras de fundos de pensões no seu relacionamento com os associados, participantes, contribuintes e beneficiários, definindo ainda o procedimento de tratamento das reclamações apresentadas à ASF contra entidades supervisionadas;

Embora o SFDR (Regulamento de Divulgação de Informação Financeira Sustentável) tenha entrado formalmente em vigor em março de 2021, só em 2022 é que a Comissão Europeia adotou as Normas Técnicas de Regulamentação (RTS) nele previstas. Ainda dentro da mesma temática da sustentabilidade, a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) emitiu uma Nota Orientadora relativa à integração das preferências de sustentabilidade do consumidor na avaliação de adequação ao abrigo da Diretiva da Distribuição de Seguros.

Finalmente a Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro que, de entre as diversas matérias reguladas, estabelece um regime excecional de resgate de planos de poupança.

O ano de 2023 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, dando continuidade a práticas que permitam torná-lo mais rigoroso e transparente, quer na resposta ao supervisor, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral. A par da implementação e operacionalização de exigentes requisitos legais e regulamentares, identifica-se, na sociedade em geral, uma crescente preocupação com os riscos cibernéticos e com a segurança da informação, tema que será também um dos focos no futuro próximo do setor.

Atividade da Santander Totta Seguros em 2022

Introdução

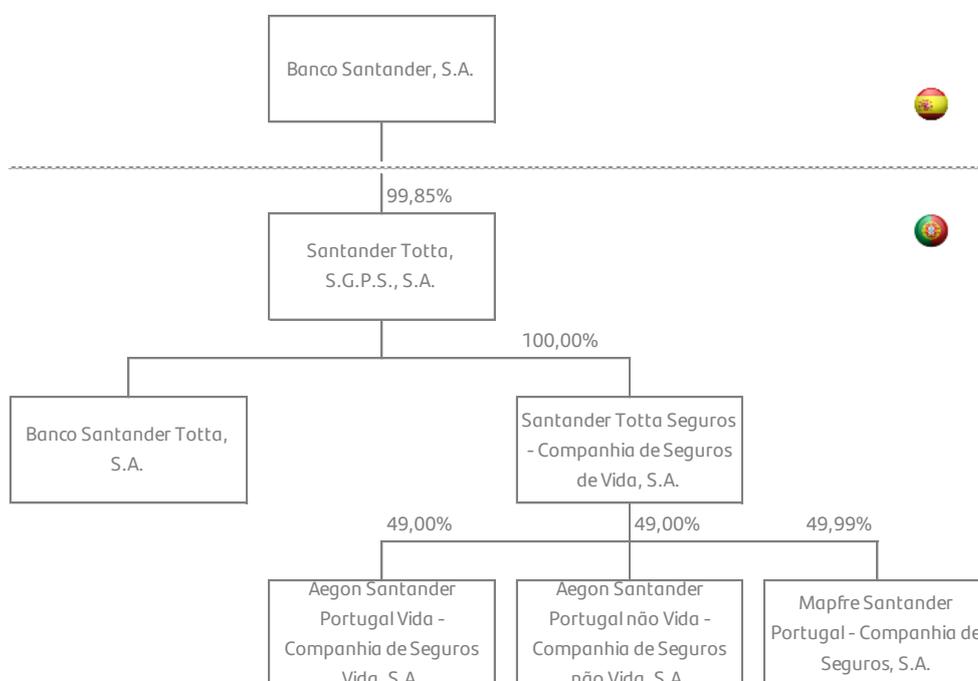
A Santander Totta Seguros foi constituída a 19 de março de 2001, e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do Ramo Vida, para a qual tem a devida autorização da ASF. Em 2007, a Sociedade obteve autorização para operar no Ramo Não Vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de janeiro de 2015. A Santander Totta Seguros encontra-se sediada na Rua da Mesquita, n.º 6 - Torre A - 2º andar, em Lisboa.

O Capital Social da Santander Totta Seguros é detido na totalidade pela sociedade Santander Totta SGPS S.A., a qual é diretamente dominada pelo Banco Santander, S.A., que nela detém uma percentagem de 99,85%.

As ações representativas do Capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros. Não há, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, não existem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

A Santander Totta Seguros detém participações em outras 3 seguradoras: a Aegon Santander Vida e Aegon Santander Não Vida ambas detidas a 49% e a Mapfre Santander, detida a 49,99%.

Estrutura de Participações Financeiras a 31 de dezembro de 2022



A 19 de julho de 2012, foi celebrado um acordo de resseguro (“Sella”) com a Abbey Life Assurance filial do Deutsche Bank. No âmbito do acordo, a Santander Totta Seguros cedeu 100% do risco da carteira Vida em vigor a 30 de junho de 2012. O Sella produziu efeitos económicos a 1 de abril de 2012, não ocorrendo qualquer alteração da relação comercial com os clientes, nem nos produtos contratados. Associado a este Tratado de Resseguro, existe um acordo de retrocessão, por parte da Abbey Life, a 100% com a Canada Life.

No final de 2014, e no âmbito da parceria e aliança estratégica existente entre o Grupo Santander e a Aegon Spain Holding B.V., a Santander Totta Seguros recebeu autorização da ASF para a constituição de duas seguradoras: Aegon Santander Vida e Aegon Santander Não Vida. Neste contexto, no final de 2014 a Santander Totta Seguros vendeu 51% de cada uma das seguradoras ao Grupo Aegon.

A Aegon Santander Vida e a Aegon Santander Não Vida são Sociedades anónimas constituídas ambas a 16 de dezembro de 2014, tendo a primeira como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Vida e a segunda como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Não Vida. Ambas as empresas têm a sua sede social na Rua da Mesquita, n.º 6 - Torre A - 2º andar, em Lisboa.

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros incorporou por fusão a Eurovida, com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Eurovida. Desta forma, a Santander Totta Seguros recebeu a atividade de gestão de Fundos de Pensões e passou a deter 100% da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. sociedade anónima constituída em 30 de agosto de 2006 com o objeto exclusivo do exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Não Vida.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a Aegon Spain Holding B.V., e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se durante o ano de 2018 à negociação da venda do ramo autónomo de negócio Vida Risco da Eurovida, à Aegon Santander Vida, e da venda do ramo autónomo de negócio de seguros do Ramo Não Vida da Popular Seguros (totalmente detida pela Santander Totta Seguros), à Aegon Santander Não Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (*Alliance and Shareholders Agreement*) assinado com a Aegon Spain Holding B.V., em 2014.

Assim, no dia 21 de dezembro de 2018, a Santander Totta Seguros assinou adendas aos contratos existentes. O *closing* (execução dos contratos) das operações ocorreu ainda durante o ano de 2019 com a migração das apólices vendidas da plataforma tecnológica da ex-Eurovida e Popular Seguros para a plataforma tecnológica da Aegon Santander Portugal Vida e não Vida, respetivamente.

No dia 13 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da ASF deliberou não se opor à aquisição, pela Mapfre Seguros Gerais, da participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A., e autorizou a transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida.

Assim, a 14 de outubro de 2020, decorrente da *joint-venture* criada entre a Seguradora Mapfre Seguros e o Grupo Santander, a Mapfre Seguros Gerais, S.A. passou a deter uma participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., mantendo a Santander Totta Seguros, a propriedade do capital social remanescente, i.e. de 49,99%. Nesse mesmo dia foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A, para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A. (“Mapfre Santander”). A Mapfre Santander tem a sua sede na Rua Doutor António Loureiro Borges nº 9-9ª 8 Edifício Zenith Arquiparque em Algés.

Enquanto grupo segurador, a Santander Totta Seguros continua a desenvolver toda a gama de produtos de Risco Vida e não Vida, orientada a complementar a oferta de seguros do seu mediador Banco Santander Totta, através das suas 3 participadas e com parcerias com entidades estratégicas com expertise nestes negócios.

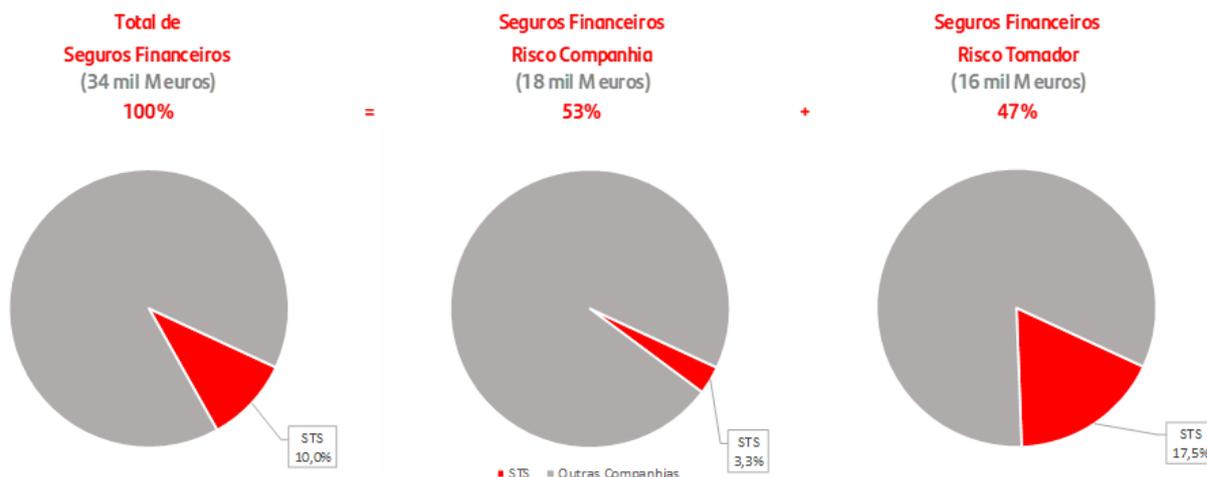
A construção das parcerias anteriormente referidas e a opção pelo desenvolvimento dos negócios de Risco Vida e não Vida através das suas participadas em conjunto com um parceiro estratégico de seguros, levaram à redefinição da estratégia individual da Santander Totta Seguros.

Individualmente, a companhia concentra a sua atividade no desenvolvimento, alargamento e diversificação da sua oferta de produtos orientada à satisfação das necessidades de poupança a médio e longo prazo e da reforma, complementada com um conjunto de coberturas adicionais que aumentam o valor acrescentado e percebido da sua oferta, e de planeamento financeiros das famílias e empresas, dotando o seu mediador Banco Santander em Portugal de uma oferta universal e competitiva nesta gama de produtos.

A Santander Totta Seguros mantém ainda uma carteira de Vida Risco que se encontra sem nova produção, dada a alteração do perímetro de atuação ocorrida em 31 de dezembro de 2014, após transferência para a Aegon Santander Vida, à luz da parceria com a Aegon, da carteira subscrita a partir de 1 de julho 2012 e do novo negócio de Vida Risco distribuído nas redes do Banco Santander Totta.

Atividade Comercial

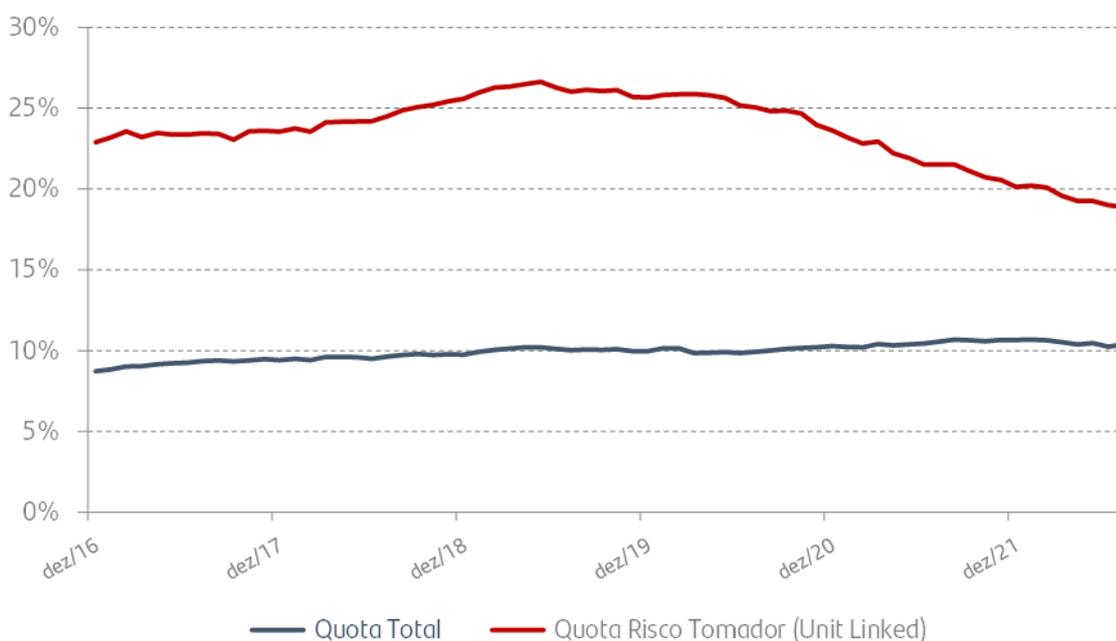
Em 2022, e enquadrado na estratégia da Santander Totta Seguros, manteve-se o foco em Seguros Financeiros, essencialmente nos contratos de investimento (*unit-linked* / risco tomador), dando continuidade à consolidação a níveis elevados da quota de mercado neste segmento específico de seguros e mantendo um posicionamento destacado face à concorrência, especialmente se tomarmos em conta o cenário de taxas de juro muito baixas, que prevaleceu até ao final de 2021 e a forte reversão das mesmas ocorrida durante o ano de 2022.



Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

A quota de mercado total de Seguros Financeiros atingiu, no fim de 2022, 10% (10,7% em 2021), com a particularidade de se centrar na família de produtos de maior valor acrescentado para os clientes no longo prazo e menos onerosos para a companhia em termos de custo de capital. Nos Seguros Financeiros Risco Tomador a Santander Totta Seguros termina o ano com uma quota de 17,5% que compara com 20,1% no final de 2021.

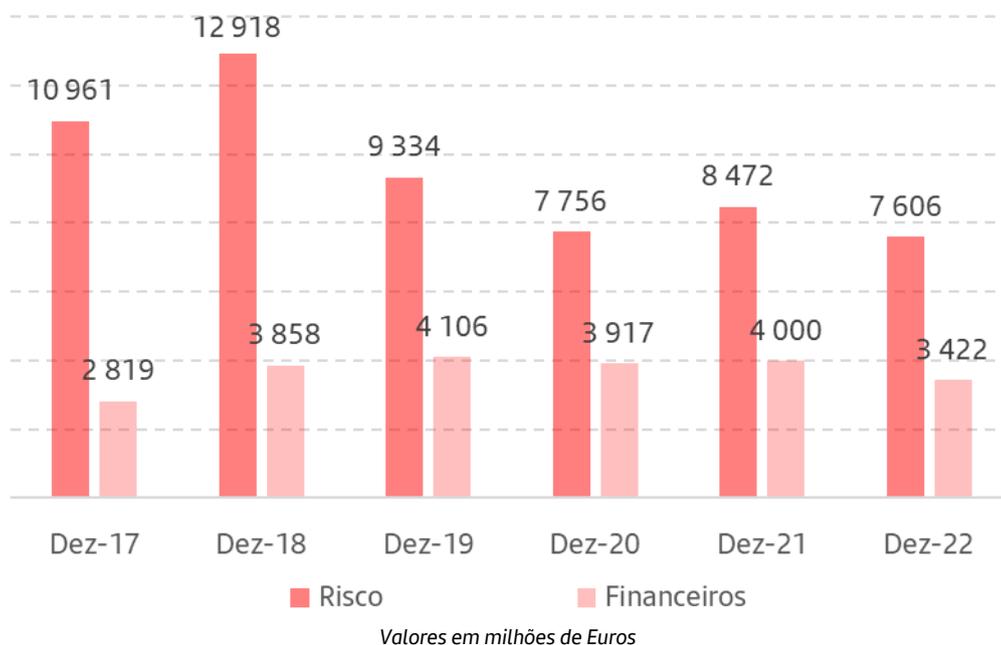
Evolução da Quota de Mercado em Provisões Matemáticas de Seguros Financeiros



Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

Os Capitais Seguros de seguros financeiros caíram 14,4% em relação a 2021, enquanto que, os capitais seguros da carteira de Risco Vida se contraíram 10,2% ao longo do ano 2022 por continuação do efeito do *run-off* da carteira de Risco Vida.

Evolução dos Capitais Seguros de Vida Risco e Financeiros



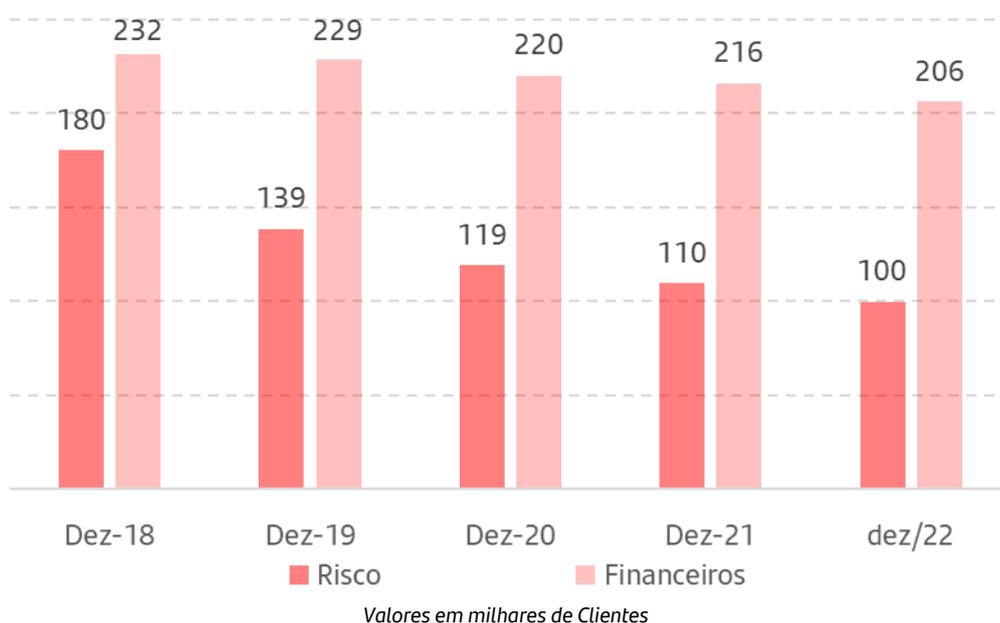
O decréscimo dos Capitais de Seguros Financeiros e das quotas de mercado, deve-se a três vetores principais, sendo o primeiro a queda de valor de mercado dos ativos que compõem os fundos autónomos, num ano atípico em que as classes de ativos principais tiveram performance muito negativa. Relacionado com o fator anterior, a incerteza na evolução dos mercados, a subida da inflação e o escalar do conflito na Ucrânia provocaram um posicionamento mais cauteloso dos investidores com saídas líquidas em produtos de *mass-market*, embora menos acentuadas do que as verificadas em outros produtos como, por exemplo, nos fundos de investimento. A opção de não lançamento de produtos de taxa indicativa com termo definido durante o ano 2022, uma vez que se antecipava a contínua subida de taxas de juro, que se veio a materializar, incrementou a queda nos produtos de risco tomador. O produto destinado ao segmento de *private banking* Unique Portfolios - Seguro Financeiro Master e outros seguros destinados a este segmento, permitiram mitigar quase integralmente o efeito de queda de volumes provocado pelos vencimentos em produtos *unit linked* fechados. Não obstante, a abordagem comercial conservadora da Santander Totta Seguros, em face dos riscos de mercado materializados ao longo do ano de 2022, provocou a queda da quota da Companhia neste segmento de negócio.

Considerando a atividade de seguro direto, a Santander Totta Seguros termina o ano 2022 com um total de 306 mil clientes (contra 326 mil clientes em 2021) e 533 mil apólices em vigor (contra 584 mil apólices em 2021).

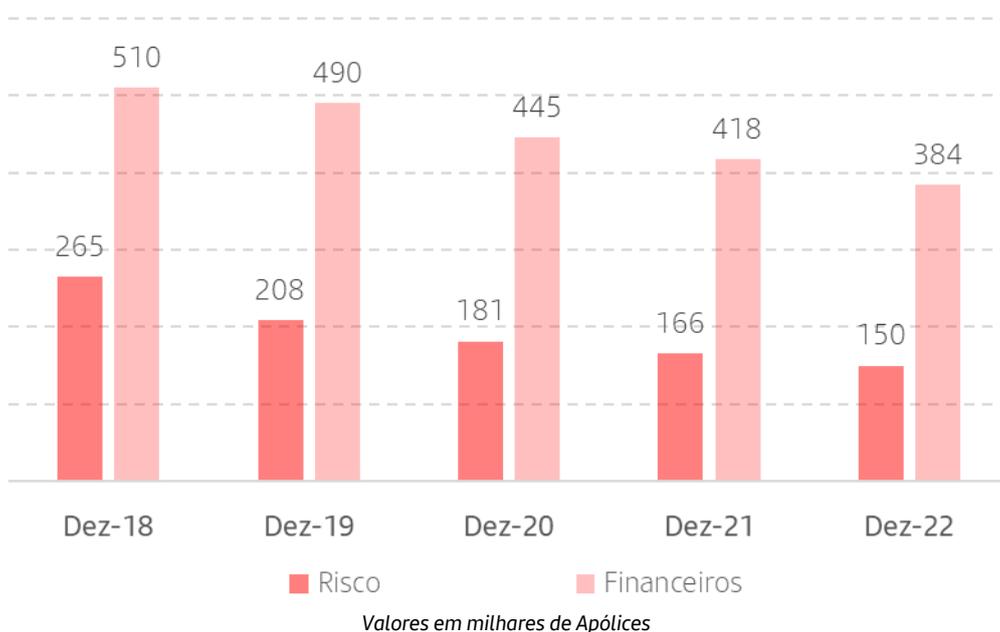
O vencimento dos produtos financeiros a termo certo e a saída por resgates em seguros *unit linked* destinados ao *mass-market* explica metade da queda de cerca de 6% do número de clientes de

Seguros Financeiros (cerca de 10 mil clientes), enquanto que os restantes 10 mil clientes se explicam pelo *run-off* da componente de vida risco.

Número de Clientes com Seguros de Vida Risco e Financeiros



Número de Apólices de Seguros de Vida Risco e Financeiros



Em agosto de 2022, grande parte da oferta comercial foi qualificada como estando ao abrigo do artigo 8º do regulamento SFDR, ou seja, como valorizando características ambientais e sociais, refletindo de forma tangível as preocupações não só de criação de valor económico para o cliente como a necessidade de o fazer de uma forma sustentável.

Esta alteração é consistente com as práticas de gestão de ativos e, de uma forma mais lata, com a dinâmica do grupo Santander.

Os dois seguros de *mass-market* (Seguro Financeiro Equilibrado e Ações Crescimento), os 3 PPRs (PPR+) em comercialização na rede comercial e 5 dos fundos autónomos subjacentes ao Unique Portfolios – Seguro financeiro Master, são assim passíveis de figurar em propostas de investimento disponíveis ao número crescente de clientes que valoriza essa vertente, concomitantemente com a procura de rendibilidade a prazo.

Atividade e Resultados

O valor dos prémios emitidos pela Santander Totta Seguros e contribuições para contratos de investimento alcançou em 2022 o montante de 297,5 milhões de euros representando uma diminuição de 53,6% relativamente ao ano anterior.

Prémios emitidos e contribuições

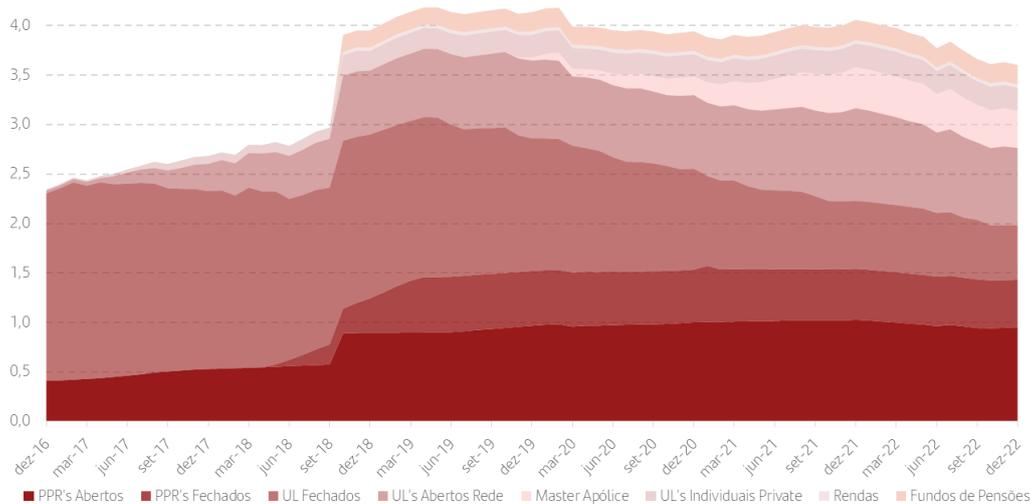
<i>(em milhões de euros)</i>	2020	2021	2022	Var. %
Contratos de Seguros	98,7	90,5	83,2	-8,1%
Seguros de Vida Risco	70,4	64,4	60,1	-6,7%
Seguros Poupança (exclui PPR/E)	6,5	6,2	5,5	-12,5%
PPR/E	21,8	19,8	17,6	-11,4%
Contratos de Investimento	352,9	551,2	214,4	-61,1%
Seguros Poupança (exclui PPR/E)	288,3	473,9	175,5	-63,0%
PPR/E	64,6	77,3	38,9	-49,7%
Total	451,6	641,8	297,5	-53,6%

O volume de prémios da atividade de risco, em 2022, atingiu os 60,1 milhões de euros o que, representa uma diminuição de 6,7% em relação a 2021, em linha com a redução observada em 2021 face a 2020. Esta redução está associada ao *run-off* normal das carteiras de Risco Vida.

A emissão de produtos financeiros ao longo do ano alcançou prémios totais emitidos no valor de 237,5 milhões de euros, na sua quase totalidade em seguros *Unit-Linked*, uma diminuição de 58.9% relativamente ao ano anterior.

A carteira da Santander Totta Seguros (incluindo fundos de pensões) diminuiu dos 4,1 mil milhões de euros no final de 2021 para 3,6 mil milhões no final de 2022, mantendo-se a gama de PPR's a que tem maior peso, com cerca de 1/5 da carteira, logo seguido pela gama *unit-linked* Aberto, que há 5 anos não tinha qualquer expressão entre os produtos da companhia e que, hoje, representa 21% do total da carteira de seguros financeiros e Fundos de Pensões, colocados em clientes.

Evolução da Carteira Seguros Financeiros por Produto

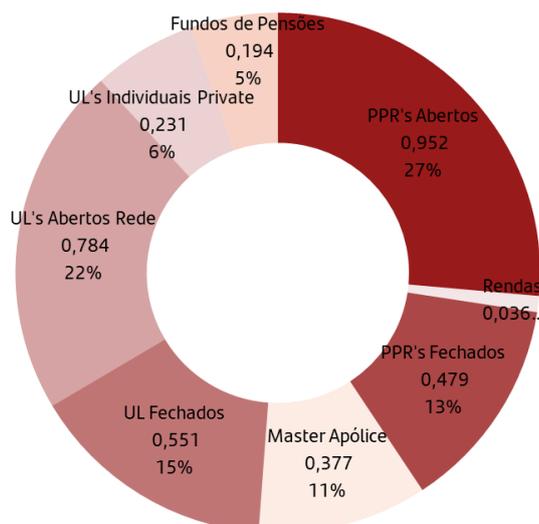


Valores em milhares de milhões de Euros

O motor de crescimento em termos de novas subscrições líquidas foi o Unique Portfolios -Seguro Financeiro Master Apólice tendo a carteira incrementado em 2022 cerca de 23 milhões de euros. Lançado em 2019 em colaboração estreita com o mediador, e em especial a área de *Private Banking*, o Unique Portfolios - Seguro Financeiro Master é uma apólice multi-fundos, que permite aos clientes gerirem os seus investimentos a cada momento sob uma apólice única, potenciando a gestão de "ciclo de vida". Foi adicionado um novo fundo/perfil de investimento relativamente à oferta inicial: um fundo de "Absolute Return" que permite aos clientes o investimento num fundo mais descorrelacionado com as classes de ativos clássicas, de forma a funcionar como diversificador e/ou fundo de refúgio num mercado muito volátil.

A alteração estratégica levada a cabo desde 2016 de diversificação da oferta com novas linhas de produtos, transformando uma carteira com 85% de produtos com vencimento certo, há 7 anos atrás, para uma carteira com 15% deste tipo de produtos, permitiu a sua sustentabilidade e a defesa dos resultados gerados apesar da atividade comercial menos favorável verificada em 2022 no que respeita à redução da produção e aumento dos resgates.

Em 2023 inaugura-se uma nova linha de investimento através de fundos com data-termo definida, aproveitando o atual contexto de taxas de juro no mercado que já permitem oferecer valor, a prazo, ao cliente.



Valores em milhares de milhões de Euros

Em simultâneo, continuou a desenvolver-se durante o ano de 2022 a oferta de Planos de Pensões, enquadrado na estratégia da Santander Totta Seguros de se especializar na poupança a médio e longo prazo e na reforma, e com o objetivo de dotar o seu mediador Banco Santander em Portugal de uma oferta universal e competitiva nesta gama de produtos.

A oferta desenhada e em comercialização desde o final do ano 2020 concretiza-se em planos de contribuição definida e de adesão coletiva a 3 fundos de pensões abertos, permitindo, entre outras, uma gestão do investimento na ótica do “ciclo-de-vida” e o acesso de forma eficiente, personalizável e escalável por pequenas, médias e grandes empresas.

Resultados

Principais Rúbricas da Demonstração de Resultados

(em milhões de euros)	2020	2021	2022	Var. %
Margem Técnica	60,2	57,9	52,9	-8,7%
Comissões a Mediadores	41,4	40,2	39,1	-2,8%
Resultado Técnico	18,8	17,7	13,8	-22,0%
Custos	11,8	11,9	11,6	-2,7%
Resultado não Técnico	21,1	24,2	12,5	-48,4%
Resultado Antes Impostos	28,1	30,0	14,7	-51,0%
Resultado Líquido	26,9	24,6	14,6	-40,7%

Não obstante o difícil contexto de mercado vivido em 2022 com reflexo direto na atividade comercial da Santander Totta Seguros, nomeadamente na quebra dos prémios, a margem técnica reduziu-se 8,7% em relação a 2021. O *run-off* da carteira de Vida Risco contribuiu para uma redução de 1,3 milhões de euros da margem técnica, sendo a redução remanescente explicada por produtos

financeiros garantidos da ex-Eurovida, onde a Companhia teve de garantir a rentabilidade acordada. Nos restantes seguros financeiros, apesar da quebra verificada na carteira, a diversificação e o *mix* existente em 2022, aliado ao aumento das receitas por mais comissões de resgate cobradas permitiu a defesa da rentabilidade.

O total de Comissões a pagar a Mediadores em 2022 foi de 39,1 milhões de euros diminuindo 2,8% relativamente ao ano transato, principalmente por efeito do *run-off* da carteira de Vida Risco.

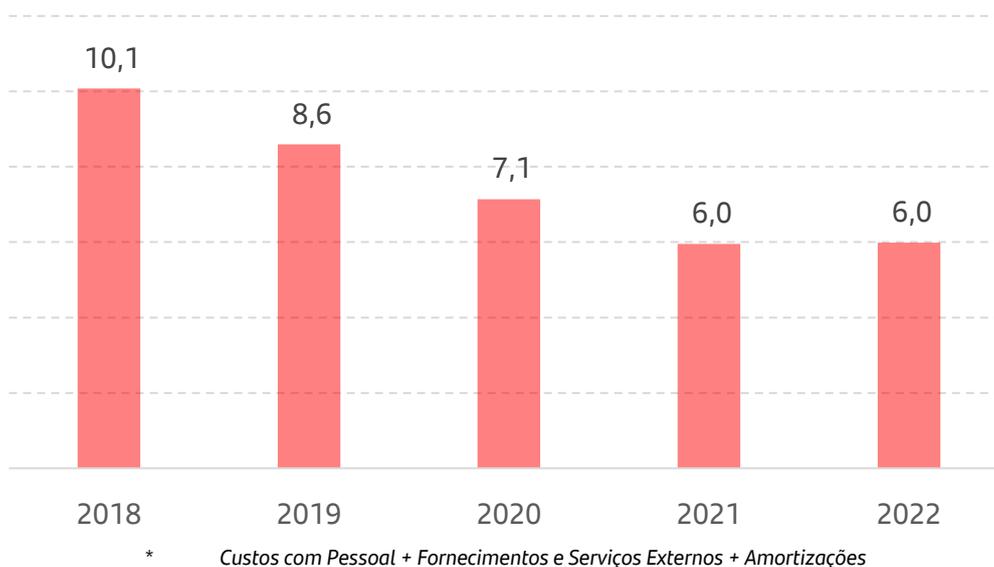
Da mesma forma e em linha com a evolução quer da Margem Técnica quer das Comissões a entregar a Mediadores, o Resultado Técnico em 2022 foi de 13,8 milhões de euros o que representou uma diminuição de 22% em relação a 2021.

Os Custos Totais da Santander Totta Seguros diminuíram 2,7% em relação ao ano anterior com uma diminuição de 6,1% dos Outros Custos Variáveis justificado pela diminuição das comissões de manutenção a pagar nas contas de depósitos à ordem com saldo superior a 1 milhão de euros, que deixaram de ser cobradas em outubro de 2022; pela diminuição do valor das carteiras, com impacto na comissão paga à Santander Asset Management pelo serviço de gestão de carteiras; e pela comissão de custódia e pelo valor a pagar à ASF devido a um menor valor de prémios. Os Custos Operacionais mantiveram-se praticamente inalterados com um menor valor dos custos com o pessoal a ser anulado por um maior custo com fornecimentos e serviços externos.

Evolução dos Custos Totais

<i>(em milhões de euros)</i>	2020	2021	2022	Var. %
Custos Operacionais	7,1	6,0	6,0	+0,6%
Custos pessoal	2,5	2,5	2,3	-8,8%
FSE's	4,3	3,0	3,3	+9,5%
Amortizações	0,4	0,4	0,4	-7,5%
Outros Custos Variáveis	4,6	5,9	5,6	-6,1%
Impostos	0,2	0,3	0,1	-53,3%
Comissões de Gestão de Carteira e Outros	4,4	5,6	5,4	-3,4%
Total	11,8	11,9	11,6	-2,7%

Evolução dos Custos Operacionais*



O Resultado não Técnico regista uma diminuição de 48,4% devido ao reconhecimento de 13 milhões de euros relativos ao valor de *Earn Out* recebidos em 2021. Sem esse efeito, verifica-se um aumento de 3,4%, resultante do aumento dos dividendos recebidos em 2022 da Aegon Santander Vida e Aegon Santander Não Vida relativamente ao exercício de 2021, o que é reflexo do maior dinamismo da atividade destas participadas.

Como corolário dos movimentos anteriores, a Santander Totta Seguros atingiu em 2022 um Resultado Antes de Impostos de 14,7 milhões de euros e um Resultado Líquido de 14,6 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 40,7% sobre o valor registado em 2021.

Balanço

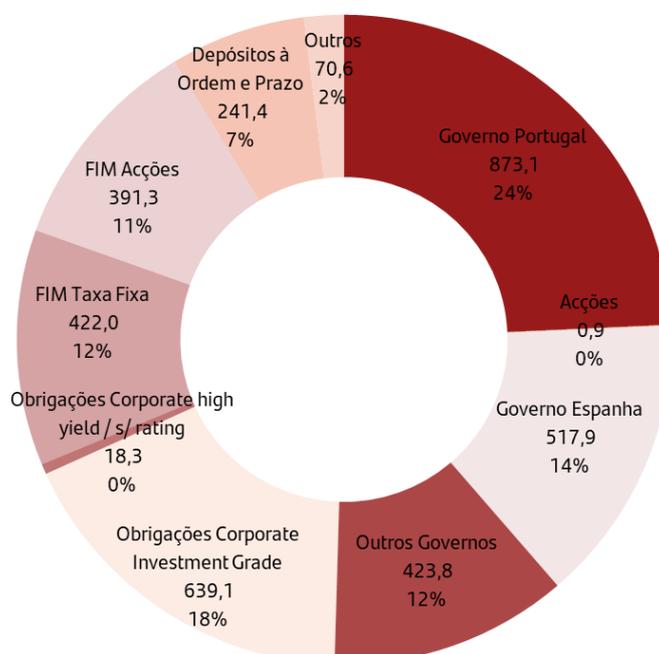
O Ativo Líquido da Santander Totta Seguros em 31 de dezembro de 2022 era de 3.672 milhões de euros, representando uma diminuição de 13,7% face ao ano anterior.

Principais Rúbricas do Balanço

(milhões de euros, excepto %)	2020	2021	2022	Var. %
Ativo Líquido	4 224	4 256	3 672	-13,7%
Depósitos e activos Financeiros	4 165	4 196	3 598	-14,2%
Participações Financeiras	18,1	18,1	18,7	+3,6%
Provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros	3 996	4 065	3 458	-14,9%
Capital Próprio	170,5	141,5	106,5	-24,8%

O volume total de ativos financeiros geridos, excluindo participações financeiras, diminuiu 14,2% em relação a 2021 para os 3.598 milhões de euros, mantendo-se a política de investimentos e os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos ativos.

Carteira de Ativos Financeiros por Tipo de ativo*



*excluindo as carteiras dos Fundos de Pensões
Valores em milhões de Euros

A rúbrica de participações financeiras no valor de 18,7 milhões de euros inclui: (i) 14,3 milhões de euros relativos às participações de 49% nas *joint ventures* Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida; e (ii) 4,4 milhões de euros relativos à participação de 49,99% na Mapfre Santander Portugal.

As Provisões Técnicas e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros totalizaram 3.458 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 contra 4.065 milhões de euros no ano anterior. Quase 50% do decréscimo verificado em 2022 decorre da queda do valor de mercado dos ativos que compõem os fundos autónomos risco tomador e o remanescente resulta do aumento dos resgates e cancelamentos. A produção permitiu compensar a queda de volumes provocada pelos vencimentos em produtos *unit linked* fechados.

Em 2022 o Capital Próprio da Companhia totalizava 106,5 milhões de Euros, registando-se uma diminuição de 35 milhões de euros face a 2021, fundamentalmente explicada pelo efeito da diminuição da Reserva de Reavaliação Regulamentar, líquida de impostos, no valor de 50,0 milhões de euros.

Gestão de Risco

A Sociedade dispõe de um Modelo de Gestão de Risco e Controlo Interno que define os princípios a seguir, tendo como principal objetivo a promoção de uma cultura de riscos e controlo que permita a identificação de oportunidades de melhoria que contribuam para a redução do risco e a promoção da qualidade e eficiência das práticas existentes.

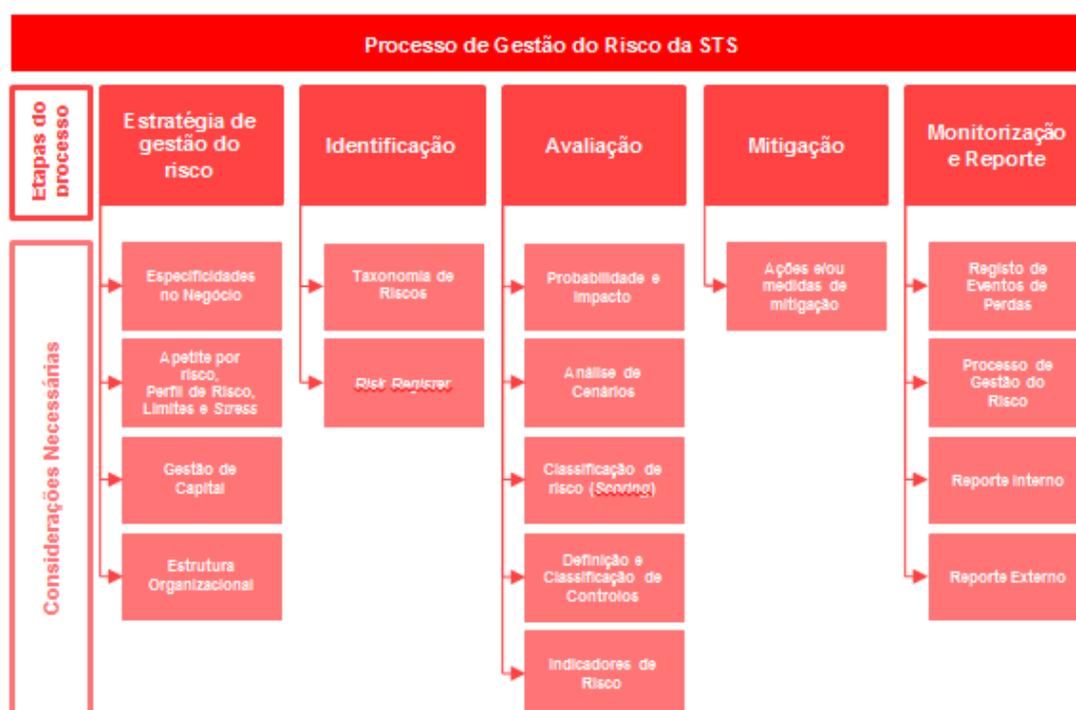
O Modelo de Gestão de Risco tem como objetivo definir os princípios a seguir na atividade de gestão de risco, no seu sentido mais amplo, juntamente com os aspetos funcionais e de governo, os principais processos associados e os instrumentos que permitem o seu adequado desenvolvimento, seguimento e implementação. Este modelo estabelece linhas de ação comuns que servem como referência e padrão mínimo, enquanto consolida conceitos básicos de gestão.

Desta forma, e para seguimento e acompanhamento mais eficiente e efetivo dos principais indicadores de risco, a companhia desenvolveu para os principais indicadores de risco, uma metodologia de Apetite por Risco seguida mensalmente no Comité de Riscos.

O Modelo de Gestão de Riscos contém as regras básicas aplicáveis à gestão e ao controlo dos riscos que afetam a atividade. O Modelo é aplicado na gestão dos diversos riscos identificados pela Sociedade.

A Sociedade segue uma Política de Gestão de Risco na qual estabelece, entre outros, um Processo de Gestão de Risco contínuo que procura alinhar a dimensão estratégica e operacional da gestão de risco e que pode ser esquematizado como se segue:

Processo de gestão do risco



O Processo de Gestão de Risco é composto por cinco etapas:

- **Estratégia de Gestão de Risco:** esta etapa desenvolve-se principalmente ao nível do Conselho de Administração e Diretores de topo, com parecer favorável do Comité de Riscos e está alinhada com a estratégia global da Sociedade.
- **Identificação de Riscos:** adequada e atempada identificação de riscos é um elemento fundamental na execução da estratégia de riscos, sendo esta uma responsabilidade de toda a Sociedade. Em linha com os princípios do Modelo de Gestão de Risco, a identificação dos riscos é efetuada envolvendo todas as unidades orgânicas, podendo decorrer da sua atividade diária, de exercícios de autoavaliação prospetiva de riscos, *stress tests* e *back testing*, da realização de reuniões de trabalho sobre os processos ou de análises qualitativas e quantitativas acerca de eventos efetivos ou potenciais.
- **Avaliação:** após a identificação e catalogação dos riscos é essencial proceder à sua avaliação. Conforme referido no Modelo de Gestão de Risco, a avaliação do risco tem uma vocação eminentemente de antecipação, a fim de estimar a sua evolução em diferentes cenários e horizontes temporais. Assim, e sempre que possível, deverá procurar-se que a avaliação de riscos inclua uma quantificação ou medição de acordo com a Política de Gestão de Risco.
- **Mitigação:** estando os riscos devidamente identificados e avaliados, são conhecidas as suas causas (agentes) e efeitos (consequências), o que permite definir ações e medidas de prevenção ou correção das possíveis falhas detetadas. A priorização destas ações e medidas é determinada pela caracterização dos riscos, ou seja, quanto mais prejudicial ou maior o risco, mais rapidamente a situação deve ser corrigida. A Sociedade acompanha as ações e medidas de mitigação em curso para analisar a sua eficácia. Para tal, são estabelecidos indicadores que permitem avaliar os resultados alcançados após a implementação das ações/medidas de mitigação em curso. A eficácia deste acompanhamento é uma responsabilidade final do Conselho de Administração.
- **Monitorização e Reporte:** a monitorização e reporte permitem assegurar que as pessoas que dirigem a Sociedade, ou nela desempenham funções essenciais, têm em conta a Estratégia de Gestão do Risco, bem como as informações comunicadas no âmbito do Sistema de Gestão de Riscos, no seu processo de tomada de decisão. A monitorização e reporte permitem ainda garantir que todos os riscos materiais a que a Santander Totta Seguros se encontra exposta são controlados e se mantêm a um nível que não afete significativamente a sua situação financeira, de solvência e os interesses dos tomadores de seguros.

No âmbito da Gestão de Riscos, no decorrer do ano de 2022 foram mantidas as atividades essenciais entre as quais se destacam:

- Cálculo e reporte à ASF do SCR no âmbito dos Pilares I e III;
- Reporte do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira (SFCR), de uma versão de síntese do Relatório Periódico de supervisão (RSR) à ASF de acordo com o estabelecido na legislação;

- Estabilização do processo de automação de Solvência com o objetivo de otimizar recursos, reduzir erros e falhas de execução e encurtar prazos de obtenção dos outputs do processo;
- Definição de um conjunto de indicadores de Gestão de Riscos, com limites e níveis de alerta.

Relativamente às Sociedades participadas, cada uma destas tem o seu próprio Modelo de Gestão de Risco, sendo que este é acompanhado pela STS através da participação nos Comitês de Risco de cada uma das empresas.

Tolerância e Apetite por Risco

De forma geral, o Modelo de Apetite por Risco define o Perfil de Risco da Sociedade e faz parte do processo de definição e implementação da sua estratégia, bem como a determinação dos riscos assumidos em relação à sua capacidade de aceitação de risco. Desta forma, o Modelo de Apetite por Risco está alinhado com o plano de negócios, com o desenvolvimento da estratégia e com o planeamento de capital e de remuneração da Sociedade.

Neste sentido, a Sociedade desenvolveu um Modelo de Apetite por Risco que engloba um processo dinâmico de definição de objetivos, métricas e limites de Apetite por Risco da Sociedade, assim como mecanismos de implementação, monitorização e reporte. A formalização do Modelo de Apetite por Risco teve em vista facilitar a integração transversal do Apetite por Risco em toda a Sociedade, assim como:

- Reforçar e alargar a visibilidade da Administração da Sociedade sobre os seus principais riscos, de forma a que o processo de tomada de decisão tenha em conta a alocação dos riscos e a proteção dos resultados e do balanço;
- Melhorar a ligação da assunção de risco com as decisões de negócio, contribuindo para uma maior clareza do tipo de riscos a aceitar e alertando para inconsistências no Perfil de Risco ou na estratégia da Sociedade, potenciando a relação risco-retorno;
- Contribuir para o alinhamento contínuo entre o processo de tomada de decisão do dia-a-dia e a estratégia e objetivos de negócio de forma a torná-lo mais ágil e célere, clarificando a delegação de competências;
- Satisfazer expectativas dos *stakeholders* relevantes, requisitos regulamentares e proteger o Tomador de Seguro, Segurado ou Beneficiários tentando garantir que a exposição ao risco da Sociedade está limitada ao seu Apetite por Risco (ou seja, à exposição máxima ao risco que esta pode e quer assumir).

De forma a satisfazer estes objetivos, a Sociedade adotou um modelo de Apetite por Risco que compreende três fases, apoiadas de forma transversal pela sua monitorização e reporte:

Modelo de Apetite por Risco



1. Objetivos Estratégicos e de Negócio

- Definição dos principais objetivos que se pretende cumprir com o apetite por risco, alinhando a estratégia de risco com estratégia de negócio

2. Métricas e Limites

- Definição das métricas quantitativas e/ou qualitativas a considerar para a avaliação das decisões de risco e formalização da declaração de Apetite por Risco
- Estabelecer a estrutura de limites de Apetite por Risco para cada métrica

3. Gestão de Capital e Negócio

- Analisar o cumprimento de limites e adequação de capital
- Integrar o Apetite por Risco na gestão do capital
- Avaliar as necessidades de ajuste de limites ou redefinição da estratégia de risco/negócio

Métricas e limites

Tendo por base os objetivos estratégicos e de negócio identificados, a Sociedade definiu um conjunto de métricas e respetivos limites, destinadas a monitorizar o seu Perfil de Risco, podendo estas ser de natureza quantitativa e/ou qualitativa. Estas métricas representam uma componente evolutiva do Apetite por Risco, pelo que são alvo de análise e revisão à medida que os objetivos estratégicos e de negócio se desenvolvem. O objetivo do Conselho de Administração da Sociedade é manter o Perfil de Risco num nível baixo.

O cumprimento do Perfil de Risco deve ser assegurado quer no decorrer normal da atividade quer sob condições extremas que resultem da aplicação de *stress tests*, comprometendo-se a Santander Totta Seguros a cumprir com a seguinte declaração de Apetite por Risco: “O total de risco que a Sociedade pode assumir deve estar limitado pela sua capacidade, atual e futura, para assumir as perdas inesperadas, mantendo o Perfil de Risco no nível desejado”.

A capacidade atual de assumir perdas é definida pela relação entre os Fundos Próprios que dispõe e as perdas inesperadas resultantes do processo de cálculo do requisito de solvência, assim como pela qualidade dos fundos próprios. A capacidade futura da Sociedade assumir as perdas é determinada pela capacidade de gerar fundos próprios e pela velocidade a que os gera ao longo do tempo.

Tendo em conta a declaração de Apetite por Risco e os objetivos com que se compromete, a Santander Totta Seguros definiu métricas e os limites de Apetite por Risco. Adicionalmente, a todo o momento, poderão ser definidas novas métricas ou serem revistas as existentes por forma a manter o seu Perfil de Risco alinhado com os objetivos estratégicos e de negócio.

Em termos qualitativos, poderão vir a ser definidas métricas que incluam limites para os quais os desvios pela aplicação de *stress tests* não são facilmente quantificáveis, mas cuja monitorização é igualmente relevante para garantir que a exposição ao risco não coloca em causa a estratégia de negócio. Estas métricas para riscos de cariz não financeiro são menos suscetíveis de quantificação,

como é o exemplo dos riscos associados à imagem de marca, reputação e envolvente cultural. Nestes casos, podem ser estabelecidos objetivos de *ranking*, barreiras quantificáveis ou limites qualitativos para tópicos como o risco de reputação ou iniciativas estratégicas.

Em linha com o processo definido para métricas e limites quantitativos, a monitorização periódica de elementos qualitativos de *Apetite por Risco* permite extrair conclusões sobre a adequação da exposição ao risco e definir as devidas ações de acompanhamento ou correção de desvios, caso se revele necessário.

A métrica de Solvência engloba desvios ao nível do capital disponível para cobrir os riscos a que a Santander Totta Seguros se encontra exposta e é fundamental para garantir que esta evita exposições que possam colocar em causa o cumprimento de requisitos de capital mínimo regulamentar.

No âmbito desta métrica, o *Apetite por Risco* é definido de acordo com os seguintes níveis:

Limites de apetite por risco para a métrica de Solvência

Métrica de <i>Apetite por risco</i>	Limites de <i>Apetite por risco</i>		
	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Alto
Rácio de Solvência	$\geq 125\%$	$] 125\%; 110\% [$	$\leq 110\%$

Entende-se por Risco Baixo, Médio e Alto os seguintes cenários:

- Risco Baixo: perante situações não esperadas, a Sociedade apresenta uma ampla margem para cobrir o Requisito de Capital de Solvência (*Solvency Capital Ratio* ou SCR) com Fundos Próprios.
- Risco Médio: perante situações não esperadas, existe, todavia, alguma margem de atuação de forma a cobrir o Requisito de Capital de Solvência com Fundos Próprios.
- Risco Alto: perante situações não esperadas, a Sociedade dispõe de uma margem reduzida para cobrir o Requisito de Capital de Solvência com Fundos Próprios, podendo entrar em incumprimento do requisito de capital mínimo regulamentar.

Cabe ao Conselho de Administração rever os limites estabelecidos, com periodicidade mínima anual, quando se verificar uma alteração significativa no Perfil de Risco da Sociedade ou por proposta do Comité de Riscos. Em condições consideradas normais, a exposição ao risco deve ser limitada de forma a garantir que o Rácio de Solvência se mantém no nível de risco baixo.

Solvência

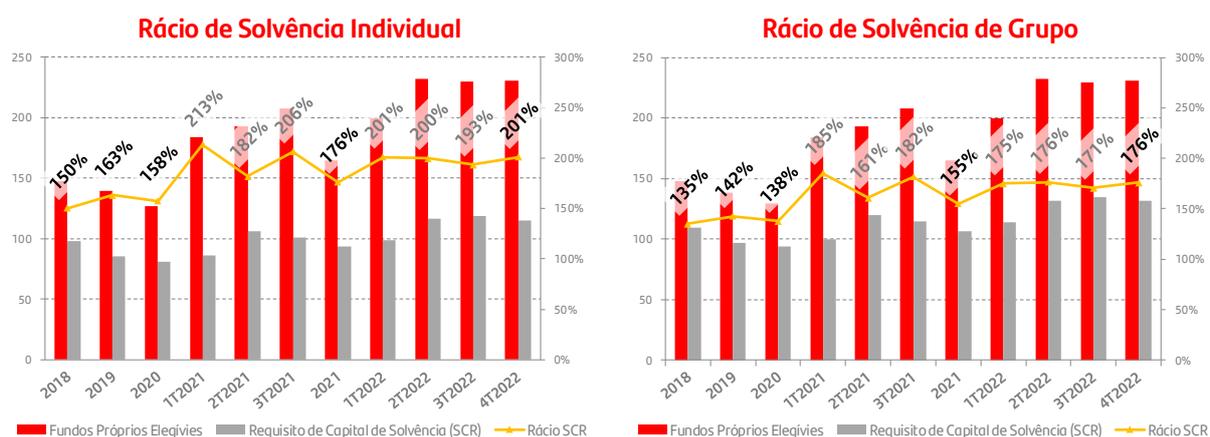
Os objetivos da Santander Totta Seguros são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade adequados, como indicador de uma situação financeira estável. A Santander Totta Seguros gere o requisito de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2022. O Rácio de Solvência individual apurado para o final do quarto trimestre de 2022 foi de 200,86%, o que representa um aumento de 25pp face ao Rácio de Solvência individual anual de 2021.

Para a evolução registada contribuíram vários fatores: a evolução positiva da atividade comercial e por isso o aumento dos dividendos recebidos das participadas, a subida acentuada da estrutura temporal das taxas de juro sem risco da EIOPA, para além do *run-off* natural das carteiras de produtos garantidos.

O rácio de solvência individual anual a 31 de dezembro de 2022 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões durante o mês de maio de 2023 e após certificação pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Evolução do Rácio de Solvência Individual e Consolidado



De acordo com o previsto na Política de Gestão de Capital, apenas quando a Santander Totta Seguros apresenta um Rácio de Solvência com nível de risco baixo deve ser considerada a existência de excedente de capital, enquadrado no âmbito dos princípios internos de gestão de capital da Sociedade. Existindo um excedente de capital pode ser ponderado pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos, ainda que o montante dos mesmos possa comprometer o cumprimento dos limites estabelecidos em termos dos objetivos de capital.

Para além do cumprimento dos limites estabelecidos no âmbito do objetivo de capital, existem outros fatores que são tidos em conta pela Sociedade no momento de optar pela proposta de distribuição (ou não) de dividendos pelos seus acionistas, nomeadamente:

- Riscos e tendências associados ao negócio e à estratégia;
- Alterações regulamentares previstas;
- Posicionamento no mercado;

- Tributação que possa influenciar a forma de distribuição de dividendos;
- Existência de reservas contabilísticas distribuíveis;
- Níveis de liquidez adequados;
- Custos operacionais da distribuição de dividendos.

Cumprimento e Conduta

Durante 2022, a Santander Totta Seguros desenvolveu e implementou os procedimentos por forma a garantir o cumprimento dos requisitos legais necessários à atividade, incluindo, mas sem limitar, os referentes à implementação da Política de Canais de Denúncias, no âmbito da Lei n.º 93/2021, de 20/12, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) 2019/1937, do Regulamento de Funcionamento da Gestão de Reclamações, da designação da função autónoma responsável pela conduta de mercado e da função autónoma responsável pela gestão de reclamações e de interlocutor privilegiado para efeitos do contacto com a ASF em matéria de gestão de reclamações, além da reestruturação do seu site, passando a incluir um separador específico dedicado à matéria da conduta de mercado, denominado «Informações relevantes para o Cliente», no âmbito da NR n.º 7/2022-R, de 7/06 da ASF.

Foram ainda observados internamente os requisitos decorrentes da NR n.º 4/2022-R, de 26 de abril, relativa ao sistema de governação das empresas de seguros e resseguros, mormente os genericamente aplicáveis no ano 2022, bem como os procedimentos requeridos no âmbito da Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro, na qual o artigo 6.º prevê um regime excecional e temporário para “Resgate de Planos de Poupança sem Penalização”.

Finalmente, no âmbito do Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019 relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (geralmente designado “*Sustainable Finance Disclosure Regulation*” ou abreviadamente “SFDR”), e que estabelece o plano regulatório de fundo sobre os deveres de informação dos agentes nos mercados financeiros perante os investidores e perante o mercado relativamente a matérias sobre sustentabilidade dos produtos e serviços financeiros por estes produzidos e comercializados, procedeu-se à requalificação dos produtos comercializados pela Santander Totta Seguros, ao abrigo do artigo 8º do SFDR, produtos que promovam características ambientais e/ou sociais e que possam investir em ativos sustentáveis, mas cujo objetivo principal não é investir em sustentabilidade. Vai um passo além do artigo 6º, mas sem um objetivo de investimento sustentável.

Qualidade e Contencioso

Em 2022 a Santander Totta Seguros manteve uma análise e monitorização sistemática dos processos internos, avaliando de forma contínua todos os aspetos com impacto em tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou terceiros lesados, no âmbito da atividade seguradora, bem

como os associados, contribuintes, participantes e beneficiários, no âmbito da atividade de gestão de fundos de pensões, atuando sempre que se identificaram oportunidades para tal, através da implementação de alterações com efeito corretivo ou preventivo, visando uma melhoria contínua de processos internos e da consequente qualidade de serviço ao cliente. Não obstante o mencionado, a Santander Totta Seguros registou um aumento do número de reclamações no ano 2022, fruto da nova categorização interna do conceito de “Reclamação”, passando a considerar-se toda e qualquer manifestação de discordância ou de insatisfação, bem como a alegação de eventual incumprimento, seja qual for o canal que o Cliente tenha utilizado para apresentação da mesma, como “Reclamação”, ao invés de “Incidência/Queixa”. No conjunto das duas categorias, verificamos um aumento de 4% face a 2021.

No ano 2022, 44% das reclamações reportam-se a sinistros, 22% versam temas relativos a prémios e 10% são relativas à cessação dos contratos de seguro.

No ano de 2022 foram abertos 24 novos processos de Contencioso (26 em 2021). Foram concluídos 26 processos (39 em 2021) dos quais ganhamos 42% dos casos, foram perdidos 31%, 15% foram encerrados por acordo entre as partes e 12% tiveram outro tipo de desfecho. Não obstante terem sido encerrados menos processos de contencioso face a 2021, as condenações foram ligeiramente inferiores ao registado nos anos anteriores.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido de Impostos da Santander Totta Seguros foi de 14.610.750,45 euros (catorze milhões, seiscentos e dez mil, setecentos e cinquenta euros e quarenta e cinco cêntimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

- 1.461.075,05 Euros (um milhão, quatrocentos e sessenta e um mil e setenta e cinco euros e quarenta e cinco cêntimos) para Reserva Legal, dando cumprimento ao artigo 62º da Lei nº 147/2015 de 9 de setembro;
- 1.856.925,40 Euros (um milhão, oitocentos e cinquenta e seis mil, novecentos e vinte e cinco euros e quarenta cêntimos) para Resultados Transitados.
- 11.292.750,00 Euros (onze milhões duzentos e noventa e dois mil setecentos e cinquenta euros) para distribuição de dividendos correspondentes a 0,239 euros por ação.

Perspetivas e Desafios para 2023

Para o ano de 2023, a Companhia perspectiva:

- Continuar o processo de posicionamento da Santander Totta Seguros, conforme estabelecido no Plano Estratégico 2023 a 2025, como especialista de produtos de poupança a médio e longo prazo e de reforma, oferta esta complementada com um conjunto de coberturas adicionais de forma a aumentar o valor acrescentado e percebido, estruturando para isso uma oferta de valor diversificada;
- Promoção de uma cultura de riscos dentro da Companhia através da aplicação da Política de Gestão de Risco e Política de Apetite por Risco que permita uma gestão sã, prudente e adequada dos mesmos, e a permanente otimização do consumo de capital;
- Manutenção de um processo contínuo de monitorização, controlo e gestão dos riscos, através do cumprimento dos limites de exposição ao risco, de uma gestão prudente de carteiras de ativos e de um nível adequado de liquidez e solvência que garantam a capacidade de cumprir e honrar com todas as suas responsabilidades, mesmo em cenários extremos, mas possíveis;
- Gestão e desenvolvimentos de parcerias com outros operadores de seguros que permitam complementar a oferta de seguros Vida e não Vida disponibilizados aos balcões do Banco Santander em Portugal;
- Concluir a implementação da nova Norma de Relato Financeiro Internacional aplicável a contratos de seguros (IFRS 17);
- Desenvolvimento de uma cultura “digital” através da automatização e otimização de processos e maior eficiência de estruturas, mantendo o cliente como ponto focal das operações.

Considerações Finais

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua atividade, designadamente:

- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela forma como acompanharam e apoiaram o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Aos Senhores Provedores do Cliente de Seguros e dos Participantes e Beneficiários de adesões individuais dos Fundos de Pensões abertos, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da atividade e contribuição;
- Ao Mediador Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “cross-selling” e resultados obtidos;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 29 de março de 2023

O Conselho de Administração,

Inês Oom Ferreira de Sousa
Presidente

Armando Alberto Bordalo Escalda
Vogal

Francisco del Cura Ayuso
Vogal

Manuela Vieira Marinho
Vogal

Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins
Vogal

Paulo Alexandre Timóteo Dias
Vogal

Informações Complementares

Publicidade de participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização -- art. 447º do Código das Sociedades Comerciais

Membro	Entidade	N.º de títulos 31.12.21	Movimentos em 2022				N.º de títulos 31.12.22
			Data	Operação	N.º de ações	Preço/ ação	
Inês Oom Ferreira de Sousa	Banco Santander SA	61.439	25.02.2022	Depósito de títulos	23.009	3,31	84.448
Francisco del Cura Ayuso	Banco Santander SA	109.000	15.02.2022	Depósito de títulos	25.000	3,31	134.000
Armindo Alberto Bordalo Escalda	Banco Santander SA	83.685	25.02.2022	Depósito de títulos	17.787	3,31	101.472
Manuela Vieira Marinho	Banco Santander SA	9 847	-	-	-	-	9 847
Paulo Alexandre Timóteo Dias	Banco Santander SA	11	-	-	-	-	11
Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins	Banco Santander SA	152	-	-	-	-	152
Afonso Pereira Barbosa	-	0	-	-	-	-	0
José António Nogueira Veloso	-	0	-	-	-	-	0
Jorge Filipe Alves Gaspar	Banco Santander SA	12.862	-	-	-	-	12.862
José Duarte Assunção Dias	-	0	-	-	-	-	0

Demonstrações Financeiras

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2022

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	ACTIVO	Exercício			31 de Dezembro de N-1
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
4	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	225 163 198		225 163 198	259 581 435
5	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	18 707 120	0	18 707 120	18 057 250
6	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 667 582 155	0	2 667 582 155	3 139 994 033
6	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	685 937 132	0	685 937 132	761 831 582
6	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	19 741 801	0	19 741 801	34 950 885
7	Outros activos tangíveis	2 776 019	2 697 540	78 479	63 484
8	Outros activos intangíveis	10 684 976	10 179 771	505 206	620 258
11	Provisões técnicas de resseguro cedido	21 343 482	0	21 343 482	19 770 020
	Ramo Vida	21 343 482	0	21 343 482	19 770 020
	Provisão matemática	9 747		9 747	61 117
	Provisão para sinistros	18 651 843		18 651 843	17 036 752
	Provisão para participação nos resultados	143 064		143 064	0
	Provisão para prémios não adquiridos	2 538 828		2 538 828	2 672 151
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	24 138		24 138	24 138
9	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	13 649 676	643 849	13 005 827	11 367 132
	Contas a receber por operações de seguro directo	3 594 493	30 509	3 563 984	3 855 068
	Contas a receber por operações de resseguro	806 709		806 709	887 356
	Contas a receber por outras operações	9 248 474	613 341	8 635 134	6 624 707
15	Activos por impostos e taxas	15 802 307	0	15 802 307	470 710
	Activos por impostos (e taxas) correntes	719 801		719 801	0
	Activos por impostos diferidos	15 082 506		15 082 506	470 710
10	Acréscimos e diferimentos	4 005 153		4 005 153	9 005 153
36	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0		0	0
	TOTAL ACTIVO	3 685 417 159	13 521 161	3 671 895 998	4 255 736 081

O Contabilista certificado

Conselho de Administração

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Exercício	31/12/ N-1
	PASSIVO		
11	Provisões técnicas	625 134 301	677 235 384
	Ramo Vida	625 134 301	677 235 384
	Provisão matemática	589 575 808	611 838 988
	Provisão para sinistros	25 476 523	23 848 006
	Provisão para participação nos resultados	603 531	32 018 369
	Provisão para compromissos de taxa	6 917 994	6 786 579
	Provisão para prémios não adquiridos	2 560 445	2 743 442
12	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2 832 976 081	3 387 832 259
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2 792 795 605	3 343 853 430
	Valorizados ao custo amortizado	40 180 476	43 978 829
13	Outros passivos financeiros	84 321 807	20 009 842
	Depósitos recebidos de resseguradores	14 567	18 603
	Outros	84 307 239	19 991 239
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	6 392	0
14	Outros credores por operações de seguros e outras operações	18 659 731	19 362 718
	Contas a pagar por operações de seguro directo	9 352 170	10 232 751
	Contas a pagar por operações de resseguro	1 915 043	3 983 596
	Contas a pagar por outras operações	7 392 517	5 146 371
15	Passivos por impostos e taxas	570 100	4 110 967
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	569 507	4 110 374
	Passivos por impostos diferidos	593	593
10	Acréscimos e diferimentos	3 594 559	4 851 045
16	Outras provisões	168 361	823 069
	TOTAL PASSIVO	3 565 431 330	4 114 225 284
	CAPITAL PRÓPRIO		
17	Capital	47 250 000	47 250 000
18	Reservas de reavaliação	-55 717 743	9 197 851
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-55 717 743	9 197 851
18	Reserva por impostos diferidos	13 093 670	-2 165 044
18	Outras reservas	46 460 102	43 995 421
18	Resultados transitados	40 767 888	18 585 758
	Resultado do exercício	14 610 750	24 646 812
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	106 464 668	141 510 797
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	3 671 895 998	4 255 736 081

O Contabilista certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Conta de Ganhos e Perdas em 31 de Dezembro de 2022

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Rúbricas	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
19	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	25 961 577	0		25 961 577	28 910 897
	Prémios brutos emitidos	83 153 415	0		83 153 415	90 527 586
	Prémios de resseguro cedido	57 241 513	0		57 241 513	61 572 081
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-182 998	0		-182 998	-94 497
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-133 323	0		-133 323	-139 106
20	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	26 181 603	0		26 181 603	25 624 513
21	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	51 980 408	0		51 980 408	53 867 991
	Montantes pagos	51 966 982	0		51 966 982	54 378 226
	Montantes brutos	66 361 144	0		66 361 144	72 056 514
	Parte dos resseguradores	14 394 163	0		14 394 163	17 678 288
	Provisão para sinistros (variação)	13 426	0		13 426	-510 236
	Montante bruto	1 628 517	0		1 628 517	1 900 224
	Parte dos resseguradores	1 615 091	0		1 615 091	2 410 459
11	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	-22 140 037			-22 140 037	-21 057 887
	Montante bruto	-22 191 512			-22 191 512	-20 997 424
	Parte dos resseguradores	-51 475			-51 475	60 463
11	Participação nos resultados, líquida de resseguro	223 450	0		223 450	263 658
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	37 036	0		37 036	124 588
21	Custos e gastos de exploração líquidos	21 717 579	0		21 717 579	23 308 862
	Custos de aquisição	40 132 806	0		40 132 806	42 011 127
	Custos de aquisição diferidos (variação)	432	0		432	953
	Gastos administrativos	3 347 614	0		3 347 614	4 350 577
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	21 763 273	0		21 763 273	23 053 795
25	Rendimentos	53 925 189	0	12 330 027	66 255 217	65 981 260
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	10 357 018	0	12 286 064	22 643 083	10 705 269
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	43 568 171	0	43 963	43 612 134	55 275 991
26	Gastos financeiros	9 521 709	0	382 509	9 904 218	8 959 036
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0	0	0	0	0
	Outros	9 521 709	0	382 509	9 904 218	8 959 036
27	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	438 114	0	-30 794	407 320	13 527 260
	De activos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	511 482	0	0	511 482	589 504
	De activos financeiros valorizados ao custo amortizado	0	0	0	0	-2 244
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-73 368	0	0	-73 368	-60 000
	De outros	0	0	-30 794	-30 794	13 000 000
27	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	-46 096 202	0	16 493	-46 079 709	-41 529 693
28	Diferenças de câmbio	3 556 809	0	157	3 556 965	2 132 592
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	93 627	0	0	93 627	-15 103
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	68 711	0	0	68 711	761 896
16	Outras provisões (variação)	0	0	0	0	0
30	Outros rendimentos/gastos	0	0	167 741	167 741	3 792
36	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	0	0	0	0	23 011
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	2 602 030	0	12 101 115	14 703 145	29 984 382
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			-554 523	-554 523	3 892 106
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			646 918	646 918	1 445 463
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2 602 030	0	12 008 721	14 610 750	24 646 812

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração do Rendimento Integral em 31 de Dezembro de 2022

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício	Exercício Anterior
	Resultado líquido do exercício	14 610 750	24 646 812
	Outro rendimento integral do exercício	(49 656 880)	(3 669 652)
	Items que reclassificam por resultados		
18	Reserva de reavaliação de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(64 915 593)	(4 792 291)
	Ganhos e perdas líquidos	(64 497 738)	(4 187 684)
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	(417 855)	(604 607)
	Imparidade	93 627	(15 103)
27	Alienação	(511 482)	(589 504)
18	Reserva por impostos diferidos relacionada com items que reclassificam por resultados	15 258 714	1 122 639
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	(35 046 129)	20 977 160

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2022

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		Reserva legal	Outras reservas			
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2021 (posição de abertura)	47 250 000	9 197 851	(2 165 044)	41 518 712	2 476 709	18 585 758	24 646 812	141 510 797
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	47 250 000	9 197 851	(2 165 044)	41 518 712	2 476 709	18 585 758	24 646 812	141 510 797
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2 464 681	-	-	(2 464 681)	-
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	22 182 131	(22 182 131)	(0)
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros ganhos/perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	14 610 750	14 610 750
	Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	(64 915 593)	15 258 714	-	-	-	-	(49 656 880)
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	(64 915 593)	-	-	-	-	-	(64 915 593)
	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	15 258 714	-	-	-	-	15 258 714
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	(64 915 593)	15 258 714	-	-	-	-	(35 046 129)
	Total das variações do capital próprio	-	(64 915 593)	15 258 714	2 464 681	-	22 182 131	(10 036 062)	(35 046 129)
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2021	47 250 000	(55 717 743)	13 093 670	43 983 393	2 476 709	40 767 886	14 610 750	106 464 668

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração de Variações do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2021

Unidade monetária: Euros

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		Reserva legal	Outras reservas			
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2019 (posição de abertura)	47 250 000	13 990 142	(3 287 683)	38 828 016	2 476 709	44 369 496	26 906 958	170 533 637
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Demonstração da posição financeira de abertura alterado	47 250 000	13 990 142	(3 287 683)	38 828 016	2 476 709	44 369 496	26 906 958	170 533 637
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2 690 696	-	-	(2 690 696)	-
	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	(25 783 738)	(24 216 262)	(50 000 000)
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	24 646 812	24 646 812
	Outro rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	(4 792 291)	1 122 639	-	-	-	-	(3 669 652)
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	(4 792 291)	1 122 639	-	-	-	-	(3 669 652)
	Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos	-	(4 792 291)	1 122 639	-	-	-	-	20 977 160
	Total das variações do capital próprio	-	(4 792 291)	1 122 639	2 690 696	-	(25 783 738)	(2 260 146)	(29 022 840)
	Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2020	47 250 000	9 197 851	(2 165 044)	41 518 712	2 476 709	18 585 758	24 646 812	141 510 797

Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.
Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2022

Unidade monetária: Euros

Rúbricas	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	14 610 750	24 646 812
Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa:		
Amortizações do exercício	425 563	432 188
Variação em outras provisões	-654 708	-1 283 478
Variação nas provisões técnicas	-53 674 545	-36 368 707
Variação de Passivos por Contratos de Investimento	-554 856 178	103 615 259
Juros e encargos similares	-67 338 317	-75 810 852
<i>(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:</i>		
Devedores por operações de seguro directo e resseguro	371 732	1 086 717
Devedores por outras operações	-2 010 426	8 390 954
Ativos por impostos	-72 883	1 644 098
Outros ativos	5 000 000	-8 998 866
<i>Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:</i>		
Credores por operações de seguro directo e resseguro	-2 953 170	-685 449
Credores por outras operações	2 246 146	667 419
Passivos por impostos	-3 540 867	2 240 524
Outros passivos	-1 256 486	-2 432 968
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-663 703 389	17 143 649
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	536 734 270	-52 219 857
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de reservas	10 978 857	-19 569 296
Variação nos ativos financeiros ao custo amortizado	15 209 084	9 126 151
Aquisições de outros ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	-325 506	111 241
Juros e encargos similares	67 338 317	75 810 852
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	629 935 022	13 259 092
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Realização / (reembolso) de prestações acessórias	-649 870	0
Pagamento de dividendos	0	-50 000 000
FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-649 870	-50 000 000
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	-34 418 237	-19 597 259
Caixa e seus equivalentes no início do período	259 581 435	279 178 694
Caixa e seus equivalentes no fim do período	225 163 198	259 581 435

O Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Santander Totta Seguros ou Companhia) foi constituída em 19 de março de 2001 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de janeiro de 2015.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Em 27 de dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de janeiro de 2001.

Em setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em março de 2005, adotou a atual denominação.

A 1 de outubro de 2018, a Santander Totta Seguros incorporou por fusão a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (“Eurovida”), com efeitos económicos a 1 de janeiro de 2018, tendo, por conseguinte, assumido todos os direitos e obrigações da extinta Eurovida. Desta forma, a Companhia recebeu a atividade de gestão de Fundos de Pensões, e passou a deter 100% da Popular Seguros. A Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A é uma Sociedade anónima constituída em 30 de agosto de 2006 e tem como objeto exclusivo o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro do Ramo Não Vida.

No âmbito da parceria existente entre o Grupo Santander Totta e a Aegon Spain Holding B.V., e tendo presente a operação de aquisição e fusão da Eurovida na Santander Totta Seguros, procedeu-se em 2018 à negociação da venda do ramo autónomo de negócio vida risco da ex-Eurovida, à Aegon Santander Vida, conforme direito de preferência outorgado a estas entidades no acordo parassocial (*Alliance and Shareholders Agreement*) assinado com a Aegon Spain Holding B.V., em 2014.

Neste contexto, em 2019, a estratégia de negócios da Santander Totta Seguros focou-se na componente de Seguros Financeiros, essencialmente em contratos de investimento (*Unit-linked*), dando continuidade ao crescimento da quota de mercado neste tipo de seguros, bem como na componente da atividade de gestão de Fundos de Pensões, atividade recebida da extinta Eurovida.

No dia 14 de outubro de 2020, a Santander Totta Seguros alienou à Mapfre Seguros Gerais, S.A. a participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. (“Popular Seguros”), pelo valor global de 14.400 milhares de euros, tendo registado uma mais valia líquida de 8.963 milhares de euros, tendo sido estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem à Santander Totta Seguros e ao Grupo Mapfre controlo conjunto sobre a entidade. Na referida data foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A (“Mapfre Santander”). Na sequência do acordo de venda, foi celebrado entre a sociedade e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição, mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da companhia até 31 de dezembro de 2037. Na referida data foi igualmente feita a alienação correspondente à transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida à Mapfre Seguros Gerais, S.A. pelo montante de 3.600 milhares de euros, tendo sido gerada uma mais valia líquida do referido montante.

As transações referidas no parágrafo anterior foram precedidas de decisão de não oposição do Conselho de Administração da ASF no dia 13 de outubro de 2020.

Conforme indicado na Nota 17, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2023, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo

valor, nomeadamente, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Entidade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.22.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais incluem participações em sociedades nas quais a Companhia exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, evidenciada pela detenção de mais de 50% dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a % que detenha sobre os capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa empresa participada através da participação na gestão da associada ou na composição do Conselho Administração com poderes executivos.

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões unânimes.

As participações em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são registados ao custo de aquisição, sendo sujeitos a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando este seja contingente à ocorrência de eventos específicos acordados (ex.: realização de justo valor de ativos adquiridos) com o vendedor.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que se justifique, ou seja, quando as entidades participadas registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira. Tal contabilização ocorre, quando na sequência de testes de imparidade realizados pela Companhia, se conclui que o valor contabilístico é superior ao valor recuperável apurado.

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento nas Associadas até à concorrência do custo de aquisição a Companhia reconhece responsabilidades adicionais, se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício das Associadas.

2.3. Instrumentos financeiros (IFRS 9)

Ativos financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Companhia na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e dos termos contratuais dos fluxos de caixa a receber.

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor

através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- ii) Ativos financeiros ao justo valor através de reservas: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);
 - a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
 - b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Companhia não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Companhia optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;
- iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

Mensuração

A Companhia mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de ativos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

Perdas por imparidade

A Companhia avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros devedores” e aos Ativos de contratos com clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas relativas à expectativa da evolução dos ciclos económicos.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“*on demand*”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber não seja imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses,

então a Companhia apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Companhia aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Companhia calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

A Companhia avalia de modo prospetivo as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos ao custo amortizado. A metodologia de imparidade aplicada depende se ocorreu ou não um aumento significativo no risco de crédito. São detalhados na Nota 6 os procedimentos adotados pela Companhia, para verificar se ocorreu, ou não, um aumento significativo no risco de crédito.

Desreconhecimento de ativos financeiros

A Companhia desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

2.4. Outros ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com *software* adquirido. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

2.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes depreciações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em comercialização.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contábilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor menos custos de vender), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, sendo que o valor contábilístico do ativo nunca poderá ser superior ao valor que o ativo teria, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade, considerando as depreciações que este teria sofrido.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respectivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro. Alterações às vidas úteis dos bens são tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos e perdas na alienação dos ativos são determinados na diferença entre valor de realização e o valor contábilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração de resultados.

2.6. Provisões técnicas

2.6.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afetar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. No âmbito do atual Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 2.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IFRS 9.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada após a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

2.6.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Nota 11). Esta provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

2.6.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rentabilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

2.6.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos, mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- A partir da análise dos sinistros declarados pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

2.6.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

2.6.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

2.6.8. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos

apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.9. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

2.7. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.8. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 2.6.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte da Companhia, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros de vida com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte

atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 2.6.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos, líquidos de resseguro”, da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a alguns tipos de contratos de seguro de vida e a contratos de seguro não vida e os correspondentes custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho ou perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos refletidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

2.9. Outras provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais ou outras, resultantes da atividade da Companhia. Estas provisões são mensuradas com base nos processos e avaliação de probabilidade de condenação com base na informação dos advogados que acompanham o processo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

2.10. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, tendo sido o valor das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

As contribuições para o plano individual de reforma são registadas na rubrica “Gastos com pessoal” (Nota 23) como custo do período em que são efetuadas.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” (Nota 23) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Outros benefícios de longo prazo (prémios de permanência)

Ao abrigo da cláusula 42ª do CCT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do período a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

2.11. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos gerais da legislação fiscal em vigor à data, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios é de 22,5% (IRC: 21% + derrama municipal: 1,5%), acrescida da respetiva derrama estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros

e inferior a 35.000.000 euros, e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

2.12. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os ativos financeiros não monetários (ações e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

2.13. Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre ações e opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "*equity settled share-based payment transactions*", conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander, S.A.. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

2.14. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

2.15. Capital Social

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

2.16. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

2.17. Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

2.18. Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.19. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

2.20. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda) e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

2.21. Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Com a entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a qual veio substituir a IAS 17, são exigidas alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação. A Companhia passa a reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de direito de uso.

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. Deverá ser remensurado sempre que existirem alterações no contrato de locação que assim o justifiquem.

No respeitante ao ativo sob direito de uso, é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

Tendo por base o referido acima, os contratos de locação que a Companhia possuía a 1 de janeiro de 2019, assim como os assinados posteriormente até 31 de dezembro de 2022, não se enquadravam no âmbito da adoção da IFRS 16, pelo que o tratamento contabilístico dos referidos contratos nos exercícios de 2022 e 2021 manteve-se inalterado face a exercício anteriores.

2.22. Estimativas contabilísticas e aspetos críticos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possa, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

A Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do relato. A utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados na mensuração destes instrumentos financeiros em que são efetuados testes de sensibilidade de modo a aferir os eventuais impactos na utilização de diferentes estimativas ou julgamentos. A valorização destes instrumentos financeiros é determinada por uma equipa especializada da função de negociação.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. Deste modo, a determinação da imparidade em ativos financeiros tem em conta a avaliação de forma prospetiva das perdas de crédito estimadas associadas a esses ativos, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada as perdas associadas à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IFRS 9.

Determinação das responsabilidades por contratos de seguro

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos anteriormente na Nota 2.6.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem uma estimativa adequada e suficiente, em 31 de dezembro de 2021, das responsabilidades a que se encontra obrigada (Nota 11).

Resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro (Nota 11).

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

2.23. IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2022:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2022:

a) **IFRS 16** (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se,

sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades

empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

e) **Melhorias às normas 2018 – 2020.** Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. Estas alterações não têm impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, e que a União Europeia já endossou:

a) **IAS 1** (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **IAS 8** (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. A adoção futura desta alteração não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) **IFRS 17** (nova e alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes

grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prêmios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prêmios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. O Conselho de Administração espera impactos significativos relacionados com a adoção desta norma. Perspetivam-se alterações no âmbito dos produtos que serão tratados de acordo com a IFRS 17 face aqueles que se encontram atualmente a ser tratados ao abrigo da IFRS 4. Estas alterações respeitam a produtos financeiros com risco de tomador, onde existe também uma componente de risco de seguro. Considerando as características e condições contratuais destes produtos, os mesmos não poderão ser alvo de *unbundling* das suas componentes de acordo com o previsto na IFRS 17, razão pela qual passarão a ser tratados, em termos contabilísticos, ao abrigo da nova norma de contratos de seguro. A Companhia utilizará os três modelos de mensuração previstos no normativo, com base nos requisitos definidos no mesmo e nas características dos produtos em carteira. A metodologia de transição utilizada foi baseada na abordagem de justo valor, dado ser impraticável a obtenção, modelização, e replicação da informação histórica para aplicação da abordagem retrospectiva total. Não se considera também existir informação razoável e viável para aplicação da abordagem retrospectiva modificada. Foram identificados alguns grupos de contratos onerosos. Os mesmos são pouco expressivos face ao valor total das responsabilidades registadas no balanço da Companhia. Os impactos significativos mencionados acima têm origem, essencialmente, no efeito financeiro do desconto e no *risk adjustment* apurado.

d) **IFRS 17** (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade

aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. A adoção futura desta alteração não terá impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia já adotou a IFRS9 desde 2018.

e) **IAS 12** (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022, e que a União Europeia ainda não endossou:

a) **IAS 1** (alteração), 'Passivos não correntes com "covenants"' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os "covenants", que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a "covenants", é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos "covenants" e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos "covenants" nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação

retrospetiva. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) **IFRS 16** (alteração), 'Passivos de locação em transações de venda e relocação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como "vendas" segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os "pagamentos de locação" e "pagamentos de locação revistos" de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Companhia opera no ramo Vida, tendo desenvolvido a sua atividade em 2022 e 2021 em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

O principal responsável pela tomada de decisões relativamente a informação por segmentos é o Conselho de Administração da Companhia.

Nos exercícios de 2022 e 2021, as atividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas no ramo Vida e respetivos subsegmentos, apresentando o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas da conta de ganhos e perdas:

	2022				
	Ramo Vida		Gestão de Fundos de Pensões	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados (*)			
Prémios brutos emitidos	83 135 465	17 950			83 153 415
Prémios de resseguro cedido	(57 241 513)				(57 241 513)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	182 998				182 998
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(133 323)				(133 323)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			26 181 603		26 181 603
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(51 900 484)	(79 924)			(51 980 408)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(223 450)				(223 450)
Outras provisões técnicas (variação)	22 008 621	94 380			22 103 001
Remunerações de mediação (comissões)	(22 886 244)	(1 194)	(15 664 274)		(38 551 713)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	21 763 273	-			21 763 273
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(1 915 471)	(1 378)	(2 732 798)	(279 493)	(4 929 140)
Resultados dos investimentos	9 688 669	(460)	(7 479 635)	11 933 374	14 141 949
Outros rendimentos / gastos técnicos	(902 023)			970 734	68 711
Outros custos e proveitos				167 741	167 741
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda			-		-
Resultado antes de impostos	1 576 518	29 375	304 896	691 241	14 703 145
Impostos correntes e diferidos					(92 395)
Resultado líquido do exercício					14 610 750
Activo Líquido	614 204 503	-	2 860 864 687	-	3 671 895 998
Passivo Total	626 873 299	362 752	2 873 544 782	-	3 565 431 330

	2021				
	Ramo Vida		Gestão de Fundos Pensões	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Seguros Ligados			
Prémios brutos emitidos	90 506 209	21 377			90 527 586
Prémios de resseguro cedido	(61 572 081)				(61 572 081)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	94 497				94 497
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(139 106)				(139 106)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento			25 624 513		25 624 513
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(53 762 936)	(105 054)			(53 867 991)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(263 658)				(263 658)
Outras provisões técnicas (variação)	20 851 287	82 012			20 933 299
Remunerações de mediação (comissões)	(24 329 043)	(1 504)	(15 594 958)		(39 925 505)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	23 053 795	-			23 053 795
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(2 673 241)	(2 883)	(3 418 077)	(342 951)	(6 437 152)
Resultados dos investimentos	9 731 265	(1 383)	(2 551 398)	23 989 002	31 167 486
Outros rendimentos / gastos técnicos	(318 838)			1 080 734	761 896
Outros custos e proveitos				3 792	3 792
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda			-	23 011	23 011
Resultado antes de impostos	1 178 150	(7 436)	4 060 080	737 783	29 984 382
Impostos correntes e diferidos					(5 337 570)
Resultado líquido do exercício					24 646 812
Ativo Total	716 309 974	-	3 399 369 013	-	4 255 736 081
Passivo Total	681 873 668	457 132	3 407 453 590	-	4 114 225 284

O segmento de “Seguros de Vida” inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à exceção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente *unit-linked*) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, ativos e passivos que não se encontram afetos à atividade seguradora.

A atividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo Vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
Caixa e seus equivalentes	250	250
Depósitos à ordem	225 162 948	259 581 185
	<u>225 163 198</u>	<u>259 581 435</u>
Unidade de Negócio detida para venda (Notas 1 e 36)	-	-
	<u>225 163 198</u>	<u>259 581 435</u>

Tendo em consideração que os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado, em regra são ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os depósitos à ordem estão sediados, essencialmente, no Banco Santander Totta, S.A., cujo *rating* de crédito da instituição financeira é de BBB, ou equivalente, de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre as entidades: Fitch Ratings', Standard & Poors e Moody's.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
		2022
<u>Empreendimentos Conjuntos</u>		
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49,00%	8 232 000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49,00%	6 076 000
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	49,99%	4 399 120
		<u>18 707 120</u>
	Participação efetiva (%)	Valor de balanço
		2021
<u>Empreendimentos Conjuntos</u>		
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49,00%	8 232 000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49,00%	6 076 000
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	49,99%	3 749 250
		<u>18 057 250</u>

Em 16 de dezembro de 2014, no âmbito da constituição da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Aegon Vida) e da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Aegon Não Vida), a Companhia realizou entradas nos montantes

de 16.800.000 euros e de 12.400.000 euros, respetivamente. Estes montantes incluem o capital social de cada companhia, no montante de 7.500.000 euros, bem como os respetivos prémios de emissão, nos montantes de 9.300.000 euros e de 4.900.000 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou uma carteira de seguros de vida correspondente às apólices de seguro de vida risco puro subscritas a partir de 1 de julho de 2012, bem como a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida, incluindo os respetivos ativos e passivos associados, para as duas novas companhias constituídas, Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, respetivamente, pelos montantes de 9.300.000 euros e de 500.000 euros, respetivamente. Na sequência da transferência dos ativos e passivos associados a estas carteiras, o valor correspondente à variação ocorrida no período compreendido entre 30 de novembro e 31 de dezembro de 2014 no valor dos ativos e passivos afetos às carteiras transferidas ficou pendente de liquidação, tendo sido liquidado no início de 2015.

Também em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social de cada uma das novas companhias constituídas pelo valor global de 42.500.000 euros. Em Dezembro de 2016, as partes da aliança ajustaram, o plano de negócio contratado de forma a incluir o incremento significativo da base de clientes, em consequência da aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., em Dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.. Os acordos parassociais foram alterados em consonância e, o preço de venda inicial da participação de 51%, da operação ajustado num valor adicional de 12.500.000 euros (Nota 27.1. e Nota 34).

No âmbito do referido acordo de venda de 51% do capital social da Aegon Vida e da Aegon Não Vida à Aegon Spain Holding B.V. foi ainda definido um preço variável (“Earn Out”) a receber pela Companhia a partir de 31 de dezembro 2020 no valor máximo de 31.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2020 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2021 e 2027. Ver adicionalmente notas 27 e 34.

A constituição e posterior alienação de uma participação no capital social das novas sociedades foi efetuada no contexto do “Alliance and Shareholders’s agreement”, celebrado em 30 de julho de 2014 entre a Companhia, o Banco Santander Totta, S.A. e a Aegon Spain Holding, B.V., no âmbito do qual são estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Aegon controlo conjunto sobre estas entidades. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre as duas novas sociedades e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos das sociedades até 31 de dezembro de 2039.

Os dados financeiros da Aegon Vida e da Aegon Não Vida em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2022				2021			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	Lisboa	49,00%	139 159 886	99 826 501	39 333 385	20 278 589	128 745 010	88 459 025	40 285 985	17 716 475
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49,00%	63 831 475	40 381 230	23 450 245	11 653 810	55 591 082	32 280 103	23 310 980	9 404 312

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2022 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com os resultados da avaliação realizada pela consultora externa Willis Towers Watson com data de referência a 31 de dezembro de 2021, que apresentava valores superiores aos que estão definidos contratualmente e, tendo em conta o cumprimento durante 2022 do plano de negócio definido contratualmente, estas participações financeiras que se encontram valorizadas ao custo de aquisição, não apresentam indícios de imparidade, pelo que a Companhia não registou perdas por imparidade nestes ativos.

No âmbito do processo de fusão da Eurovida no exercício de 2018, conforme referido na Nota 1, a Santander Totta Seguros incorporou a participação de 100% na Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A., pelo montante de 7.500.000 euros.

No dia 14 de outubro de 2020, a Santander Totta Seguros alienou à Mapfre Seguros Gerais, S.A. a participação qualificada direta correspondente a 50,01% das ações representativas do capital social e dos direitos de voto da Popular Seguros – Companhia de Seguros S.A. (“Popular Seguros”), pelo valor global de 14.400 milhares de euros, tendo registado uma mais valia líquida de 8.963 milhares de euros, tendo sido estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem à Santander Totta Seguros e ao Grupo Mapfre controlo conjunto sobre a entidade. Na referida data foi aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Popular Seguros a alteração da denominação social da Popular Seguros - Companhia de Seguros, S.A. para Mapfre Santander Portugal – Companhia de Seguros, S.A (“Mapfre Santander”). Na sequência do acordo de venda, foi celebrado entre a sociedade e o Banco Santander Totta, S.A. um acordo de distribuição, mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da companhia até 31 de dezembro de 2037. Na referida data foi igualmente feita a alienação correspondente à transferência parcial de carteira correspondente à carteira de Risco Vida remanescente da ex-Eurovida à Mapfre Seguros Gerais, S.A. pelo montante de 3.600 milhares de euros, tendo sido gerada uma mais valia líquida do referido montante.

As transações referidas no parágrafo anterior foram precedidas de decisão de não oposição do Conselho de Administração da ASF no dia 13 de outubro de 2020.

No dia 26 de julho de 2022, por deliberação unânime por escrito, os acionistas aprovaram por unanimidade, uma proposta de dotação de fundos próprios, mediante prestações acessórias, no montante total de 1.300.000,00 Euros (um milhão e trezentos mil euros) na proporção das respetivas participações societárias para reposição da margem de solvência de referência de 130% acordada em reunião de Conselho de Administração de 30 de junho de 2022. A STS realizou a transferência de 649.870,00 Euros no dia 03 de agosto de 2022.

Os dados financeiros da Mapfre Santander em 31 de dezembro de 2022 e 2021 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2022				2021			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Mapfre Santander Portugal - Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49,99%	16 545 777	10 370 017	6 175 760	(470 026)	13 297 286	7 951 499	5 345 786	(2 870 372)

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2022 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

6. ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de ativos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
<u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:</u>		
Afetos a produtos <i>unit-linked</i> :		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	13 622 300	14 496 676
Instrumentos de capital e unidades de participação	836 359 596	1 082 295 546
Títulos de dívida	1 772 376 872	2 005 509 158
Instrumentos financeiros derivados	43 834 123	36 232 086
	<u>2 666 192 892</u>	<u>3 138 533 467</u>
Afetos a contratos de seguro:		
Instrumentos de capital e unidades de participação	254 252	302 203
Títulos de dívida	269 025	355 072
	<u>523 277</u>	<u>657 274</u>
Não afetos:		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação	865 987	803 292
	<u>865 987</u>	<u>803 292</u>
	<u>2 667 582 155</u>	<u>3 139 994 034</u>
<u>Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:</u>		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	44 360 258	26 325 788
Títulos de dívida	641 576 873	735 505 794
	<u>685 937 131</u>	<u>761 831 582</u>
<u>Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado</u>		
Empréstimos concedidos e contas a receber	19 741 801	34 950 885
	<u>19 741 801</u>	<u>34 950 885</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos a prazo registados na rubrica “Outros depósitos” apresentam a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	2022	2021
Outros depósitos		
Até um mês	-	-
De um a três meses	-	-
De três a seis meses	-	-
De seis meses a um ano	2 036 052	2 175 369
De um a dois anos	8 585 065	2 001 676
Mais de dois anos	5 648 929	22 061 637
	<u>16 270 046</u>	<u>26 238 683</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos a prazo dizem respeito, essencialmente, a depósitos efetuados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a afetação dos ativos financeiros e outros ativos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2022					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 929 572	3 165 372	143 243 955	-	73 824 300	225 163 198
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					18 707 120	18 707 120
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	507 667	15 610	2 666 192 892		865 987	2 667 582 155
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	551 816 684	29 049 794	35 068 681	-	70 001 974	685 937 132
Empréstimos concedidos e contas a receber	1 988 957	1 387 366	16 359 160	-	6 317	19 741 801
Outros ativos tangíveis					78 479	78 479
Outros ativos intangíveis					505 206	505 206
	<u>559 242 880</u>	<u>33 618 141</u>	<u>2 860 864 687</u>	<u>-</u>	<u>163 989 383</u>	<u>3 617 715 091</u>

	2021					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5 436 689	2 965 394	191 102 179	-	60 077 173	259 581 435
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					18 057 250	18 057 250
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	630 565	26 709	3 138 533 467		803 292	3 139 994 033
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	651 523 891	30 059 355	40 679 636	-	39 568 700	761 831 582
Empréstimos concedidos e contas a receber	4 131 058	1 766 293	29 053 730	-	(196)	34 950 885
Outros ativos tangíveis					63 484	63 484
Outros ativos intangíveis					620 258	620 258
	<u>661 722 203</u>	<u>34 817 751</u>	<u>3 399 369 013</u>	<u>-</u>	<u>119 189 960</u>	<u>4 215 098 928</u>

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de crédito

Qualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a segunda melhor notação de rating atribuída entre a Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	2022			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:				
AAA	-	97 577 985	-	97 577 985
AA- até AA+	-	78 060 623	4 669 036	82 729 659
A- até A+	-	183 510 278	55 900 112	239 410 391
BBB- até BBB+	685 557 229	599 040 288	66 907 115	1 351 504 632
BB- até BB+	2 875 944	2 999 951	1 277 246	7 153 141
Inferior a BB-	-	205 290	-	205 290
Sem rating	7 687 100	-	-	7 687 100
	<u>696 120 273</u>	<u>961 394 416</u>	<u>128 753 509</u>	<u>1 786 268 198</u>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:				
AAA	-	39 109 570	-	39 109 570
AA- até AA+	-	15 378 498	-	15 378 498
A- até A+	-	52 079 146	3 428 494	55 507 639
BBB- até BBB+	209 394 534	360 425 991	1 627 639	571 448 164
BB- até BB+	941 597	275 889	-	1 217 486
Sem rating	3 275 774	-	-	3 275 774
	<u>213 611 905</u>	<u>467 269 093</u>	<u>5 056 133</u>	<u>685 937 131</u>
Total do valor de balanço	<u>909 732 178</u>	<u>1 428 663 509</u>	<u>133 809 642</u>	<u>2 472 205 329</u>
	2021			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas:				
AAA		8 340 345		8 340 345
AA- até AA+		22 163 155	3 285 672	25 448 827
A- até A+		174 701 154	77 935 961	252 637 115
BBB- até BBB+	865 442 382	724 652 766	81 814 921	1 671 910 070
BB- até BB+	4 850 928	37 410 129	2 799 132	45 060 190
B- até B+				-
Inferior a B-		18 011		18 011
Sem rating	6 691 536	10 254 813		16 946 349
	<u>876 984 846</u>	<u>977 540 373</u>	<u>165 835 687</u>	<u>2 020 360 907</u>
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:				
AAA		3 821 832		3 821 832
AA- até AA+		16 827 366	504 266	17 331 632
A- até A+		32 698 329	4 279 635	36 977 964
BBB- até BBB+	250 918 458	441 767 408	1 559 678	694 245 544
BB- até BB+		619 114		619 114
Sem rating	8 835 496			8 835 496
	<u>259 753 953</u>	<u>495 734 049</u>	<u>6 343 579</u>	<u>761 831 582</u>
Total do valor de balanço	<u>1 136 738 800</u>	<u>1 473 274 423</u>	<u>172 179 266</u>	<u>2 782 192 488</u>

Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a “Standard & Poor’s” e “Moody’s” ou equivalente:

	2022				2021			
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	Total
AAA	-	-	-	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	-	-	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-	-	-	-
BBB- até BBB+	19 741 801	-	-	19 741 801	34 950 885	-	-	34 950 885
	<u>19 741 801</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19 741 801</u>	<u>34 950 885</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>34 950 885</u>

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as maturidades contratuais remanescentes dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2022				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	225 163 198				225 163 198
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				18 707 120	18 707 120
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de ganhos e perdas	969 792 323	691 864 589	277 459 025	728 466 219	2 667 582 155
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	68 786 117	241 421 584	150 597 449	225 131 982	685 937 132
Empréstimos concedidos e contas a receber	4 056 116	8 649 389	5 565 613	1 470 683	19 741 801
Contas a receber por operações de seguro direto	3 563 984				3 563 984
Contas a receber por operações de resseguro	806 709				806 709
Contas a receber por outras operações	8 635 134				8 635 134
	<u>1 280 803 580</u>	<u>941 935 562</u>	<u>433 622 087</u>	<u>973 776 003</u>	<u>3 630 137 233</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(1 469 074 752)	(453 912 586)	(118 849 022)	(750 959 245)	(2 792 795 605)
Valorizados ao custo amortizado	(3 082 076)	(6 750 075)	(5 068 438)	(25 279 887)	(40 180 476)
	<u>(1 472 156 828)</u>	<u>(460 662 661)</u>	<u>(123 917 460)</u>	<u>(776 239 132)</u>	<u>(2 832 976 081)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(14 567)				(14 567)
Outros	(82 300 327)	(1 825 121)	(181 792)	-	(84 307 239)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(9 352 170)				(9 352 170)
Contas a pagar por operações de resseguro	(1 915 043)				(1 915 043)
Contas a pagar por outras operações	(7 392 517)				(7 392 517)
	<u>(1 573 131 453)</u>	<u>(462 487 782)</u>	<u>(124 099 252)</u>	<u>(776 239 132)</u>	<u>(2 935 957 618)</u>
	<u>(291 684 023)</u>	<u>479 447 780</u>	<u>309 522 835</u>	<u>197 536 872</u>	<u>694 823 464</u>

	2021				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	259 581 435	-	-	-	259 581 435
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	18 057 250	18 057 250
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	1 250 860 936	368 872 914	667 586 645	852 673 538	3 139 994 033
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	81 610 959	174 848 489	219 320 176	286 051 959	761 831 582
Empréstimos concedidos e contas a receber	9 174 524	7 533 431	6 577 721	11 665 210	34 950 885
Contas a receber por operações de seguro direto	3 885 577	-	-	-	3 885 577
Contas a receber por operações de resseguro	887 356	-	-	-	887 356
Contas a receber por outras operações	7 258 860	-	-	-	7 258 860
	<u>1 613 259 648</u>	<u>551 254 834</u>	<u>893 484 541</u>	<u>1 168 447 956</u>	<u>4 226 446 979</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(1 828 380 320)	(230 199 263)	(444 825 567)	(840 448 279)	(3 343 853 430)
Valorizados ao custo amortizado	(2 756 925)	(6 705 300)	(6 084 990)	(28 431 614)	(43 978 829)
	<u>(1 831 137 245)</u>	<u>(236 904 563)</u>	<u>(450 910 558)</u>	<u>(868 879 893)</u>	<u>(3 387 832 259)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(18 603)	-	-	-	(18 603)
Outros	(8 338 235)	(68 753)	(11 319 570)	(264 681)	(19 991 239)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(10 232 751)	-	-	-	(10 232 751)
Contas a pagar por operações de resseguro	(3 983 596)	-	-	-	(3 983 596)
Contas a pagar por outras operações	(5 146 371)	-	-	-	(5 146 371)
	<u>(1 858 856 802)</u>	<u>(236 973 316)</u>	<u>(462 230 128)</u>	<u>(869 144 574)</u>	<u>(3 427 204 819)</u>
	<u>(245 597 153)</u>	<u>314 281 518</u>	<u>431 254 414</u>	<u>299 303 382</u>	<u>799 242 160</u>

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data de maturidade de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros *unit-linked* sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.
- Considerou-se que os depósitos recebidos das resseguradoras têm vencimento trimestral.

Risco de mercado

O risco de mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos e passivos relacionados com variações do mercado de capitais, nomeadamente o risco de taxa de juro.

A gestão deste risco assenta numa análise da gestão de ativos e passivos, utilizando uma metodologia designada por ALM (*Asset and Liability Management*).

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

A monitorização do risco de taxa de juro é efetuada trimestralmente, através do apuramento do impacto no gap de ALM para uma variação negativa e positiva de 100 pontos base sobre a curva de taxa de juro sem risco da EIOPA publicada a 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o impacto estimado numa deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 pontos bases, é o seguinte:

Unid: milhares de euros

	2022		2021	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	13 547	(18 806)	24 961	(28 990)

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro considerou toda a carteira de seguros de capitalização com garantia de taxa de juro contínua, em que o risco de investimento é suportado pela Companhia.

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à exceção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos *unit-linked*. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projetou os fluxos de caixa dos ativos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a *EUR Swap Zero Coupon Yield Curve*, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

Risco de Crédito

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do *rating* da emissão/emissor, das responsabilidades existentes e dos prazos, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares n.º 11/2010 e n.º 03/2011 emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, no que diz respeito a dívida não soberana, estão autorizadas tendencialmente aquisições de títulos (*Senior, Lower Tier 2 e Corporate*) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de *rating* Fitch Ratings (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

Para os bancos do grupo Santander, tendo em conta o conhecimento destas entidades, poderá ainda considerar-se a notação recebida de outras agências como a da agência DBRS (*Dominion Bond Rating Service*), sendo a mesma aceite pelas entidades de supervisão Portuguesas, Europeia (BCE) e Norte Americana (SEC), em alternativa à Agência de *rating* Fitch Ratings, mantendo-se os restantes princípios inalterados.

É definido um limite máximo para cada entidade emissora. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afetas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efetuada em Comité de Riscos Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais, sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os ativos tenham um *rating* e, que na ausência deste, se possa associar um nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende refletir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do ativo (distribuição *pro-rata*, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos ativos referenciados via CDS);
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos;
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

Para seguimento e acompanhamento mais eficiente e efetivo do Risco de Crédito, a companhia desenvolveu para os principais indicadores de risco uma metodologia de *Apetite por Risco* que faz parte do processo de definição e implementação da sua estratégia, bem como da determinação dos riscos assumidos em relação à sua capacidade de aceitação de risco. Neste sentido, a Sociedade desenvolveu um Modelo de *Apetite por Risco* que engloba um processo dinâmico de definição de objetivos, métricas e limites de *Apetite por Risco*, assim como mecanismos de implementação, monitorização e reporte.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos ativos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio e índices bolsistas.

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de ativos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro e de *spread* de crédito. Como riscos acessórios pode ser identificado o risco cambial e o risco de preço do mercado acionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por ativos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos ativos.

Na sua generalidade, os ativos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no *spread* de crédito, representativo do risco do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável para o mesmo risco de crédito é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos ativos de taxa fixa é a *Modified Duration*, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos. É monitorizada periodicamente a

adequação da duração das carteiras de obrigações às respectivas responsabilidades / passivos, e eventuais *mismatch*.

A sensibilidade dos ativos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de cumprir as obrigações associadas a passivos financeiros que sejam liquidados mediante entregas de dinheiro ou de outros ativos financeiros.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de ativos financeiros e dos passivos técnicos.

Adicionalmente e de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de ativos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade mensal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais dos ativos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os ativos financeiros e passivos técnicos associados aos produtos *unit-linked* são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respetivo justo valor desses ativos e passivos à data de cada relato financeiro.

Risco Operacional

- O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de eventos externos e pode ser classificado nas seguintes categorias:
- Fraude Interna - Atos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de ativos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Atos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudarem e apropriarem-se indevidamente de ativos de sua propriedade e desrespeitar as leis;

- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Atos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Ativos Físicos - Perdas ou danos em ativos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transações ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vetores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efetiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspeto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efetiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efetividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respetiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de autoavaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível da Companhia, ambas as análises se combinam, com o objetivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco, identificam-se as ações corretoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às ações corretoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das ações corretoras eleitas, é efetuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2022									
	Saldo em 31-12-2021			Aquisições	Alienações / Abates			Saldo em 31-12-2022		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Depreciações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	534.443	(534.448)	(5)					534.443	(534.448)	(5)
Equipamento informático	1.952.367	(1.952.367)	(1)	9.719		(2.240)		1.962.085	(1.954.608)	7.478
Material de transporte	173.620	(118.311)	55.309	52.254	(148.621)	122.845	(16.748)	77.253	(12.214)	65.039
Outros ativos tangíveis	202.238	(194.057)	8.181			(2.214)		202.238	(196.271)	5.967
	<u>2.862.667</u>	<u>(2.799.184)</u>	<u>63.484</u>	<u>61.973</u>	<u>(148.621)</u>	<u>122.845</u>	<u>(21.202)</u>	<u>2.776.019</u>	<u>(2.697.540)</u>	<u>78.479</u>

	2021									
	Saldo em 31-12-2020			Aquisições	Alienações / Abates			Saldo em 31-12-2021		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Depreciações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	534.443	(534.448)	(5)					534.443	(534.448)	(5)
Equipamento informático	1.952.367	(1.950.155)	2.211			(2.212)		1.952.367	(1.952.367)	(1)
Material de transporte	230.746	(182.788)	47.957	24.999	(82.124)	82.124	(17.647)	173.620	(118.311)	55.309
Outros ativos tangíveis	202.238	(191.843)	10.395			(2.214)		202.238	(194.057)	8.181
	<u>2.919.793</u>	<u>(2.859.235)</u>	<u>60.558</u>	<u>24.999</u>	<u>(82.124)</u>	<u>82.124</u>	<u>(22.073)</u>	<u>2.862.667</u>	<u>(2.799.184)</u>	<u>63.484</u>

8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	2022									
	Saldo em 31-12-2021			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2022		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	10.313.766	(9.693.509)	620.258	263.533		(378.585)		10.577.300	(10.072.094)	505.205
Outros ativos intangíveis	107.677	(107.677)	-					107.677	(107.677)	-
	<u>10.421.443</u>	<u>(9.801.185)</u>	<u>620.258</u>	<u>263.533</u>	<u>-</u>	<u>(378.585)</u>	<u>-</u>	<u>10.684.976</u>	<u>(10.179.771)</u>	<u>505.206</u>

	2021									
	Saldo em 31-12-2020			Aquisições	Transferências / Abates			Saldo em 31-12-2021		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Amortizações do exercício (Nota 22)	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	9.821.263	(9.283.395)	537.868	492.504		(410.114)		10.313.766	(9.693.509)	620.258
Outros ativos intangíveis	107.677	(107.677)	-					107.677	(107.677)	-
Ativos intangíveis em curso	628.744	-	628.744	6.888	(636.632)			0	-	0
	<u>10.557.684</u>	<u>(9.391.071)</u>	<u>1.166.812</u>	<u>499.392</u>	<u>(636.632)</u>	<u>-</u>	<u>(410.114)</u>	<u>10.421.443</u>	<u>(9.801.185)</u>	<u>620.258</u>

9. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
<i>Contas a receber por operações de seguro direto</i>		
Prêmios em cobrança	3 548 957	3 846 223
Mediadores	45 535	39 354
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 16)	(30 509)	(30 509)
	<u>3 563 984</u>	<u>3 855 068</u>
<i>Contas a receber por operações de resseguro</i>	<u>806 709</u>	<u>887 356</u>
<i>Contas a receber por outras operações</i>		
Comissão de gestão a receber de produtos <i>unit-linked</i>	5 794 752	6 402 777
Outros valores a receber de produtos <i>unit-linked</i>	3 177 847	624 844
Outros	275 875	231 240
Ajustamentos	(613 341)	(634 153)
	<u>8 635 134</u>	<u>6 624 707</u>
	<u>13 005 827</u>	<u>11 367 132</u>

O montante de “Comissão de gestão a receber de produtos *unit-linked*” é relativo ao reconhecimento de comissões a receber respeitantes a comissões de produtos *unit-link* para os quais ainda não houve ocorrência de liquidação financeira.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo contabilístico das várias rubricas, à data de relato.

10. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Ativo</u>		
<u>Acréscimos de rendimentos</u>		
Preço variável a receber ("Earn Out") pela venda da participação na Aegon Vida e Aegon Não Vida (cf. nota 34)	4 000 000	9 000 000
Outros acréscimos de rendimentos	<u>5 153</u>	<u>5 153</u>
	<u>4 005 153</u>	<u>9 005 153</u>
<u>Gastos diferidos</u>		
Seguros	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>4 005 153</u>	<u>9 005 153</u>
<u>Passivo</u>		
<u>Acréscimos de gastos</u>		
Prémios de desempenho a pagar	314 217	310 490
Férias e subsídio de férias	235 116	283 973
Comissões	575 289	361 144
Prémio de Permanência	111 194	159 831
Comissões pela prestação de colaterais	-	-
Outros:		
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	387 001	118 545
- Fornecimentos e serviços externos	188 889	297 750
- Contratos de manutenção informática	679 162	728 815
- Diversos	1 093 391	2 450 951
	<u>3 584 259</u>	<u>4 711 500</u>
<u>Rendimentos diferidos</u>		
Comissões recebidas	10 299	139 545
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>10 299</u>	<u>139 545</u>
	<u>3 594 559</u>	<u>4 851 045</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica "Outros – Diversos" respeita essencialmente a gastos já incorridos decorrentes do processo de implementação da norma IFRS 17.

11. PROVISÕES TÉCNICAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
	Valor	Valor
<u>Seguro Direto</u>		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática		
Financeiros com participação	549 421 675	571 060 720
Mistos	362 552	456 932
Vida risco	68 336	79 319
Universal life	-	-
Rendas	39 723 245	40 242 016
	<u>589 575 808</u>	<u>611 838 987</u>
Provisão para prêmios não adquiridos	<u>2 560 445</u>	<u>2 743 442</u>
Provisão para participação nos resultados atribuída	<u>241 036</u>	<u>280 349</u>
Provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>362 495</u>	<u>31 738 020</u>
Provisão para compromissos de taxa	<u>6 917 994</u>	<u>6 786 579</u>
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	21 958 234	19 711 372
Sinistros não declarados (IBNR)	3 123 080	3 705 692
Custos de gestão de sinistros	395 208	430 942
	<u>25 476 523</u>	<u>23 848 006</u>
	<u>625 134 301</u>	<u>677 235 384</u>
	2022	2021
	Valor	Valor
<u>Resseguro cedido</u>		
<u>Ramo Vida</u>		
Provisão matemática	9 747	61 117
Provisão para prêmios não adquiridos	2 538 828	2 672 151
Provisão para participação nos resultados	143 064	-
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	18 651 843	17 036 752
	<u>21 343 482</u>	<u>19 770 020</u>

Em julho de 2012 a Companhia celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited ("Ressegurador") um tratado de resseguro proporcional ("Contrato"), no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco ("Carteira"). O Contrato produziu efeitos a partir de 1 de abril de 2012.

Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 euros, equivalente à estimativa do valor atual dos lucros futuros da carteira ressegurada, os quais já estão deduzidos das comissões de mediação a suportar pela

Companhia relativamente aos prémios futuros. Estas comissões são pagas ao Banco Santander Totta, S.A.

É entendimento do Conselho de Administração que, subjacente ao tratado de resseguro estabelecido, existiu uma efetiva e total transferência dos seguintes riscos:

- Crédito: a comissão de resseguro recebida não se encontra condicionada pela cobrança dos recibos de prémio aos tomadores de seguro;
- Risco de caída da carteira (risco de cancelamento das apólices ou de não renovação das mesmas): não afeta nem afetará o montante da comissão de resseguro recebida, não existindo qualquer garantia da Companhia a favor do Ressegurador nesse sentido;
- Morte e invalidez permanente: os rácios de sinistralidade reais, se divergentes face ao projetado, não afetarão a comissão de resseguro recebida.

Adicionalmente, a resolução antecipada do tratado de resseguro encontra-se contratualmente prevista apenas nas seguintes situações:

- Alterações do enquadramento legal ou regulamentar que possam resultar na ilegalidade do tratado de resseguro celebrado ou que materialmente impossibilitem a sua execução;
- Incumprimento das obrigações da Companhia enquanto cedente;
- Incumprimento das obrigações da Resseguradora.

Por outro lado, os custos estimados de gestão da carteira ressegurada são debitados ao Ressegurador.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração da Companhia considera que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados à carteira ressegurada e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, pelo que no exercício de 2012 elegeu como política contabilística a adotar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do exercício, na rubrica "Comissões e participação nos resultados de resseguro".

Durante os exercícios de 2022 e 2021 a Companhia continuou a registar nas suas demonstrações financeiras os valores resultantes da execução do Contrato. No âmbito do tratado de resseguro de quota-parte, estabelecido entre a Companhia e o Ressegurador, a Companhia regista prémios, custos com sinistros, comissões e variações de provisões de resseguro cedido de montante igual aos correspondentes valores de seguro direto, com exceção dos encargos de gestão debitados ao ressegurador, os quais constituem a remuneração da Companhia pela gestão administrativa das apólices resseguradas. Os

montantes registados em resseguro cedido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 têm a seguinte composição:

	2022	2021
Prémios de resseguro cedido, líquidos de estornos	(56 861 478)	(61 062 986)
Encargos de gestão	1 514 545	1 599 850
Prémios brutos emitidos - Resseguro cedido (Nota 19)	<u>(55 346 933)</u>	<u>(59 463 136)</u>
Varição da provisão matemática de resseguro cedido	(2 480)	(7 827)
Varição da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(175 317)	(135 425)
Custos com sinistros de resseguro cedido	15 751 450	19 911 848
Comissões de resseguro cedido	20 710 974	22 013 724
	<u>(19 062 306)</u>	<u>(17 680 816)</u>

As comissões de resseguro cedido recebidas do Ressegurador são equivalentes às comissões de mediação pagas ao Banco Santander Totta, S.A.

Adicionalmente, no âmbito do cumprimento deste contrato, o Banco Santander Totta, S.A. constituiu em julho de 2012 um depósito inicial no montante de 201.750.000 euros junto do Bank of New York Mellon, mobilizado progressivamente ao longo dos anos. Este depósito foi mobilizado totalmente em 2020.

O movimento ocorrido na provisão matemática, na provisão para prémios não adquiridos e na provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída de seguro direto e de resseguro cedido do Ramo Vida, nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022			
	Saldo em 31-12-2021	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2022
Seguro Direto				
Provisão matemática	611 838 988	(22 285 459)	22 279	589 575 808
Provisão para prémios não adquiridos	2 743 442	(182 998)	-	2 560 445
Provisão para participação nos resultados a atribuir	31 738 020	(31 375 526)	-	362 495
Provisão para participação nos resultados atribuída	-			-
De contratos de seguro	241 188	200 488	(240 483)	201 193
De contratos de investimento com participação discricionária dos resultados	39 161	22 961	(22 279)	39 843
Provisão para compromissos de taxa	6 786 579	131 415	-	6 917 994
	<u>653 387 379</u>	<u>(53 489 118)</u>	<u>(240 483)</u>	<u>599 657 778</u>
Resseguro cedido				
Provisão matemática	(61 117)	51 371	-	(9 747)
Provisão para prémios não adquiridos	(2 672 151)	133 323	-	(2 538 828)
Provisão para participação nos resultados atribuída	-	(143 064)	-	(143 064)
	<u>(2 733 268)</u>	<u>41 629</u>	<u>-</u>	<u>(2 691 639)</u>
	<u>650 654 111</u>	<u>(53 447 489)</u>	<u>(240 483)</u>	<u>596 966 139</u>

	2021			
	Saldo em 31-12-2020	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2021
Seguro Direto				
Provisão matemática	632 591 420	(21 078 482)	326 050	611 838 988
Provisão para prémios não adquiridos	2 837 940	(94 497)	-	2 743 442
Provisão para participação nos resultados a atribuir	46 399 125	(14 601 649)	(59 455)	31 738 020
Provisão para participação nos resultados atribuída				
De contratos de seguro	704 506	240 812	(704 130)	241 188
De contratos de investimento com participação discricionária dos resultados	282 910	82 302	(326 050)	39 161
Provisão para compromissos de taxa	6 579 980	206 599	-	6 786 579
	<u>689 395 880</u>	<u>(35 244 916)</u>	<u>(763 585)</u>	<u>653 387 379</u>
Resseguro cedido				
Provisão matemática	(509)	(60 608)	-	(61 117)
Provisão para prémios não adquiridos	(2 811 257)	139 106	-	(2 672 151)
Provisão para participação nos resultados atribuída	(71 533)	71 533	-	-
	<u>(2 883 299)</u>	<u>150 030</u>	<u>-</u>	<u>(2 733 268)</u>
	<u>686 512 582</u>	<u>(35 094 886)</u>	<u>(763 585)</u>	<u>650 654 111</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a provisão matemática do ramo vida e as provisões para prémios não adquiridos apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total
Seguro direto						
Provisão matemática						
De seguros de vida	589 576 078	(270)	589 575 808	611 839 690	(703)	611 838 988
Provisão para prémios não adquiridos						
De seguros de vida	2 560 445		2 560 445	2 743 442		2 743 442
	<u>592 136 523</u>	<u>(270)</u>	<u>592 136 252</u>	<u>614 583 133</u>	<u>(703)</u>	<u>614 582 430</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as provisões para sinistros de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2022				2021			
	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total
De seguro direto								
De seguros de vida								
Temporários	20 328 328	3 123 080	317 583	23 768 991	18 295 265	3 705 692	352 810	22 353 767
Capitais diferidos	1 537 863	-	19 792	1 557 654	1 312 240	-	20 639	1 332 879
Mistos	56 648	-	58	56 706	83 734	-	68	83 802
Unit Linked	-	-	(11)	(11)	-	-	(11)	(11)
Rendas	24 646	-	388	25 034	2 077	-	38	2 115
Universal life	68 148	-	-	68 148	75 454	-	-	75 454
	<u>22 015 632</u>	<u>3 123 080</u>	<u>337 810</u>	<u>25 476 523</u>	<u>19 768 769</u>	<u>3 705 692</u>	<u>373 545</u>	<u>23 848 006</u>
	<u>22 015 632</u>	<u>3 123 080</u>	<u>337 810</u>	<u>25 476 523</u>	<u>19 768 769</u>	<u>3 705 692</u>	<u>373 545</u>	<u>23 848 006</u>
De resseguro cedido								
De seguros de vida	(18 651 843)			(18 651 843)	(17 036 752)			(17 036 752)
	<u>(18 651 843)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(18 651 843)</u>	<u>(17 036 752)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17 036 752)</u>
	<u>3 363 789</u>	<u>3 123 080</u>	<u>337 810</u>	<u>6 824 680</u>	<u>2 732 018</u>	<u>3 705 692</u>	<u>373 545</u>	<u>6 811 254</u>

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2022 e 2021 ao nível das provisões para sinistros de seguro direto do ramo vida relativas a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

	2022			Reajustamentos
	Provisão para sinistros em 31-12-2021	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2022(*)	
Ramo vida	23 848 006	11 735 845	10 383 475	(1 728 685)

(*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

	2021			Reajustamentos
	Provisão para sinistros em 31-12-2020	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2021(*)	
Ramo vida	21 947 782	13 617 702	9 172 607	842 528

(*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Em 2022 e 2021, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2022				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco	15 738 577	(14 394 163)	1 415 224	(1 615 091)	1 144 548
Produtos financeiros	50 622 567	-	213 293	-	50 835 860
	66 361 144	(14 394 163)	1 628 517	(1 615 091)	51 980 408
	2021				
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco	20 019 879	(17 678 288)	1 495 971	(2 410 459)	1 427 103
Produtos financeiros	52 036 635	-	404 253	-	52 440 888
	72 056 514	(17 678 288)	1 900 224	(2 410 459)	53 867 991

Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para

os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários anuais renováveis.

Políticas de gestão de risco de seguro

A Companhia implementou o seu Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno no sentido de dar resposta aos principais objetivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos ativos;
- Controlo dos riscos da sua atividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *Compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;

- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;
- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

Concentrações de risco de seguro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Risco de mortalidade	Risco de invalidez
Capital seguro				
Ramo vida				
Temporários e Rendas				
Crédito Habitação	3 652 053 150	3 559 043 933	4 225 976 059	4 118 728 519
Coletivos	797 835 573	434 985 449	848 285 060	467 674 776
Plano Proteção	1 550 360 712	1 544 380 712	1 684 080 917	1 677 245 917
Plano Proteção Ordenado	136 245 000	-	149 415 000	-
Outros	1 469 617 998	17 853 332	1 564 571 251	18 840 594
Outros (Carteira Eurovida)	373 568	-	468 971	-
	<u>7 606 486 000</u>	<u>5 556 263 425</u>	<u>8 472 797 258</u>	<u>6 282 489 806</u>

A Companhia não efetuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com as seguintes resseguradoras: Abbey Life, AXA, General Cologne Re, Munich Re, RGA Re, AXA Re, Swiss Re, Partner Re, Mapfre, SCOR e Hannover Re. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de dezembro de 2022 são os que constam da tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
General Cologne Re	AA+
Munich Reinsurance Co.	AA-
RGA Insurance Company	AA-
AXA France Vie / AXA France IARD	A+
Swiss Re	AA-
Partner Re	A+
Mapfre	A+
SCOR	A
Hannover Re Correduria de Reaseguros	A+

Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respetivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objetivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prémios é efetuada anualmente pelos Serviços da Companhia.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adotada tem em conta as políticas de tarifação e subscrição de riscos.

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) dizem respeito essencialmente às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de despesas de aquisição, permanece a um nível adequado.

	2022	2021	2020	2019	2018
Rácio de sinistralidade	26,71%	31,28%	15,18%	24,93%	17,93%
Rácio de despesas de aquisição	34,77%	34,57%	34,12%	31,92%	31,00%
Rácio combinado	61,48%	65,85%	49,30%	56,85%	48,92%

12. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022				Montante gerido em 31-12-2022
	Montante gerido em 31-12-2021	Montantes		Variações de ganhos e perdas	
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	2 336 237 754	174 405 861	(303 703 258)	(243 080 087)	1 963 860 270
PPR	1 007 615 676	38 903 745	(83 462 083)	(134 122 004)	828 935 335
	<u>3 343 853 430</u>	<u>213 309 606</u>	<u>(387 165 340)</u>	<u>(377 202 091)</u>	<u>2 792 795 605</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	43 978 829	1 085 140	(4 896 039)	12 546	40 180 476
PPR	-	-	-	-	-
	<u>43 978 829</u>	<u>1 085 140</u>	<u>(4 896 039)</u>	<u>12 546</u>	<u>40 180 476</u>
	<u>3 387 832 259</u>	<u>214 394 746</u>	<u>(392 061 379)</u>	<u>(377 189 545)</u>	<u>2 832 976 081</u>
2021					
	Montante gerido em 31-12-2020	Montantes		Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2021
		Entradas	Saídas		
Passivos por contratos de investimento					
Valorizados ao justo valor					
Excluindo PPR	2 241 202 348	472 461 805	(439 663 329)	62 236 930	2 336 237 754
PPR	993 597 112	77 311 495	(46 770 302)	(16 522 628)	1 007 615 676
	<u>3 234 799 460</u>	<u>549 773 299</u>	<u>(486 433 631)</u>	<u>45 714 302</u>	<u>3 343 853 430</u>
Valorizados ao custo amortizado					
Excluindo PPR	49 417 540	1 455 609	(6 883 561)	(10 760)	43 978 829
PPR	-	-	-	-	-
	<u>49 417 540</u>	<u>1 455 609</u>	<u>(6 883 561)</u>	<u>-10 760</u>	<u>43 978 829</u>
	<u>3 284 217 000</u>	<u>551 228 909</u>	<u>(493 317 192)</u>	<u>45 703 542</u>	<u>3 387 832 259</u>

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2022 e 2021 encontram-se detalhadas na Nota 27.

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos *unit-linked*. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de outros passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Depósitos recebidos de resseguradores	14 567	18 603
	<u>14 567</u>	<u>18 603</u>
Outros passivos financeiros		
Comissão de gestão a pagar (produtos <i>unit-linked</i>)	5 744 636	6 363 926
Instrumentos financeiros derivados (produtos <i>unit-linked</i>)	32 030 025	12 402 541
Outros	46 532 578	1 224 772
	<u>84 307 239</u>	<u>19 991 239</u>
	<u>84 321 807</u>	<u>20 009 842</u>

Os 'Outros' incluídos em outros passivos financeiros são compostos, maioritariamente, pelo valor depositado como colateral pela contraparte dos *swaps* (Banco Santander Totta) contratados pela Companhia em determinados fundos autónomos associados a seguros *unit-linked* que dependem da evolução de determinada variável financeira (índices de ações, taxa Euribor) ao abrigo do CSA (*Credit Support Annex*) assinado entre ambas as entidades. O valor presente reflete a estimativa de valor futuro líquido positivo a ser pago pela contraparte do *swap* à Companhia / fundos autónomos.

14. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2022	2021
<i>Contas a pagar por operações de seguro direto</i>		
Comissões a pagar	9 324 171	10 119 112
Tomadores de seguro	27 999	113 639
	<u>9 352 170</u>	<u>10 232 751</u>
<i>Contas a pagar por operações de resseguro</i>	<u>1 915 043</u>	<u>3 983 596</u>
<i>Contas a pagar por outras operações</i>		
Resgates pendentes de liquidação	5 836 887	3 496 583
Outros credores	1 157 362	1 462 875
Outros fornecedores	398 268	186 913
	<u>7 392 517</u>	<u>5 146 371</u>
	<u>18 659 731</u>	<u>19 362 718</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Comissões a pagar" refere-se a comissões a pagar pela Companhia ao Banco Santander Totta pela angariação de apólices.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2022 e ao 4º trimestre de 2021, respetivamente, as quais foram regularizadas no 1º trimestre de 2023 e 2022, respetivamente.

Os restantes montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rúbricas, à data de relato.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são os seguintes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	719 801	-
	<u>719 801</u>	<u>-</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar		(3 230 301)
Outros impostos a pagar	(569 507)	(880 073)
	<u>(569 507)</u>	<u>(4 110 374)</u>
Total de impostos correntes	<u>150 294</u>	<u>(4 110 374)</u>
<u>Ativos por impostos diferidos</u>	<u>15 082 506</u>	<u>470 710</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>	<u>(593)</u>	<u>(593)</u>
Total de impostos diferidos	<u>15 081 913</u>	<u>470 117</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes são detalhados da seguinte forma:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Consolidação fiscal	266 000	550 000
Coleta	-	(3 268 168)
Derrama municipal e estadual	-	(816 576)
Outros	-	-
Retenções na fonte efetuadas por terceiros		
Pagamentos por conta	453 801	304 443
Imposto sobre o rendimento (a pagar) / a recuperar	<u>719 801</u>	<u>(3 230 301)</u>
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efetuadas a terceiros	(255 220)	(370 186)
Outros impostos e taxas	(258 770)	(450 680)
Contribuições para a segurança social	(55 517)	(59 207)
	<u>(569 507)</u>	<u>(880 073)</u>

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercicios de 2022 e 2021 foi o seguinte:

	2022			Saldo em 31-12-2022
	Variação em			
	Saldo em 31-12-2021	Capital Próprio	Resultados	
<u>Ativos por impostos diferidos</u>				
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	470 710		3 382 414	3 853 124
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	11 229 382	11 229 382
	<u>470 710</u>	<u>-</u>	<u>14 611 796</u>	<u>15 082 506</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:				
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(593)			(593)
	<u>470 117</u>	<u>-</u>	<u>14 611 796</u>	<u>15 081 913</u>
	2021			Saldo em 31-12-2021
	Variação em			
	Saldo em 31-12-2020	Capital Próprio	Resultados	
<u>Ativos por impostos diferidos</u>				
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1 612 577		(1 141 867)	470 710
	<u>1 612 577</u>	<u>-</u>	<u>(1 141 867)</u>	<u>470 710</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas:				
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(819 636)	819 043		(593)
	<u>792 941</u>	<u>819 043</u>	<u>(1 141 867)</u>	<u>470 117</u>

O imposto corrente é determinado em função do lucro tributável do período, o qual corresponde ao resultado contabilístico ajustado por custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultantes de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor no período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Por sua vez, os impostos diferidos ativos são contabilizados quando se estima que estes sejam recuperáveis e na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam assegurar a sua reversão.

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2022	2021
Impostos correntes	(554 523)	3 892 106
Impostos diferidos	646 918	1 445 463
Total de impostos em ganhos e perdas	<u>92 395</u>	<u>5 337 570</u>
Resultado antes de impostos	<u>14 703 145</u>	<u>29 984 382</u>
Taxa efetiva de imposto	0,63%	17,80%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2022 e 2021 pode ser demonstrada como segue:

	2022		2021	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		14 703 145		29 984 382
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,00%	3 087 660	21,00%	6 296 720
Derramas	2,50%	367 579	2,72%	816 576
Outras diferenças permanentes	-19,12%	(2 810 663)	-8,05%	(2 412 466)
Variações patrimoniais negativas	-4,38%	(644 576)	-2,05%	(616 084)
Outros	-3,77%	(554 523)	-0,64%	(192 640)
Impostos diferidos	4,40%	646 918	4,82%	1 445 463
Carga de imposto sobre o rendimento do período	0,63%	<u>92 395</u>	17,80%	<u>5 337 570</u>

A STS está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2022 e 2021 ascendeu a 22,5%.

Adicionalmente, as empresas que apresentem lucros mais elevados são, igualmente, sujeitas a Derrama Estadual.

Desta forma, a tributação dos lucros das empresas é a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre a matéria coletável não isenta;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável; e,
- Derrama estadual a uma taxa progressiva aplicada sobre a parte do lucro tributável correspondente a cada um dos escalões abaixo indicados:
 - Menor ou igual a 1.500.000 euros - 0%;

- Maior do que 1.500.000 euros e até 7.500.000 euros - 3%;
- Maior do que 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros - 5%;
- Maior do que 35.000.000 euros - 9%.

A taxa de imposto utilizada pela Companhia no apuramento e registo de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi de 23,5%.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, em eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que, qualquer correção relativa aos exercícios suscetíveis de serem objeto de inspeção, seja significativa para as demonstrações financeiras. Deste modo, as declarações fiscais da Companhia dos exercícios de 2019 a 2022 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Grupo Santander Totta aplica desde o exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, Banco Santander Totta, Santander Totta Seguros, TottaUrbe e Gamma - sociedades dominadas.

16. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ATIVO

Nos exercícios de 2022 e 2021, o movimento nas rubricas de “Outras provisões” e “Ajustamentos a contas do ativo” foi o seguinte:

	2022				Saldos em 31-12-2022
	Saldos em 31-12-2021	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações / Transferências	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	30 509	-	-	-	30 509
	<u>30 509</u>				<u>30 509</u>
Ajustamento em outras contas a receber	634 153	-	-	(20 812)	613 341
	<u>634 153</u>				<u>613 341</u>
Outras provisões	823 069	-	-	(654 708)	168 361
	<u>1 487 731</u>			<u>(654 708)</u>	<u>812 210</u>

	2021				Saldos em 31-12-2021
	Saldos em 31-12-2020	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações / Transferências	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	30 509	-	-	-	30 509
	<u>30 509</u>				<u>30 509</u>
Ajustamento em outras contas a receber	634 153	-	-	-	634 153
	<u>634 153</u>				<u>634 153</u>
Outras provisões	2 106 547	-	-	(1 283 478)	823 069
	<u>2 771 209</u>			<u>(1 283 478)</u>	<u>1 487 731</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Outras provisões” destina-se, essencialmente, a fazer face a contingências legais, fiscais e outras, resultantes da atividade da Companhia.

As provisões registadas na rubrica “Outras provisões” são mensuradas ao valor presente. Face ao montante e natureza das mesmas, não é expectável que o efeito do desconto financeiro das mesmas seja um montante relevante.

17. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

A política de gestão de capital da Companhia é efetuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia monitoriza os requisitos de capital numa base regular, acompanhando as alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Tem por objetivo a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

18. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2022	2021
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(55 355 248)	40 935 871
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(362 495)	(31 738 020)
	<u>(55 717 743)</u>	<u>9 197 851</u>
Reservas por impostos		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	<u>13 093 670</u>	<u>(2 165 044)</u>
Reserva legal	<u>43 983 393</u>	<u>41 518 712</u>
Outras reservas	<u>2 476 709</u>	<u>2 476 709</u>
Resultados transitados	<u>40 767 888</u>	<u>18 585 758</u>

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 a rubrica “Outras reservas” inclui a reserva de fusão no âmbito da fusão por incorporação da Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., no montante de 2.455.094 euros.

A variação registada em 2022 na rubrica “Resultados transitados” é justificada pelos lucros gerados em 2021 não distribuídos ao acionista. Adicionalmente, em 2021, foi distribuído ao acionista 24.216.262 euros, relativos ao lucro do exercício de 2020. O montante total dos referidos dividendos distribuídos em 2021 totalizou 50.000.000 euros, conforme se pode verificar na demonstração de variações do capital próprio.

Nos termos do artigo 62º do Regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (Anexo I da Lei 147/2015 de 9 de setembro), um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o apuramento dos resultados básicos por ação pode ser apresentado como segue:

	2022	2021
Resultado líquido do período	14 610 750	24 646 812
Número médio de ações em circulação no período (Nota 17)	47 250 000	47 250 000
Resultados básicos por ação	0,31	0,52

A Companhia apresenta a divulgação acima, do resultado básico por ação, de acordo com os princípios da IAS 33, apesar da referida divulgação não ser obrigatória.

Os resultados por ação diluídos são iguais aos resultados por ação básicos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

19. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2022 e 2021, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida						
Prémios brutos emitidos						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	60 097 728	(57 241 513)	2 856 215	67 061 501	(61 572 081)	5 489 420
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	23 055 687	-	23 055 687	23 466 085	-	23 466 085
	<u>83 153 415</u>	<u>(57 241 513)</u>	<u>25 911 902</u>	<u>90 527 586</u>	<u>(61 572 081)</u>	<u>28 955 505</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
- Produtos de risco (temporários e rendas)	182 998	(133 323)	49 675	94 497	(139 106)	(44 609)
	<u>182 998</u>	<u>(133 323)</u>	<u>49 675</u>	<u>94 497</u>	<u>(139 106)</u>	<u>(44 609)</u>
	<u>83 336 413</u>	<u>(57 374 836)</u>	<u>25 961 577</u>	<u>90 622 083</u>	<u>(61 711 187)</u>	<u>28 910 897</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica "Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido", inclui os prémios registados no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life (Nota 11), nos montantes de 56,861,478 euros e de 61,062,986 euros respetivamente.

Nos exercícios de 2022 e 2021, os prêmios brutos emitidos de contratos de seguro direto do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	2022	2021
Prêmios brutos emitidos de seguro direto		
Relativos a contratos individuais	42 458 959	46 608 126
Relativos a contratos de grupo	40 694 456	43 919 461
	<u>83 153 415</u>	<u>90 527 586</u>
Periódicos	79 976 263	86 949 728
Não periódicos	3 177 152	3 577 858
	<u>83 153 415</u>	<u>90 527 586</u>
De contratos sem participação nos resultados	60 965 627	65 987 181
De contratos com participação nos resultados	22 187 788	24 540 405
	<u>83 153 415</u>	<u>90 527 586</u>

20. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2022 e 2021, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contábilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	7 887	7 403
EUROVIDA Rendimento	53 954	64 624
	<u>61 841</u>	<u>72 027</u>
Unit-linked		
Poupança Rendimento Vida	821 554	1 745 104
Seguro Investimento	9 060 235	7 849 007
Super Rendimento Seguro	173 263	171 516
Seguro Poupança Segura PPR	3 219 678	2 924 224
Fundos Santander	10 730 907	10 188 024
EUROVIDA PPR	786 093	912 443
EUROVIDA INVESTE 2023	1 328 032	1 762 168
	<u>26 119 762</u>	<u>25 552 486</u>
	<u>26 181 603</u>	<u>25 624 513</u>

As comissões relativas a produtos *unit-linked* recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos ativos sob gestão e (ii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, apresentando a seguinte composição:

	2022	2021
Comissões <i>Unit-linked</i>		
Comissões de gestão	24 551 811	24 731 370
Comissões de resgate	1 567 951	821 116
	<u>26 119 762</u>	<u>25 552 486</u>

21. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	2022	2021
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	22 887 438	24 416 214
Custos imputados (Nota 22)	220 663	319 714
Outros custos de aquisição	61 933	77 170
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	15 664 274	15 981 012
Custos imputados (Nota 22)	1 204 902	1 111 913
De Fundos de Pensões		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	11 761	0
Custos imputados (Nota 22)	81 833	105 104
	<u>40 132 806</u>	<u>42 011 127</u>
Varição dos custos de aquisição diferidos (Nota 11)	<u>432</u>	<u>953</u>
Gastos administrativos (Nota 22)	<u>3 347 614</u>	<u>4 350 577</u>
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões do ramo vida	(21 763 168)	(23 053 650)
Participação nos resultados do ramo vida		
Varição dos custos de aquisição diferidos	(105)	(145)
Comissões do ramo acidentes pessoais		
	<u>(21 763 273)</u>	<u>(23 053 795)</u>
	<u>21 717 579</u>	<u>23 308 862</u>

Em 2022 e 2021, foram registadas na rubrica "Comissões do ramo vida" as comissões recebidas no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life Assurance Company Limited, nos montantes de 20,710,974 euros e 22,013,724 euros, respetivamente (Nota 11).

22. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA

Nos exercícios de 2022 e 2021, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Gastos com o pessoal (Nota 23)	2 277 802	2 496 384
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	2 763 753	2 391 314
Comunicações	204 923	280 628
Gastos com trabalho independente	101 938	96 296
Quotizações	98 950	77 775
Arquivo	56 186	55 199
Rendas e alugueres	33 258	56 731
Deslocações e estadas	19 203	21 507
Publicidade e propagação	18 994	1 360
Outros	8 833	3 916
Conservação e reparação	5 193	14 422
Impressos	4 428	9 582
Seguros	1 694	3 149
Material de escritório	637	976
Gastos com cobrança de prémios	327	563
Livros e documentação técnica	-	669
Contencioso e notariado	(7 953)	9 257
	<u>3 310 362</u>	<u>3 023 343</u>
Encargos com comissões por serviços bancários	5 429 984	5 624 002
Amortizações e depreciações do exercício (Notas 7 e 8)		
Ativos tangíveis	21 202	22 073
Ativos intangíveis	378 585	410 114
	<u>399 787</u>	<u>432 188</u>
Impostos e taxas	145 323	310 885
Juros suportados de depósitos de resseguradores	-	4
	<u>11 563 258</u>	<u>11 886 805</u>
<u>Matriz de imputação de custos</u>		
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custos administrativos (Nota 21)	3 161 715	4 112 734
Custos de aquisição (Nota 21)	1 425 567	1 903 344
Custos com investimentos (Nota 26)	5 653 987	4 191 868
Custos com sinistros	1 054 257	1 335 903
A gestão de fundos de pensões	267 732	342 957
	<u>11 563 258</u>	<u>11 886 805</u>

O exercício de 2022 regista uma redução do volume de gastos de 323.547 Euros face ao ano homólogo. Este decréscimo é justificado, em grande parte, pelas rubricas de Gastos com o Pessoal e de Impostos e Taxas. Em sentido oposto, nos Fornecimentos e Serviços Externos, nomeadamente na rubrica de Trabalhos Especializados, regista-se um aumento face ao ano anterior em resultado dos custos com softwares relativos à implementação da norma IFRS17.

A rubrica "Impostos e taxas" diz respeito essencialmente à taxa para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e apresenta uma redução de cerca de 165 mil euros face a 2021. Esta tendência resulta da redução do volume de prémios emitidos face ao valor observado em 2021.

23. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Remunerações		
Dos órgãos sociais	204 306	291 045
Do pessoal	<u>1 649 709</u>	<u>1 688 941</u>
	<u>1 854 015</u>	<u>1 979 986</u>
Encargos sobre remunerações	<u>377 609</u>	<u>425 502</u>
Benefícios pós-emprego (Nota 24)	25 174	28 838
Outros benefícios a longo prazo	(47 817)	(12 685)
Outros gastos com pessoal	<u>68 821</u>	<u>74 743</u>
	<u>2 277 802</u>	<u>2 496 384</u>

A rubrica “Remunerações – Dos órgãos sociais” inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e a remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal.

A rubrica “Remunerações – Do pessoal” inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2022 e 2021 e a pagar em 2023 e 2022, nos montantes de 300.904 euros e 209.705 euros, respetivamente.

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de janeiro de 2012, os trabalhadores que completarem um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terão direito, verificado um conjunto de condições, a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de montante equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer. Os custos com a dotação da provisão registada para esta finalidade são registados na rubrica “Outros benefícios a longo prazo”.

O número de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2022 e 2021, por categoria profissional, apresenta a seguinte distribuição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Dirigentes executivos	3	1
Quadros superiores	3	5
Quadros médios	6	6
Profissionais altamente qualificados	15	16
Profissionais qualificados	<u>12</u>	<u>13</u>
	<u>39</u>	<u>41</u>

Em 31 de dezembro de 2022 o número de trabalhadores com vínculo contratual ascendeu a 44 (46 em 31 de dezembro de 2021):

	2022	2021
Trabalhadores com vínculo contratual	44	46
Trabalhadores cedidos a outras Entidades do Grupo Santander	-8	-9
Trabalhadores cedidos à Companhia por outras Entidades do Grupo Santander	3	4
Trabalhadores ao serviço da Companhia	39	41

Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no n.º 4 do artigo 91º da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril da ASF, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2021 e 2020, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As remunerações fixas nos anos de 2022 e 2021, em termos agregados no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram respetivamente de 256.997 euros e 297.038 euros. Apenas houve registo de remunerações variáveis para os membros do Conselho de Administração no ano 2022 no montante de 102.187 euros.

As remunerações fixas de 2022 têm a seguinte composição:

Nome	Remuneração fixa
Manuela Vieira Marinho	70 394
Paulo Alexandre Timoteo Dias	35 652
Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins	6 632
Nuno Miguel Frias Costa	65 777
	178 455

Nome	Remuneração fixa
Afonso Pereira Barbosa	35 208
Jorge Filipe Alves Gaspar	21 667
José António Nogueira Veloso	21 667
	78 542

A remuneração variável referente ao exercício de 2022, é a que consta do quadro seguinte.

Nome	Prémio de desempenho de 2022	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações retida por um ano
Manuela Vieira Marinho	17 500	19 823
Paulo Alexandre Timoteo Dias	11 249	12 740
	28 749	32 563

A remuneração variável paga em parcela de ações corresponde a 9.309 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 3,498 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável diferida referente ao exercício de 2022, é a que consta do quadro seguinte por ano de entrega

Nome	Prémio de desempenho de 2022							
	Parcela Pecuniária				Parcela de ações (em número)			
	2023	2024	2025	2026	2023	2024	2025	2026
Manuela Vieira Marinho	2 917	2 917	2 917	2 917	945	945	945	943
Paulo Alexandre Timoteo Dias	1 875	1 875	1 875	1 875	607	607	607	607
	4 792	4 792	4 792	4 792	1 552	1 552	1 552	1 550

Na presente data não existe qualquer montante diferido relativamente à remuneração variável diferida referente ao exercício de 2020, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta dos quadros seguintes:

Nome	Prémio de desempenho de 2020 entregue em Fevereiro 2022		
	Ajustes inflação	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Nuno Miguel Frias Costa	420	3 333	4 110
	420	3 333	4 110

O valor das ações corresponde a 1.241 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 3,498 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Na presente data não existe qualquer montante diferido relativamente à remuneração variável diferida referente ao exercício de 2019, tendo sido pago um terço dessa remuneração, conforme consta dos quadros seguintes:

Nome	Prémio de desempenho de 2019 entregue em Fevereiro 2022		
	Ajuste inflação	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Nuno Miguel Frias Costa	840	6 667	6 352
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes	739	5 867	5 590
	1 579	12 533	11 942

O valor das ações corresponde a 3.414 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 3,498 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - consultoria e assessoria. Os respetivos honorários ascenderam a 307.584 Euros (2021: 200.746 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 237.425 Euros (2021: 130.361 Euros)) e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de 70.158 Euros (2021: 70.348 Euros)). Do referido montante de honorários, 167.762 Euro foram faturados em 2022.

24. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

No âmbito do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, publicado em 15 de janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma ("PIR").

Em conformidade com as regras previstas no CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Assim, tal como previsto no Anexo V do CCT, a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do empregado:

<u>Ano civil</u>	<u>Contribuição PIR</u>
2014	2,50%
2015 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, conforme disposto na cláusula 58.^a-A, n.º 1, do CCT, aditada em 8 de dezembro de 2014, no decorrer do exercício de 2015 a Companhia efetuou uma contribuição extraordinária para o PIR dos trabalhadores, de valor correspondente a 1,25% do respetivo ordenado base anual auferido no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

A Companhia tem igualmente a responsabilidade de definir o produto em que se materializa o plano individual de reforma, que deve prever garantia de capital e é ainda responsável pela definição das regras e procedimentos necessários à implementação e gestão desse mesmo produto.

Durante os exercícios de 2022 e 2021, a Companhia efetuou contribuições para os planos individuais de reforma nos montantes de 25,174 euros e 28,838 euros em cada ano (Nota 23), respetivamente.

25. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

No exercício de 2022, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2022			Total
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	
Ramo vida:				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	41 759 377		1 805 427	43 564 803
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	9 987 132			9 987 132
Empréstimos concedidos e contas a receber	332 526			332 526
Depósitos à ordem em instituições de crédito	37 360			37 360
Outros ativos	3 368			3 368
	<u>52 119 762</u>	-	<u>1 805 427</u>	<u>53 925 189</u>
Não técnica:				
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	11 960 267		11 960 267
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	42 738		1 226	43 963
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	402 982			402 982
Empréstimos concedidos e contas a receber	(81 070)			(81 070)
Depósitos à ordem em instituições de crédito	3 885			3 885
Outros ativos				-
	<u>368 535</u>	<u>11 960 267</u>	<u>1 226</u>	<u>12 330 028</u>
	<u>52 488 297</u>	<u>11 960 267</u>	<u>1 806 652</u>	<u>66 255 217</u>

No exercício de 2021, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2021			Total
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	
Ramo vida:				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	43,811,167		1,213,789	45,024,956
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	10,206,559			10,206,559
Empréstimos concedidos e contas a receber	504,136			504,136
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(20,619)			(20,619)
Outros ativos				-
	<u>54,501,244</u>	<u>-</u>	<u>1,213,789</u>	<u>55,715,033</u>
Não técnica:				
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	9,814,107		9,814,107
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	129,786			129,786
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	215,952			215,952
Empréstimos concedidos e contas a receber	6,687			6,687
Depósitos à ordem em instituições de crédito	5,616			5,616
Outros ativos	94,080			94,080
	<u>452,120</u>	<u>9,814,107</u>	<u>-</u>	<u>10,266,228</u>
	<u>54,953,364</u>	<u>9,814,107</u>	<u>1,213,789</u>	<u>65,981,260</u>

Nos exercícios de 2022 e 2021, a rubrica de “Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos”, corresponde essencialmente aos dividendos pagos pela Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, referentes aos exercícios de 2021 e 2020, respetivamente.

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

26. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2022 e 2021, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos:						
Custos imputados (Nota 22)	5 271 624	382 363	5 653 987	4 078 265	113 604	4 191 869
Juros de <i>interest rate swaps</i> :						
Produtos <i>unit-linked</i>	4 250 085		4 250 085	4 763 832		4 763 832
De outros passivos financeiros:						
Comissões	-		-	5		5
Juros de mora		146	146		3 330	3 330
	<u>9 521 709</u>	<u>382 509</u>	<u>9 904 218</u>	<u>8 842 102</u>	<u>116 934</u>	<u>8 959 036</u>

27. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2022 e 2021, os ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	511 482	589 504
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 27.3)	(73 368)	(59 998)
Outros	(30 794)	12 997 756
	<u>407 320</u>	<u>13 527 262</u>
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	(131 233 847)	45 531 559
Valias líquidas potenciais (Nota 27.2)	(264 955 796)	(14 846 530)
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 27.3)	350 109 935	(72 214 722)
Outros	-	-
	<u>(46 079 709)</u>	<u>(41 529 693)</u>

O montante registado em 2021 na rubrica “Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas – outros” é justificada pelo reconhecimento do preço variável (“Earn Out”) de 13 milhões de euros resultante da venda das participações na Aegon Vida e Aegon Não Vida, conforme detalhe nas notas 34 e 5.

27.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2022 e 2021, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	193 955 906	(324 934 282)	(130 978 376)	166 518 661	(119 777 255)	46 741 405
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	624 637	(113 155)	511 482	256 431	(48 610)	207 821
De outros	6 556 233	(6 572 135)	(15 901)	-	-	-
	<u>201 136 777</u>	<u>(331 619 572)</u>	<u>(130 482 795)</u>	<u>166 775 091</u>	<u>(119 825 865)</u>	<u>46 949 226</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(372)	(239 198)	(239 570)	494 572	(1 704 419)	(1 209 846)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	381 683	-	381 683
De outros	-	-	-	13 000 000	(2 244)	12 997 756
	<u>(372)</u>	<u>(239 198)</u>	<u>(239 570)</u>	<u>13 876 256</u>	<u>(1 706 663)</u>	<u>12 169 593</u>
	<u>201 136 405</u>	<u>(331 858 770)</u>	<u>(130 722 365)</u>	<u>180 651 347</u>	<u>(121 532 528)</u>	<u>59 118 819</u>

27.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2022 e 2021, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2022			2021		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	466 806 857	(731 906 452)	(265 099 595)	266 139 706	(282 656 321)	(16 516 615)
Outros	131 554	(243 819)	(112 265)			
	<u>466 938 411</u>	<u>(732 150 270)</u>	<u>(265 211 859)</u>	<u>266 139 706</u>	<u>(282 656 321)</u>	<u>(16 516 615)</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	299 752	(43 689)	256 063	1 945 139	(275 054)	1 670 085
Outros	725	(31 519)	(30 794)			
	<u>300 477</u>	<u>(75 208)</u>	<u>225 269</u>	<u>1 945 139</u>	<u>(275 054)</u>	<u>1 670 085</u>
	<u>467 238 888</u>	<u>(732 225 479)</u>	<u>(264 986 591)</u>	<u>268 084 845</u>	<u>(282 931 375)</u>	<u>(14 846 530)</u>

27.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2022 e 2021, as variações dos passivos por contratos de investimento, incluindo variações em ganhos e perdas e utilizações de provisões, apresentam a seguinte composição:

	2022	2021
Passivos Financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	(9 815 728)	(89 155 157)
Variações negativas dos passivos financeiros	359 925 663	16 940 435
	<u>350 109 935</u>	<u>(72 214 722)</u>
Comissões de contratos de investimento "unit-linked"	26 119 762	25 552 486
Outros	972 394	947 935
	<u>377 202 091</u>	<u>(45 714 301)</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
Juros creditados aos passivos financeiros	(73 368)	(59 998)
Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados	60 822	70 758
Outros	-	-
	<u>(12 546)</u>	<u>10 760</u>
	<u>377 189 545</u>	<u>(45 703 541)</u>

28. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Em 2022 e 2021, a rubrica apresenta resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados essencialmente em dólares norte-americanos, libras esterlinas e ienes. Todos os instrumentos encontram-se afetos a produtos *unit-linked* ou à carteira de investimentos livres.

29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS

Nos exercícios de 2022 e 2021, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 31)	(915 135)	(316 378)
Outros gastos relativos ao ramo vida	(26 498)	(496)
Gestão de fundos de pensões	970 734	1 005 647
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	39 610	73 122
	<u>68 711</u>	<u>761 896</u>

30. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS

Nos exercícios de 2022 e 2021, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Correções à estimativa de IRC de anos anteriores	-	-
Custos por riscos operacionais	-	-
Ganhos e perdas líquidos em outros ativos tangíveis	29 210	27 485
Outros	138 531	(23 694)
	<u>167 741</u>	<u>3 792</u>

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2022 e 2021, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

2022

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
Santander Global Tech	Espanha
Santander Tecnologia SL	Espanha
Santander Global Operations	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo conjunto da Companhia (empreendimentos conjuntos)	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Mapfre Santander Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Inês Oom Ferreira de Sousa	
Francisco Del Cura Ayuso	
Armando Alberto Bordalo Escalda	
Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins	
Nuno Miguel Frias Costa ⁽¹⁾	
Paulo Alexandre Timóteo Dias	
Manuela Vieira Marinho ⁽²⁾	
Membros do Conselho Fiscal	
Afonso Pereira Barbosa	
José António Nogueira Veloso	
Jorge Filipe Alves Gaspar	
José Duarte Assunção Dias (suplente) ⁽³⁾	

⁽¹⁾ cessou o exercício de funções como Presidente do Conselho de Administração, por renúncia, cuja produção de efeitos se verificou em 31 de janeiro de 2022

⁽²⁾ nomeada em 31 de janeiro de 2022, para completar o mandato em curso 2019-2021, para as funções de Presidente do Conselho de Administração

⁽³⁾ nomeado em 24 de junho de 2022, para o mandato em curso 2021-2023, para as funções de suplente do Conselho Fiscal

2021

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
Santander Global Tech	Espanha
Santander Tecnologia SL	Espanha
Santander Global Operations	Espanha
Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo conjunto da Companhia (empreendimentos conjuntos)	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Mapfre Santander Portugal, Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Nuno Miguel Frias Costa	
Francisco Del Cura Ayuso	
Maria Cristina M.B.de Melo Antunes ⁽¹⁾	
Armindo Alberto Bordalo Escalda ⁽²⁾	
Membros do Conselho Fiscal	
José Luis Areal Alves da Cunha ⁽³⁾	
António Baia Engana ⁽³⁾	
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço ⁽³⁾	
Afonso Pereira Barbosa ⁽⁴⁾	
José António Nogueira Veloso ⁽⁴⁾	
Jorge Filipe Alves Gaspar ⁽⁴⁾	
⁽¹⁾ cessou o exercício de funções como Vogal do Conselho de Administração, por renúncia, cuja produção de efeitos se verificou em 28 de fevereiro de 2021	
⁽²⁾ nomeado em 13 de outubro de 2021, para completar o mandato em curso 2019-2021, para as funções de Vogal do Conselho de Administração	
⁽³⁾ membros do Conselho Fiscal em funções no triénio 2018-2020	
⁽⁴⁾ membros do Conselho Fiscal nomeados em 26 de novembro de 2021, para o mandato 2021-2023	

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 23.

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos e transações registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são apresentadas seguidamente, sendo resultantes no normal decurso de atividade da Companhia e realizadas em condições de mercado.

	2022										
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	ISBAN	PRODUBA N	Santander Global Operations	Santander Global Tech	GEOBAN	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	Mapfre Santander	Total
Ativo											
Depósitos à ordem	187 920 077	-	-	-	-	-	-	-	-	-	187 920 077
Depósitos a prazo	15 845 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15 845 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	8 232 000	6 076 000	3 749 250	18 057 250
Contas a receber	1 528 689	-	-	-	-	-	-	6 396	-	-	1 535 085
Prestações acessórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	649 870	649 870
Total do Ativo	205 293 766	-	-	-	-	-	-	8 238 396	6 076 000	4 399 120	224 007 282
Passivo											
Contas a pagar	(9 360 376)	(534 209)	-	-	-	-	-	(99 760)	-	-	(9 994 344)
Total do Passivo	(9 360 376)	(534 209)	-	-	-	-	-	(99 760)	-	-	(9 994 344)
Ganhos e perdas											
Juros de depósitos à ordem	(41 042)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41 042)
Juros de depósitos a prazo	141 466	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141 466
Comissões de mediação	(38 609 856)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(38 609 856)
Comissões de gestão	-	(3 289 949)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3 289 949)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	7 812 965	4 147 302	-	11 960 267
Comissões de liquidação	(236 318)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(236 318)
Comissões manutenção conta	(1 072 150)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 072 150)
Comissões de custódia	(864 665)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(864 665)
Comissões de penalização de resgate	(543 610)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(543 610)
Prestação de serviços	(30 690)	-	-	-	-	(682 300)	-	-	-	-	(682 300)
Participação nos resultados	719 801	-	(112)	(202)	-	-	(124)	-	-	-	(31 128)
IRC a pagar Consolidado Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	719 801
Total de Ganhos e Perdas	(40 537 064)	(3 289 949)	(112)	(202)	-	(682 300)	(124)	7 812 965	4 147 302	-	(32 549 483)

	2021										
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	ISBAN	PRODUBAN	Santander Global Operations	Santander Global Tech	GEOBAN	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	Mapfre Santander	Total
Ativo											
Depósitos à ordem	252 443 086	-	-	-	-	-	-	-	-	-	252 443 086
Depósitos a prazo	25 536 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25 536 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	8 232 000	6 076 000	3 749 250	18 057 250
Contas a receber	1 901 521	-	-	-	-	-	-	6 396	-	-	1 907 917
Total do Ativo	279 880 607	-	-	-	-	-	-	8 238 396	6 076 000	3 749 250	297 944 253
Passivo											
Contas a pagar	(10 247 454)	(312 212)	-	-	-	-	-	(99 760)	-	-	(10 659 426)
Total do Passivo	(10 247 454)	(312 212)	-	-	-	-	-	(99 760)	-	-	(10 659 426)
Ganhos e perdas											
Juros de depósitos à ordem	14 783	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14 783
Juros de depósitos a prazo	332 593	-	-	-	-	-	-	-	-	-	332 593
Comissões de mediação	(40 387 246)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(40 387 246)
Comissões de gestão	-	(3 319 635)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3 319 635)
Dividendos	(50 000 000)	-	-	-	-	-	-	6 516 187	3 297 921	-	(40 185 893)
Comissões de liquidação	(158 818)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(158 818)
Comissões manutenção conta	(1 273 974)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1 273 974)
Comissões de custódia	(909 967)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(909 967)
Comissões de penalização de resgate	(323 846)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(323 846)
Prestação de serviços	(103 525)	-	-	-	(119 338)	(294 999)	-	(32 663)	-	-	(550 525)
Participação nos resultados	(8 025)	-	(112)	(227)	-	-	(117)	-	-	-	(8 481)
IRC a pagar Consolidado Fiscal	(3 780 301)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3 780 301)
Total de Ganhos e Perdas	(96 598 327)	(3 319 635)	(112)	(227)	(119 338)	(294 999)	(117)	6 483 524	3 297 921	-	(90 551 310)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos registados em Balanço respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	2022		2021	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Santander Consumer Finance, S.A.	2 842 027	7 895	4 014 019	18 041
Santander Consumer Bank A.S.	657 412	268	-	-
Santander UK Group Hldgs	457 901	1 067	574 221	1 067
Banco Santander Totta, S.A.	7 688 729	-	8 134 522	-
Banco Santander, S.A.	44 864 928	806 167	25 131 850	524 189
Santander Consumer Bank	656 390	374	2 420 808	3 748
	57 167 387	815 771	40 275 420	547 045

Nos exercícios de 2022 e 2021, os saldos registados na Conta de Ganhos e Perdas respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Conta de ganhos e perdas					
	2022			2021		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Santander Consumer Finance, S.A.	12 889	(111)	(241 536)	68 051	20 233	185 244
Santander Consumer Bank A.S.	834	-	(42 917)	-	-	-
Santander UK Group Hldgs	3 540	-	(116 320)	1 067	-	(12 779)
Banco Santander Totta, S.A.	-	(612)	(271 758)	30 808	-	147 750
Banco Santander, S.A.	974 454	(121 253)	(156 475)	452 723	(33)	(55 800)
Santander Consumer Bank	4 264	2 360	(45 661)	21 709	(3 196)	(16 848)
	995 981	(119 616)	(874 667)	574 357	17 004	247 567

As transações e prestações de serviços com entidades relacionadas são efetuadas a preços de mercado.

32. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras da Companhia é resumida da seguinte forma:

	2022					Total
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor	
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	225 163 198	225 163 198
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 667 582 155	2 016 334 146	606 222 355	45 025 655	-	2 667 582 155
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	685 937 132	685 937 131	-	-	-	685 937 132
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	19 741 801	19 741 801
Ativos financeiros	3 353 519 287	2 702 271 277	606 222 355	45 025 655	244 904 999	3 598 424 286
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2 792 795 605	-	2 792 795 605	-	40 180 476	2 832 976 081
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros - <i>Restantes</i>	84 321 807	-	-	84 321 807	-	84 321 807
Outros credores por operações de seguros e outras operações	18 659 731	-	-	18 659 731	-	18 659 731
Passivos financeiros	2 895 777 142	-	2 792 795 605	102 981 537	40 180 476	2 935 957 618

	2021					Total
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor	
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	259 581 435	259 581 435
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3 139 994 033	2 353 373 449	747 630 241	38 990 344	-	3 139 994 033
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	761 831 582	761 831 582	-	-	-	761 831 582
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	34 950 885	34 950 885
Ativos financeiros	3 901 825 616	3 115 205 031	747 630 241	38 990 344	294 532 320	4 196 357 936
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	3 343 853 430	-	3 343 853 430	-	43 978 829	3 387 832 259
Outros passivos financeiros - <i>Restantes</i>	20 009 842	-	-	20 009 842	-	20 009 842
Outros credores por operações de seguros e outras operações	19 362 718	-	-	19 362 718	-	19 362 718
Passivos financeiros	3 383 225 990	-	3 343 853 430	39 372 560	43 978 829	3 427 204 819

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de ações, futuros e *ETF's* o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações das ações e futuros disponibilizados no mercado e para os *ETF's* utiliza-se a cotação divulgada na bolsa onde o mesmo é transacionado.
- Para a maior parte dos títulos de dívida pública, das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da informação pública disponibilizada através da Bloomberg. Para os títulos de dívida pública e as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV ("Net Asset Value") utiliza-se o valor divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados OTC), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente a valorização pelo custo amortizado para os depósitos a prazo; valorização por um avaliador independente para o caso de existir alguma obrigação ilíquida; e valorização diária por parte da contraparte para os derivados OTC.
- Os modelos de avaliação utilizados implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, a Companhia utiliza como *inputs* dos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como curvas de taxa de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações.
- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

Durante o exercício de 2022 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2022				Saldo em 31-12-2022
	Saldo em 31-12-2021	Liquidações	Aquisições	Varição justo valor	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (nível 3)	38 990 344	(105 226)	445 039	5 695 497	45 025 655

Durante o exercício de 2021 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2021				Saldo em 31-12-2021
	Saldo em 31-12-2020	Liquidações	Aquisições	Varição justo valor	
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas (nível 3)	28 391 063	(2 033 216)	-	12 632 498	38 990 344

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentado como segue:

	2022		
	Ativos / passivos registados ao custo amortizado		
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Outros depósitos e Outros	18 284 128	18 284 128	1
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado- Empréstimos concedidos	1 457 673	1 417 851	2
Ativos financeiros	19 741 801	19 701 978	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	40 180 476	40 180 476	2
Passivos financeiros	40 180 476	40 180 476	

	2021		
	Ativos / passivos registados ao custo amortizado		
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Outros depósitos e Outros	32,868,257	32,868,257	1
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - Empréstimos concedidos	2,082,628	1,803,850	2
Ativos financeiros	34,950,885	34,672,107	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	43,978,829	43,978,829	2
Passivos financeiros	43,978,829	43,978,829	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destas ativos e passivos financeiros foram os seguintes:

- Empréstimos concedidos e contas a receber – Outros depósitos e Outros - tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de relato;
- Empréstimos concedidos e contas a receber – Empréstimos concedidos - Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros;
- Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento – tendo em consideração que o passivo é relativo a um produto cuja taxa de juro atribuída é definida anualmente pela Companhia, tendo por base a evolução das taxas de juro de mercado e a performance do fundo autónomo afeto de ativos, considera-se que o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

34. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Tendo por base o acordo de venda referido na Nota 5, foi definido um preço variável (“Earn Out”) a receber pela Companhia a partir de 31 de dezembro 2020 no valor máximo de 31.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a essa data, sendo que de acordo com as avaliações realizadas foi atingido o valor máximo a receber. Deste valor, existe uma parcela de 13 milhões de euros, cujo pagamento não depende da verificação de qualquer variável futura, e cujos pagamentos à STS serão: 4 milhões de euros pagos em janeiro de 2021, 5 milhões de euros pagos no início de 2022 e os restantes 4 milhões de euros pagos no início de 2023. Uma vez que o recebimento destes valores a receber no início de 2022 e 2023 não dependem da verificação de qualquer variável futura, a STS reconheceu os 13 milhões de euros em resultados aquando do recebimento do primeiro pagamento, ou seja em janeiro de 2021. Relativamente aos restantes 18 milhões de euros, e uma vez concluído o referido estudo independente da WTW em dezembro 2021, foram constituídos em fevereiro 2022, 3 depósitos a favor da STS: um de 7 milhões de euros com vencimento em 31 de dezembro de 2023, outro de 7 milhões de euros com vencimento em 31 de dezembro de 2025 e um final de 4 milhões de euros com vencimento a 31 de dezembro de 2027. A entrega destes depósitos ocorrerá 10 dias úteis após o seu vencimento sendo que o pagamento de cada um deles dependerá do grau de cumprimento dos VNB (*Value of New Business*) previstos no *business plan*, respetivamente, para os períodos 2021 a 2023, 2024 e 2025 e 2026 e 2027. Em paralelo com a realização dos depósitos, a Aegon constituiu um penhor financeiro a favor da STS sobre os referidos depósitos. Contratualmente, o referido montante de 18 milhões traduz-se num ativo contingente divulgável pela Companhia.

35. SOLVÊNCIA

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2022. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2022 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia em maio de 2023, o qual será objeto de certificação pelo Revisor Oficial de Contas.

36. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Os ativos dos fundos de pensões geridos pela Santander Totta Seguros, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentam os seguintes valores:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fundo de Pensões Conduril	10 269 993	11 258 728
Fundo de Pensões do Edmond de Rothschild (Europa), Sucursal em Portugal	3 937 462	4 285 033
Fundo de Pensões Aberto Open	972 658	1 066 932
Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Rendimento	4 095 995	3 992 805
Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Valor	689 999	757 453
Fundo de Pensões Aberto Euro Valor Dinâmico	584 625	35 133
Fundo de Pensões Banco Popular Portugal	175 024 157	194 585 910
Fundo de Pensões Aberto Valor Prudente	593 223	-
	<u>196 168 112</u>	<u>215 981 995</u>

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
							unitário	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
PTPSE0AM0007	Popular Seguros	749 850	7 500 000		5,00	3 749 250	5,00	3 749 250
	...							
	sub-total	749 850	7 500 000			3 749 250		3 749 250
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	Aegon Santander Portugal Vida	3 675 000	3 675 000		2,24	8 232 000	2,24	8 232 000
	Aegon Santander Portugal Não Vida	3 675 000	3 675 000		1,65	6 076 000	1,65	6 076 000
	...							
	sub-total	7 350 000	7 350 000			14 308 000		14 308 000
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
PTBSRLOM0029	BST Notes 2024	7 942	7 942 000	100,00	1 000,00	7 942 000	968,11	7 688 729
	...							
	sub-total	7 942	7 942 000			7 942 000		7 688 729
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	8 107 792	22 792 000			25 999 250		25 745 979
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	54	5 400 000	95,82	95 820,19	5 174 290	99 626,45	5 379 828
XS1201001572	SANTAN 2,5% 18/2/25	243	24 300 000	111,39	111 390,26	27 067 634	99 585,92	24 199 378
XS1384064587	SANTAN 3,25 4/4/26	21	2 100 000	94,63	94 626,00	1 987 146	99 006,89	2 079 145
XS1548444816	SANT 3,125% 19/01/27	5	500 000	104,36	104 363,00	521 815	96 246,68	481 233
XS1751004232	SANTAN 1,125 17/1/25	700	700 000	100,05	1 000,47	700 329	939,54	657 680
XS2050945984	SCBNO 0,125 11/09/24	7	700 000	100,29	100 293,00	702 051	93 823,42	659 764
XS2036598945	SCBGER 0,25 15/10/24	11	1 100 000	101,39	101 394,18	1 115 336	87 982,75	967 810
XS2079892105	SANSFC 0,50 14/11/26	20	2 000 000	98,07	98 074,40	1 961 498	94 105,56	1 882 111
XS2100690036	SANSFC 0,375 17/1/25	8	800 000	87,23	87 225,00	697 800	87 208,43	697 667
XS2113889351	SANTA 0,50% 04/02/27	6	600 000	104,41	104 414,00	626 484	94 000,93	564 006
XS2168647357	SANTAN 1,375 05/1/26	7	700 000	93,48	93 479,14	654 354	89 538,78	626 771
XS2194370727	SANTAN 1,125 23/9/27	20	2 000 000	91,04	91 041,50	1 820 330	79 607,10	1 592 142
XS2247939642	SANTA 1,625 22/10/30	4	400 000	82,27	82 268,40	329 074	82 918,54	331 674
XS2298304499	SANTAN 0,2% 11/02/28	587	587 000	100,00	1 000,00	587 000	781,89	458 968
XS2385791046	SANUK 0,603 13/09/29	126	12 600 000	90,79	90 788,60	11 439 364	77 136,90	9 719 250
XS2404651163	SANTAN 1 04/11/31							
	...							
	sub-total	1 819	54 487 000			55 385 195		50 294 429
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	1 819	54 487 000			55 385 195		50 294 429
	total	8 109 611	77 279 000			81 384 445		76 040 408
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Ações							
	MERIDIANO	13			12 772,50	166 043	12 148,45	157 930
PTBAF0AM0002	BANIF - NO	3 316 167			0,00	332	0,00	332
PTBES0AM0007	B. Esp. Santo, S.A.	307 621			0,07	22 452	0,00	31
PTBIG0AM0003	BANCO INVEST GLOBAL	910 992			0,78	707 266	0,77	701 341
	...							
	sub-total	4 534 793				896 091		859 634
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
	Explorac	49			20 465,57	1 011 122	4 766,71	235 504
PTXCE0M0007	SantAE Europa CL C	3 231 811			4,61	14 900 911	5,55	17 947 570
PTYSANHM0002	Select.Dinamico CI B	61 670			6,78	418 417	5,94	359 944
PTYSAYHE0017	SAM Carteiras Conser	1 682 705			4,95	8 329 923	4,45	7 489 193
PTYSBAHM0022	Multiescuraria CL C	2 173 903			4,99	10 841 867	4,93	10 716 803
PTYSBHM0017	...							
	sub-total	7 150 138				35 502 240		36 749 014
	2.1.1.4 - Outros							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	11 684 931				36 398 332		37 608 648
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
	PGB 4,1% 04/15/37	250 800 000			0,01	2 692 181	0,01	2 684 683
PTOTE0EO007	PGB 4,95% 25/10/2023	3 661 600 000			0,01	42 654 032	0,01	37 621 179
PTTEAOE0021	PGB 2,875% 15/10/25	22 766 900 000			0,01	221 422 513	0,01	229 470 735
PTTEKOE0011	PGB 0,475% 18/10/30	2 018 000 000			0,01	20 361 411	0,01	16 431 981
PTTELOE0028	PGB 0,9 12/10/25	66 000 000			0,01	701 653	0,01	483 745
PTTEOEO0034	PGB 0,3 10/17/31	1 821 200 000			0,01	17 930 282	0,01	14 058 838
PTTEOEO0033	PGB5 6,65% 15/2/24	12 944 970 000			0,01	152 538 825	0,01	139 821 760
PTTEOEO0014	PGB 3,875% 15/2/30	925 200 000			0,01	10 719 438	0,01	10 010 688
PTTEOEO0012	PGB 2,875 21/7/26	12 249 600 000			0,01	133 209 841	0,01	124 318 472
PTTEOEO0019	PGB 4,125 14/4/27	2 440 700 000			0,01	26 567 560	0,01	26 376 147
PTTEOEO0018	PGB 2,125 10/17/28	22 745 500 000			0,01	236 289 347	0,01	217 828 991
PTTEOEO0017	PGB 2,25 18/4/34	417 700 000			0,01	4 886 792	0,01	3 761 072
PTTEOEO0024	PGB 1,95 15/6/29	4 871 500 000			0,01	52 083 762	0,01	46 193 799
PTTEOEO0031	PGB 1,65 16/07/32	1 180 000			0,01	11 145	0,01	10 245
PTOTVMOE0000	PGB Float 07/23/25	35			1 014,98	35 524	1 033,84	36 185
	...							
	sub-total	87 180 850 035				922 114 306		869 107 619
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	GOVMAD 1,971 04/7/28	29			100 000,00	2 900 000	95 926,40	2 781 866
PTRAMYOM0005	SAUDCR Float 28/6/23	120			10 000,00	1 200 000	10 042,08	1 205 050
PTSDRFOM0009	...							
	sub-total	149				4 100 000		3 986 916
	2.1.2.3 - De outros emissores							
	KBCBB 0,9% 03/12/29	10	1 000 000	99,55	99 549,40	995 494	90 268,73	902 687
BE0002664457	ALTCEL 0 06/03/24	11	1 100 000	100,00	100 000,00	1 100 000	101 199,25	1 113 192
PTALTEOE0008	Novbnc 4,75 15/01/18	3	300 000	91,11	91 110,00	273 300	9 000,00	27 000
PTBENJOM0015	BESPL 10 12/06/21	60	6 000 000	11,38	683	683	0,00	0
PTBEJCFOM0016	CELIBI 0 02/22/24	50	500 000	100,00	10 000,00	500 000	10 144,72	507 236
PTBINJOM0003	CELBEIRA FLOAT 27	13	1 300 000	100,00	100 000,00	1 300 000	99 367,53	1 291 778
PTBSSJOM0015	BRC 1,875% 30/4/25	77	7 700 000	93,27	93 273,22	7 182 038	96 936,70	7 464 126
PTBSSJOM0014	BRORO 2% 22/3/23	117	11 700 000	104,55	104 550,18	12 232 371	101 213,64	11 841 996

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CODIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
PTCGDDOM0036	CXSD 5.75 31/10/28	4	400 000	99,78	99 784,00	399 136	102 060,71	408 243
PTCGDKOM0037	CXSD 5.75 28/02/28	2	200 000	99,55	99 550,00	199 100	101 934,89	203 970
PTCGDMOM0027	CXSD 1.25 25/11/24	33	3 300 000	100,24	100 240,05	3 307 968	94 159,71	3 107 271
PTEDPKOM0034	EDPL 4.496 30/4/79	5	500 000	106,50	106 500,00	532 500	101 280,18	506 401
PTEDPNOM0015	EDPL 1.625 04/15/27	2	200 000	99,39	99 385,00	198 770	92 743,99	185 488
PTGALCOM0013	GALPL 2.15/01/26	5	5 000 000	98,08	98 084,08	490 420	93 780,29	468 801
PTGALLOM0004	GALPL 1% 15/2/23	38	3 800 000	99,72	99 724,03	3 789 513	100 606,71	3 823 055
PTGDAOAE0001	GALP 1.375 19/9/23	32	3 200 000	99,84	99 844,71	3 195 031	98 825,78	3 162 425
PTHVBOE0007	HOVONI 0 10/02/23	10	1 000 000	100,09	100 090,00	1 000 900	101 520,89	1 015 209
PTJLLCOM0009	JOSEML 4 09/28/23	140	1 400 000	100,00	100 000,00	1 400 000	9 965,76	1 395 206
PTMEXNOM0006	EGPL 4.375 30/10/24	200	100 000	100,00	500,00	100 000	488,71	97 741
PTOREBOE0006	OREPL 0 07/08/31	244	244 000	100,00	1 000,00	244 000	0,00	0
	...							
	sub-total	1 056	38 450 000			38 441 273		37 521 724
	sub-total	87 180 851 240	38 450 000			964 655 579		910 616 260
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.1 - Ações							
BROASPN010RO	OAS Warrants	29 882			0,00		0,00	0
	...							
	sub-total	29 882	0					0
	2.2.1.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total	0	0					0
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
DE0006791809	KarAm Grundinvest Fo	139 203			55,18	7 680 917	3,08	428 744
DE000807998	DEGI International	21 562			31,88	687 466	1,83	39 459
DE0009802306	SEB ImmoInvest	6 454			40,41	260 779	0,91	5 873
DE0009802314	SEB ImmoPortfolio Ta	19 441			86,07	1 673 255	4,96	96 427
DE0009807057	Grundbesitz Global	7 391			51,86	383 324	52,38	387 138
DE000A0CAR50	KarAm SPEZAL grundl	2 800			108,22	303 013	4,99	13 972
DE000A0FELJ7	ISHR STOXX EUR 600 B	42 844			12,79	540 352	16,85	585 117
DE000A0Q4R36	ISHares STOXX Europe	92 077			92,07	69 234	99,79	75 042
ES0133576035	Eurovalor Iberoameri	16			377,58	6 116	279,77	4 532
FR0007054358	Lyxor ETF € Stoxx 50	5 375			32,45	174 411	33,75	208 201
FR0010135103	CARMIGNAC PATRIMO A	309			648,23	2 003 079	644,55	198 942
FR0010251660	Amundi CashCorporate	9			230 943,51	2 053 512	231 067,30	2 059 965
FR0010261198	Lyxor ETF MSCI Europ	23			113,32	2 744		3 372
FR0010288316	Groupama Entrepr N	11 722			554,01	6 494 212	555,12	6 507 264
FR0010674978	LFP - La Francaise S	516			2 289,69	1 181 480	2 066,01	1 066 061
FR0010830844	AMUNDI ULT SHT BD SR	196			105 869,50	20 728 973	106 650,20	20 766 958
FR0011088857	AMUNDI 3-6 MUC	477			100 641,39	48 034 324	100 856,10	48 136 801
FR0011550195	BNP P S&P 500 LICITS	266 705			18,59	4 958 216	17,46	4 656 028
FR0012598545	GRPAMA ULTRA SH TERM	2			9 905,66	20 146 065	9 950,54	20 237 949
GB0006778798	Newton Cont. Fund	298			1,53	455	1,92	572
IE000445015	JAN HND BAL-A US ACC	3 677			40,69	149 632	32,97	121 257
IE0008248803	VANGUARD EUROZONE ST	116 997			242,88	28 416 340	238,11	27 858 236
IE0032523478	ISHares Euro Corpora	12 121			130,03	1 576 151	118,26	1 433 391
IE0032722260	BNY Mellon Global Fu	57 500			1,74	99 532	1,86	95 433
IE0032875985	PIMCO-GLBL BOND-IN	6 229			26,85	167 284	25,28	157 472
IE0006YB805	PREFF Real Estate C	596			109,30	65 123	58,69	34 969
IE0006YB912	PREFF Pan European D	20			101,53	2 066	47,77	972
IE0006M63284	ISHares European Pro	1 330			46,39	61 699	25,93	34 487
IE0081XZ103	PIMCO Funds Global I	20			23,81	472	21,71	430
IE0081D7Y1497	PIMCO COMMODITIES RE	22 523			62,55	147 522	7,21	162 383
IE0081FZ5350	ISHares Developed Ma	4 758			24,28	115 505	20,80	98 966
IE0081FZ5681	ISHares EUR GOV 3-5Y	17			171,88	2 922	155,14	2 637
IE0081FZ5777	ISHares US PROPERTY	1 309			28,25	36 980	24,97	32 686
IE0081KQX490	MGI Global Equity Fu	1 639			216,39	354 601	302,78	496 166
IE0081T0T117	GREFF GLOB FUND	656			75,93	277 528	68,70	251 163
IE0081Y25251	ISHares CORE MSCI EU	322 549			25,86	8 339 225	26,43	8 523 358
IE008204X797	BNY MELLON GL-EM DBT	270 355			0,95	255 918	0,76	205 443
IE0082R34Y72	PIMCO GLB HY EURHGD	989			22,66	22 422	22,19	21 957
IE0083F81R35	ISH EURCorpBond ETF	81 137			116,79	9 476 299	115,14	9 342 269
IE0083X0R709	Vanguard SP500 GR	8 299			73,04	606 176	67,95	563 950
IE0083YCG338	INVECO SP 500 AC EUR	46 537			744,30	34 657 544	683,68	31 916 416
IE0083Z0W0K18	ETF ILISE LN	178 912			72,17	12 912 002	81,93	14 658 789
IE00844Z5B48	SPDR ACWI	21 386			158,29	3 385 152	153,64	3 285 745
IE0084WXLU64	ISHARES CORE EURO GO	5 526			108,32	598 590	106,54	588 740
IE008520F527	SALAR FUND PLC E 1€	5 807			148,22	860 732	158,05	917 785
IE00853L3W79	ISHares Core € ST GR	243 092			137,22	33 356 928	133,08	32 350 683
IE008579F325	INVECO SP500 ACAL GOL	17 030			163,15	2 776 893	164,85	2 805 883
IE0085BM0807	ISHARES SP500 ETF	123			145,62	17 911	369,81	45 487
IE0085M1WJ87	SPDR EUR DIV ARISTOC	77 174			19,99	1 542 708	19,97	1 541 165
IE0085M4WH52	ISH EM LOCAL GOV BND	172			48,24	8 298	40,92	7 037
IE00866F4759	ISHares € HY Corp Bd	50			107,59	5 380	89,72	4 486
IE0086825259	ISHARES MSCI ACWI	119 669			59,61	6 585 017	57,96	6 361 678
IE0086ZVY990	ISHares EUR Corp Bond	192			38,13	18 641	92,78	17 813
IE0087KFL959	PIMCO Funds Global I	10 081			14,02	141 310	13,57	136 762
IE00880G9288	PIMCO FI Global	54 570			15,03	820 176	13,64	744 333
IE00886MWN23	ISHARES EDGE MSCI	29 391			50,47	1 483 233	49,35	1 450 446
IE0088CF1M35	SPDR GLOBAL REAL EST	4 588			33,95	155 766	29,37	134 727
IE0088D81B51	Mercor Short Duratio	7 100			102,74	730 492	101,66	722 803
IE0088D81C58	Mercor Short Duratio	15 074			101,91	1 536 238	97,99	1 477 101
IE0088GZGW19	SPDR B0G 0-3 EURO CO	458 017			30,19	13 829 506	28,99	13 277 913
IE008D008T51	AXA Rosenb US Ind Eq	3 034			17,69	53 676	19,64	59 588
IE008D3V0B10	ISHARES S&P US BANKS	49 591			5,50	272 569	4,83	239 689
IE008D4TYG73	UBS ETF MSCI USA H	4 537			31,59	143 321	29,83	135 339
IE008D7K1573	US 100 TRS 1-3Y	40 237			4,86	196 597	4,73	191 261
IE008DZRX185	Neuberg FI SD EM	1 976			10,39	20 527	9,98	19 719
IE008F3N7102	BAISHARES USD HY EUR	4 891			4,80	23 457	3,93	19 238
IE008F4RW382	MAN GLG EUROPEAN INC	4 647			97,77	454 329	112,13	521 088
IE008FRS9793	PIMCO Funds Global I	10 426			11,51	120 000	11,78	122 815
IE008J0KXD292	XMSCI WORLD 1C EUR	584			62,45	36 472	74,85	43 714
IE008KMG4295	Sh core EMI	152 320			2,63	3 984 736	26,63	4 058 883
IE008KPF7774	ML CRB GEMI U-INS	19 765			101,49	2 005 981	101,99	2 015 884
IE008M67HW99	X S&P500 EUR	330			46,26	15 266	55,57	18 338
IE008MTX1Y45	ISHARES S&P500 SWAP	808 630			6,10	4 934 523	5,73	4 631 347
IE008M00B631	VANG USDTRBD EUR A	666 417			24,60	16 392 437	24,57	16 373 866
IE008RJT7496	MAN-MAN AHL RIS USD	1 000			166,18	100 000	130,57	78 574
IE008RKRW070	SOURCE SP 500 LICITS	764 490			35,13	26 855 092	35,05	23 126 587
IE008TJRM3P35	XMSCI EMERGING MARK	126 801			43,72	5 543 138	44,82	5 683 474
IE008WBXM948	SPDR S&P US TECH SEL	1 596			43,65	69 668	59,90	95 600
IE008WZM1Z90	LM VA MACRO EUR	6 733			92,35	621 752	75,73	509 862
IE008YM11429	UBS ETF MSCI ACWI US	51 244			128,00	6 559 296	123,38	6 322 485
IE008YQF5894	Legg Mason Western A	2 929			119,17	349 058	111,53	326 871
IE008YVQ9F29	ISHARES NASDAQ 100 E	114 625			7,94	910 284	6,73	771 426
IE008YZK4776	ISHR HEALTHCARE INNO	9 050			6,54	59 153	6,83	61 775
IE008YZTV78	ETF ISHares EUR Corp	1 020 520			4,83	4 926 979	4,81	4 905 232
IE008Z163H91	VANG EURGVB EURD	15 741			22,21	349 674	21,82	343 390
IE008Z282942	Helicon II Global Eq	5 078			90,05	457 275	156,22	640 934
LU0041151304	JPM USD LIQUIDITY A	2			12 050,57	25 547	13 266,39	28 125
LU0041580167	Deutsche USD Floatin	1 664			151,64	252 365	180,23	299 943
LU0046464074	Fidelity Funds - Eur	909			9,26	8 418	8,83	8 031
LU0093503737	BGF ESG MULTI-ASSET	7 190			13,86	99 653	15,67	112 667
LU0094557526	MFS Meridian Eur. A1	2 877			36,53	105 514	43,72	125 79

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CODIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
LU0227384020	Nordea 1 SICAV - Sta	13 290	218 484	16,44	218 484	17,24	229 137	
LU0227757233	ROBECO HIGH YLD BDH	81	221,91	275,87	228,89	18 574	18 574	
LU0236209786	Fidelity Funds - Eur	177	34 771	6 128	30 455	6 805	6 805	
LU0243957742	Invesco Pan European	18 319	19 16	18 007	20 43	374 266	374 266	
LU0243958047	Invesco Euro Corpora	987 602	19 53	19 286 867	17,90	17 679 159	17 679 159	
LU0248317017	Pictet AS EQ-HRE	183	151,12	27 715	141,20	25 896	25 896	
LU0260869903	Franklin Templeton I	8 870	34,05	301 996	37,10	329 060	329 060	
LU0260870861	Franklin Templeton I	3 723	26,40	98 287	21,87	81 422	81 422	
LU0267387503	Fidelity Funds - Glo	15 910	12,57	199 949	12,25	194 902	194 902	
LU0270905242	Pictet Secur-Ré Eqt	263	110,36	28 900	230,88	60 648	60 648	
LU0271484411	Schroder Internation	287	137,94	39 638	225,24	64 724	64 724	
LU0274209237	XTRACKERS MSCI EUROP	82 770	69,01	5 711 662	71,12	5 886 602	5 886 602	
LU0279459704	Schroder Internation	27	15,51	421	19,16	520	520	
LU0280435461	Pictet-CL EN-RÉ Eqt	242	71,78	17 339	107,18	25 891	25 891	
LU0290355717	X EUROZONE GOVERNMENT	2 687	206,23	550 004	203,81	543 015	543 015	
LU0292095535	X EURO STOXX GLY DIV	53 309	18,21	970 638	18,45	983 338	983 338	
LU0302446991	Schroder Internation	1 446	13,39	19 362	23,59	34 122	34 122	
LU0312333569	ROBECO EURO CONSV EQ	5 489	197,69	1 085 138	207,17	1 137 171	1 137 171	
LU0319791611	Schroder Internation	737	99,17	73 106	83,67	61 677	61 677	
LU0323591916	Schroder Internation	5 206	164,46	856 187	236,36	1 230 499	1 230 499	
LU0329574718	THREANEEDLE-GLB FOC	58 702	16,10	945 109	13,41	787 264	787 264	
LU033249109	Vontobel Fund - Emer	7	172,19	1 202	140,80	983	983	
LU0346389694	FID-SUT GLOBA DVD PL	15 875	14,05	223 081	19,73	313 222	313 222	
LU0360447895	MORGAN ST INV F-S	642 874	30,17	19 365 574	29,83	19 176 931	19 176 931	
LU0360483100	MS EUR BOND FUND	676 438	44,76	30 277 574	40,86	27 639 252	27 639 252	
LU0370787359	FF-EURO CORP BNY AC	30 741	30,59	940 306	30,27	930 530	930 530	
LU0370789215	FIDELITY F-EUR ST 50	11 111	18,56	206 217	18,73	208 112	208 112	
LU0380865021	db trackersES50 ETF	761 280	61,99	47 194 671	60,84	46 316 275	46 316 275	
LU0399027886	FLOSSBACH STORCH BON	1 197	138,07	165 275	131,26	157 118	157 118	
LU0406802339	Parvest Climate Impa	574	141,41	81 175	244,07	140 109	140 109	
LU0432616810	INVECO-BL RISK-ALC	21 962	15,95	350 219	17,87	392 464	392 464	
LU0444973100	THREANEEDLE-GLB	12 673	21,21	226 770	18,58	254 492	254 492	
LU0468289250	BlackRock Global Fun	18 250	16,44	300 195	15,58	284 492	284 492	
LU0478205379	DB X-Trackers II IBO	32 423	157,16	5 095 707	140,67	4 560 781	4 560 781	
LU0489337690	X FTSE EUROPE REAL E	4 766	31,07	148 092	20,28	96 654	96 654	
LU0490618542	X SP500 SWAP	236 565	73,25	17 256 102	69,30	16 324 183	16 324 183	
LU0496796574	Lyxor ETF S&P 500	376 360	39,84	15 072 302	36,36	13 758 306	13 758 306	
LU0503278780	ROBECO S&M-EURO SDG C	58 119	12,52	7 411 411	12,52	7 350 493	7 350 493	
LU0507265923	Deutsche Invest I To	441	203,87	90 000	251,66	111 097	111 097	
LU0534240071	Invesco Global Total	25 599	13,60	348 159	14,60	373 855	373 855	
LU0539144625	NORDEA 1-EURO CON BD	13 333	13,33	13 516 573	13,16	13 343 013	13 343 013	
LU0548539178	BLUEBAY INVEST GR E	49 077	158,98	7 802 360	155,05	7 609 422	7 609 422	
LU0552385295	MISF-GLOBAL OPPORTUN	723	139,11	100 378	73,11	62 135	62 135	
LU0583240519	MFS MER EM DEBT FUND	689	12,48	8 604	11,36	7 830	7 830	
LU0592589740	PICTET TR-MANDARIN-H	1 082	171,80	185 890	169,46	183 356	183 356	
LU0599947438	DWS Concept Kaldemor	1 376	144,77	199 204	156,64	215 537	215 537	
LU0605515880	FIDELITY-GLOBL DVD-Y	19 177	26,90	515 858	25,68	492 462	492 462	
LU0607980959	NORD 1 SIC-GL ST EQ	4 175	35,94	150 042	32,18	134 352	134 352	
LU0618659335	Deutsche Invest I Br	3 869	102,31	55 290	141,15	79 278	79 278	
LU0629158030	WELL GLB QTY GROWTH	3 360	44,51	149 575	32,40	108 878	108 878	
LU0638558717	RUF-TOT R I OEC	462 864	1,35	622 644	1,62	747 664	747 664	
LU0740858492	JPMorgan Global Incom	484	126,67	61 363	131,43	63 671	63 671	
LU0757360457	Schroder Internation	440	114,07	50 191	104,89	46 150	46 150	
LU0767911984	ASSII-EUCPBDS-D EUR	527 527	11,36	5 991 437	11,02	5 812 026	5 812 026	
LU0772843501	NORDEA 1-EUR FIN DEB	3 869	176,59	725 638	186,18	685 163	685 163	
LU0803997666	NN L-US CREDIT-H	28	7 100,93	201 666	5 780,61	164 169	164 169	
LU0853555893	JUPITER DYN BD FUND	12 886	13,20	170 157	12,22	157 470	157 470	
LU0858050517	JUPITER JGF DY F BD	87 231	13,57	112 614	11,67	101 986	101 986	
LU0935230671	GLOBAL SUST MINVOL-I	27	23 391,29	631 565	22 987,71	620 688	620 688	
LU095894670	JPM AGGRES GATE BOND-H	1 987	94,48	167 818	167,38	157 375	157 375	
LU0959211243	LYXOR S&P 500-D Hed	98 910	233,94	23 138 537	197,46	19 520 769	19 520 769	
LU0969639128	UBS ETF BRCLYS EUR	1 450 734	11,49	16 662 086	11,20	16 248 221	16 248 221	
LU0976557073	JAN HND HRZN GLB PR	5 808	18,50	107 423	13,39	77 769	77 769	
LU0980584436	NATIXIS ST EMRKT B-	9 189	99,20	911 552	95,76	879 939	879 939	
LU0992930367	Jupiter JGF - Dynam	19 110	10,02	191 403	7,85	149 961	149 961	
LU0997588057	CSSE-EUR SH D B PL	39 450	10,52	404 411	10,00	384 930	384 930	
LU1004011935	JAN HND HRZN EURO CO	101 499	113,47	11 574 524	104,47	10 603 570	10 603 570	
LU1004133291	Invesco Global Targe	41 104	10,95	450 000	9,42	387 390	387 390	
LU1049757047	AMUNDI-IN MSCI NTH A	1 182	1 429,88	1 689 542	1 371,48	1 620 537	1 620 537	
LU1055198771	PICTET-SHTRM EM CRP	9 648	81,46	785 976	74,94	723 036	723 036	
LU1078767626	SCHROEDER INTL EURO C	977	24,74	24 167	22,71	22 185	22 185	
LU1111643042	ELEVA EUROPEAN SELL	146	10,50	221 539	1 723,82	252 863	252 863	
LU1118011698	EURO S/T CREDIT-S/A	4 610	101,99	470 222	99,92	460 673	460 673	
LU1145633233	ALLIANZ EURO CREDIT	6	6 888	929,57	5 577	5 577	5 577	
LU1157401305	AXA WF-GLB FLEX PROP	548	120,32	65 936	101,41	55 573	55 573	
LU1186220148	Deutsche Invest I Mu	2 989	99,18	296 506	117,85	352 312	352 312	
LU1245470380	Flossbach von Strod	1 696	118,03	200 179	113,06	191 750	191 750	
LU1284738455	FIDELITY ASIAN BD FD	27 724	9,36	259 581	8,35	231 523	231 523	
LU1325139290	VONTOBEL-TWNTYFR STR	1 897	91,73	173 992	103,03	153 515	153 515	
LU1331972494	ELEV-ABS LRET EUR FD	204	1 157,97	236 226	1 241,47	253 260	253 260	
LU1353952267	AXA WLD-GL INF SH DU	1 807	105,75	191 140	102,97	186 115	186 115	
LU1433232998	PICTET TR - ATLAS E	2 982	115,44	344 253	118,78	354 202	354 202	
LU1437015175	AMUNDI MSCI EUROPE U	74 669	71,56	5 523 230	73,72	5 709 518	5 709 518	
LU1437017350	AMUNDI INDEXT MSCI EM	118 785	55,38	6 577 722	56,42	6 702 206	6 702 206	
LU1437018168	AMUNDI IEACS ETF DR	126	54,72	6 894	46,86	5 904	5 904	
LU1442548993	MFS MER-PRUDENT CAP-	10 699	14,00	149 786	11,17	119 468	119 468	
LU1443248544	Exane Funds 2 - Exan	25	11 818,06	290 457	14 569,75	358 087	358 087	
LU1481584016	FLOSSBACH STORCH BD	839	124,90	100 791	111,79	93 792	93 792	
LU1482751903	FIDELITY FDS-GL TEC	10 444	10,00	253 389	25,52	255 527	255 527	
LU1490674006	DWS INVEST-EUR COR BO	353	100,24	35 385	95,97	33 877	33 877	
LU1506496410	DWS- INVEST- EU H YL	92	112,56	10 363	110,87	10 207	10 207	
LU1525532344	VONTOBEL-EUR CRP MID	428	107,69	46 093	98,69	42 239	42 239	
LU1534073041	DEU FLOATING RATE	41 092	83,19	3 418 379	83,41	3 427 510	3 427 510	
LU1559787566	FIDENRIS TORDEU FRN	10 157	9 578	97 071	11,16	113 449	113 449	
LU156526519	TIKEHAU SHORT DUR IA	10 018	128,13	771 063	125,44	754 898	754 898	
LU1601096537	AXA WORLD-EUR CR SHD	51 054	98,29	5 017 978	96,76	4 939 975	4 939 975	
LU1663931597	DWS INVEST-GLB INF-T	3 829	138,60	530 719	122,77	470 103	470 103	
LU1681047236	AMUNDI ETF EURO STOX	162 133	94,85	15 377 533	91,05	14 762 210	14 762 210	
LU1681048094	AMUNDI S&P 500 UCITS	229 664	73,95	16 984 603	68,38	15 705 343	15 705 343	
LU1681049109	AMUNDI S&P 500 UCITS	104 562	105,12	10 961 979	99,21	9 850 786	9 850 786	
LU1694214633	Nordea Low Dur E	7 627	101,77	776 227	102,19	779 437	779 437	
LU1694789378	DNCA Invest Alpha Bo	7 067	103,74	733 097	116,71	824 790	824 790	
LU1777195956	MAN AHL TRD H EUR	16 101	122,74	1 976 131	124,23	2 000 192	2 000 192	
LU1819949246	BNP PAR SUS ENH BD 1	301	100 681,08	30 260 101	100 549,70	30 220 615	30 220 615	
LU1829218319	LYXOR BARCEL FLT EUR	214	95,43	20 421	99,92	21 394	21 394	
LU1846562301	ALLIANZ EURO STOXX E	3 048	882,08	2 882 877	978,76	2 882 771	2 882 771	
LU1873132101	JPM-LIQ USD A- ACC	22	8 482,80	189 236	9 470,50	211 270	211 270	
LU1883332816	AMUNDI GL M/A T INC	383	965,16	369 430	1 077,64	412 483	412 483	
LU1883851500	AMUNDI PION US BOND	91	2 338,76	212 827	2 319,62	211 085	211 085	
LU1883855329	AMUNDI PI US EQ F GR	185	1 885,					

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CODIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Valor de balanço Total
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
BE00000347568	BGB 0,90% 22/08/29	4 000 000	40 000	91,78	0,01	36 710	0,01	35 728
DE0001030815	BUBILL 0,0% 22/02/23	820 000 000	8 200 000	99,74	0,01	8 178 544	0,01	8 182 534
DE0001030831	BUBILL 0,0% 13/04/23	627 833 195	6 278 332	99,40	0,01	6 240 576	0,01	6 245 433
DE0001030906	BUBILL 0,22/11/23	35 000 000	350 000	97,77	0,01	342 208	0,01	342 090
DE0001102325	DBR 2% 15/8/23	40 000 000	400 000	107,61	0,01	430 426	0,01	403 183
DE0001102440	DBR 0,5 15/2/28	443 800 000	4 438 000	92,87	0,01	4 121 616	0,01	4 040 282
DE0001102465	DBR 0,25 15/02/29	653 300 000	6 539 000	90,16	0,01	5 985 980	0,01	5 746 223
DE0001102523	DBR 0 15/11/27	80 900 000	809 000	103,06	0,01	827 646	0,01	541 482
DE0001102564	DBR 0 15/08/31	265 673 323	2 656 733	93,93	0,01	2 495 551	0,01	2 154 000
DE0001102580	DBR 0% 15/02/32	37 200 000	372 000	86,23	0,01	320 781	0,01	299 114
DE0001102606	DBR 1,7 15/08/32	886 000 000	8 860 000	97,60	0,01	8 647 466	0,01	8 374 329
DE0001104875	BKO 0 15/03/24	1 000 000	10 000	97,98	0,01	9 798	0,01	9 700
DE0001142032	DBR 6,25% 01/04/24	3 311 500 000	33 115 000	104,76	0,01	34 688 943	0,01	36 405 184
DE0001135432	DBR 3,25% 04/07/2042	41 600 000	416 000	101,16	0,01	420 826	0,01	470 332
DE0001141786	OBL 0 13/10/23	340 000 000	3 400 000	98,89	0,01	3 362 260	0,01	3 337 542
DE0001141802	OBL 0 18/10/24	4 107 900 000	41 079 000	98,69	0,01	40 541 638	0,01	39 285 080
DE0001141836	OBL 0 10/04/26	758 000 000	7 580 000	93,62	0,01	7 096 255	0,01	6 992 474
DE0001142032	DBR 0% 07/20/27	105 300 000	1 053 000	104,28	0,00	455 737	0,01	944 520
DE0001142265	DBRR 0% 04/20/37	183 100 000	1 831 000	29,95	0,00	549 511	0,01	1 289 134
DE000A2DAR65	KFW 0,625% 22/02/27	740	740 000	92,99	0,00	688 144	0,00	677 270
DE000A2LOSJ0	KFW 0,125% 07/11/23	175	175 000	98,92	0,00	173 107	0,00	171 262
ES0000011868	SPGB 8% 31/01/2029	250 000 000	2 500 000	149,79	0,01	3 744 810	0,01	3 033 271
ES00000121G2	SPGB 4,8% 31/1/24	956	956 000	112,07	0,01	1 120 627	0,01	1 020 229
ES00000122E2	SPGB 0,90% 30/07/25	359	3 590 000	124,95	0,01	4 459 533	0,01	3 699 999
ES00000123C7	SPGB 5,9% 30/07/2026	7 870	7 870 000	139,58	0,01	1 385 778	0,01	8 852 135
ES00000123U9	SPGB 5,4% 31/1/2023	2 376	2 376 000	114,65	0,01	2 724 174	0,01	2 500 269
ES00000123X3	SPGB 4,4% 31/10/23	22 047	22 047 000	122,80	0,01	2 227 98	0,01	22 535 870
ES0000012411	SPGB 5,75% 30/07/32	4 571	4 571 000	158,78	0,01	7 257 739	0,01	5 557 686
ES00000124C5	SPGB 5,15% 31/10/28	2 540	2 540 000	137,05	0,01	3 480 987	0,01	2 850 063
ES00000124W3	SPGB 3,8% 30/04/24	389	3 890 000	115,15	0,01	4 581 505	0,01	3 039 723
ES00000126B2	SPGB 2,75% 31/10/24	28 764	28 764 000	111,48	0,01	3 206 961	0,01	28 830 480
ES00000126Z1	SPGB 1,6% 30/04/25	11 299	11 299 000	101,37	0,01	1 145 572	0,01	11 005 816
ES00000127A2	SPGB 1,95% 30/07/30	6 372	6 372 000	106,59	0,01	6 792 232	0,01	5 873 715
ES00000127G9	SPGB 2,15% 31/10/25	39 084	39 084 000	107,83	0,01	4 214 448	0,01	38 375 487
ES00000127Z9	SPGB 1,95 30/04/26	4 470	4 470 000	105,49	0,01	4 715 224	0,01	4 390 713
ES00000128F5	SPGB 1,3 31/10/26	12 978	12 978 000	106,48	0,01	12 534 129	0,01	11 765 724
ES00000128P8	SPGB 1,5 30/04/27	6 700	6 700 000	98,56	0,01	6 603 788	0,01	6 338 264
ES00000128Q6	SPGB 2,35 30/07/2033	290	290 000	125,32	0,01	3 253 23	0,01	906,99
ES00000128A9	SPGB 1,45 31/10/27	12 250	12 250 000	99,82	0,01	1 227 552	0,01	11 408 952
ES00000128B9	SPGB 1,4 30/04/29	14 945	14 945 000	100,45	0,01	1 404 46	0,01	14 609 903
ES00000128G2	SPGB 0,35 30/07/23	95 865	958 650	101,46	0,01	959 110	0,01	950 999
ES00000128H8	SPGB 1,4 30/07/28	189 231	189 231 000	99,66	0,01	188 594 684	0,01	173 712 442
ES0000012E51	SPAIN 1,45 30/04/29	43 205	43 205 000	101,18	0,01	4 315 825	0,01	39 480 409
ES0000012E69	SPGB 1,85 30/07/35	1 000	1 000 000	115,74	0,01	1 157 360	0,01	827 866
ES0000012F43	SPGB 0,6 31/10/29	11 740	11 740 000	103,43	0,01	1 034 31	0,01	9 929 917
ES0000012F76	SPGB 0,5% 30/04/30	9 212	9 212 000	100,33	0,01	9 242 982	0,01	7 630 206
ES0000012F92	SPGB 0,75 30/07/25	95 865	958 650	101,46	0,01	959 110	0,01	950 999
ES0000012G26	SPGB 0,8 30/07/27	7 973	7 973 000	94,43	0,01	7 529 009	0,01	7 233 801
ES0000012G34	SPGB 1,25 31/10/30	14 988	14 988 000	102,97	0,01	1 029 68	0,01	12 964 669
ES0000012G91	SPGB 0 31/01/26	9 190	9 190 000	94,58	0,01	8 692 219	0,01	8 385 875
ES0000012H33	SPGB 0% 31/05/24	34 865	34 865 000	98,62	0,01	34 383 673	0,01	33 478 419
ES0000012H41	SPGB 0,1 30/04/31	9 789	9 789 000	95,82	0,01	9 421 608	0,01	6 762 731
ES0000012I32	SPGB 0,1 31/01/24	99 104	990 000	99,10	0,01	8 725 065	0,01	6 898 984
ES0000012I51	SPGB 0 31/01/27	3 750	3 750 000	99,34	0,01	3 725 100	0,01	3 319 725
ES0000012K20	SPGB 0,7 30/04/32	11 962	11 962 000	98,23	0,01	11 749 866	0,01	9 438 949
ES0000012K30	SGLT 0% 13/01/23	41	41 000	99,91	0,01	40 964	0,01	40 984
ES0000012K32	SGLT 0 10/03/23	6 054	6 054 000	99,57	0,01	6 028 189	0,01	6 036 201
ES0000012K37	SGLT 0 07/07/23	30	300 000	99,43	0,01	299 305	0,01	299 631
EU000A3JZRG5	ESMTB 0 19/10/23	60 000 000	600 000	99,91	0,01	599 460	0,01	599 400
EU000A3K4D00	EUB 0 03/02/23	382 500 000	3 825 000	99,80	0,01	3 817 325	0,01	3 819 722
FR0000578536	FRTR 0 25/10/32	4 650 000	4 650 000	39,32	0,01	1 828 566	0,01	3 431 096
FR0000578544	FRTRS 0% 10/25/26	36 000 000	9 000 000	37,36	0,09	3 362 040	0,23	8 109 990
FR0010172494	France OAT Strip 44	6 000 000	1 500 000	24,41	0,06	366 150	0,13	751 740
FR0011486867	FRTR 1,75 25/07/23	91 000	910 000	104,57	0,01	96 207	0,01	92 781
FR0012517027	FRTR 0,5 25/5/25	131 000	1 310 000	98,34	0,08	1 28 919	0,09	1 24 586
FR0013200813	FRTR 0,25 25/11/26	6 256 000	6 256 000	92,59	0,01	5 792 370	0,01	5 691 042
FR0013250560	FRTR 1,2 25/05/27	1 224 427	1 224 427	103,25	1,03	1 264 221	0,93	1 144 649
FR0013283686	FRTR 0 25/03/23	90 000	90 000	100,13	1,00	90 120	1,00	89 887
FR0013341682	FRTR 0,75% 25/11/28	2 215 000	2 215 000	91,51	0,92	2 026 940	0,89	1 978 306
FR0013344751	FRTR 0 25/03/24	1 152 000	1 152 000	98,99	0,01	1 140 291	0,01	1 113 944
FR0013451507	FRTR 0% 25/11/29	12 440 000	12 440 000	85,35	0,85	10 617 402	0,83	10 272 330
FR0013508470	FRTR 0 25/02/26	10 164 000	10 164 000	93,06	0,93	9 458 360	0,92	9 325 165
FR0014001N46	FRTR 0 25/02/24	7 897 000	7 897 000	97,64	0,97	7 710 471	0,97	7 649 500
FR0014007Y19	FRTR 0% 25/02/25	31 108 000	31 108 000	95,12	0,95	29 589 750	0,94	29 307 469
FR0127034710	BTP 0% 22/02/23	5 955	5 955 000	99,66	0,01	6 040 312	0,01	6 044 588
IE0006905799	IRISH 1,4 03/18/24	75 000 000	750 000	120,19	0,01	901 425	0,01	771 045
IT000BVC8418	IRISH 1 05/15/26	50 000 000	500 000	98,49	0,01	482 450	0,01	478 244
IT000366655	BTPS 5% 1/11/23	702 000 000	7 020 000	150,48	0,02	10 563 933	0,01	7 466 365
IT0001174611	BTPS 5,5% 1/11/27	449 600 000	4 496 000	141,72	0,01	6 371 955	0,01	5 100 828
IT0002178511	BTPS 5,25% 01/11/29	12 800 000	128 000	106,19	0,01	135 928	0,01	138 684
IT0004358943	BTPS 3,75% 01/9/23	5 568	5 568 000	122,13	0,01	6 722 165	0,01	5 789 260
IT0004513641	BTPS 5,5% 01/03/2025	5 500	5 500 000	123,15	1,23	6 772 975	1,02	5 786 115
IT0004848435	BTPSH 0 1/11/2023	789 500 000	7 895 000	33,20	0,00	2 620 903	0,01	7 702 915
IT0004848492	BTPSH 0 1/5/2031	1 341 000 000	13 410 000	23,02	0,00	3 086 415	0,01	9 399 069
IT0004953417	BTPS 4,5% 1/3/24	1 650	1 650 000	108,96	0,01	1 809 633	0,01	1 702 116
IT0005024234	BTPS 3,50% 01/03/30	5 360	5 360 000	125,29	0,01	6 259 795	0,01	5 223 082
IT0005045270	BTPS 2,5% 1/1/24	9 589	9 589 000	107,12	0,01	1 022 857	0,01	9 505 785
IT0005090318	BTPS 1,5% 1/6/25	670	6 700 000	99,85	0,01	6 609 027	0,01	6 421 381
IT0005127086	BTPS 2% 1/12/25	8 205	8 205 000	101,58	0,01	8 334 605	0,01	7 892 727
IT0005170839	BTPS 1,6% 1/6/26	450	4 500 000	103,39	0,01	4 65 255	0,01	4 225 205
IT0005172322	BTPS 0							

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CODIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
IT0005105488	CDEP 1 1/2 04/09/25	5	500 000	102,36	102 359,54	511 798	96 543,26	482 716
XS1072141861	ADIF 3,5% 27/5/24	10	1 000 000	115,00	115 000,00	1 150 000	102 431,00	1 024 310
XS1721768541	ORSTED 1,50 26/11/29	4 416	4 416 000	102,23	4 514 609	4 514 609	970,57	3 844 426,33
XS1956027947	FUMVHFZ 1,25 27/02/29	4 486	4 486 000	101,26	4 542 434	4 542 434	900,92	4 041 534
XS2178833690	EONR 1,375 22/05/32	2 262	2 262 000	100,03	2 262 656	2 262 656	839,61	1 899 914
XS2270142966	DBHNGR 6,25 08/12/50	300	300 000	99,54	298 511	298 511	508,07	152 421
XS2451376219	DBHNGR 1,375 03/3/34	550	550 000	94,25	518 393	518 393	793,97	436 685
XS2490471807	ORSTED 2,25% 14/06/28	385	385 000	99,56	383 314	383 314	943,30	365 171
XS2532312548	STTK 2,875% 13/09/29	117	117 000	99,04	116 511	116 511	970,90	113 596
	sub-total	12 552	16 116 000			16 251 486		14 130 567
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0925276114	ESF 5 1/4 06/12/15	100 000	0		0,85	85 030	0,00	14 400
DE000A0EUBRN	NDB 5 5/8 PERP	20	20 000	61,88	618,79	12 376	720,00	21 010
FR0013250693	RENAUL 1,625 11/04/25	22	22 000	105,16	1 051,58	1 051,58	965,01	21 010
XS0677608124	BNG 2 1/2 01/23/23	15	30 000	83,71	1 674,19	25 113	1 893,29	28 399
XS1218982251	RENTEN 1 7/8 04/17/2	32	32 000	81,12	811,17	25 957	941,78	30 137
IT0005192627	UCGIM Float 30/06/23	50	50 000	100,66	50 330	50 330	997,39	49 870
XS2177575177	EOANGR 0,375 20/4/23	50	50 000	101,21	50 603	50 603	996,00	49 800
US92343VEN01	VZ 3,375% 15/02/25	52	52 000	93,20	48 466	48 466	870,37	47 923
FR0011318658	EDF 2 3/4 10/10/23	1	100 000	109,20	109 200,00	109 200	102 202,67	102 203
XS1206541366	VW 3 1/2 PERP	100	100 000	98,08	98 076	98 076	837,52	83 752
XS1405136364	SABSM 5 5/8 05/06/26	1	100 000	108,90	108 900	108 900	104 448,63	104 449
XS1616341829	SOCGEN Float 22/5/24	1	100 000	101,04	101 040,00	101 040	100 941,22	100 941
XS178546751	EOFPF 2,625 15/06/25	100	100 000	100,63	1 006,25	100 625	918,07	91 807
XS164439341	VW 1,875 01/24	1	100 000	105,576	105 576	105 576	99 669,89	105 576
XS2019976070	ENEXS 0,75 02/07/31	100	100 000	107,00	1 070,01	1 070,01	973,40	79 340
XS2240469523	BMW Float 10/02/23	1	100 000	100,82	100 815,00	100 815	100 586,06	100 586
XS2242633332	PEP 1,05% 09/10/50	100	100 000	56,74	567,40	567,40	596,62	59 662
XS1893631330	VW 1,375 16/10/23	112	112 000	103,33	1 033,33	1 033,33	988,50	110 712
XS2406569579	TENN 0,875 16/06/35	115	115 000	99,52	995,18	1 144 446	706,68	81 268
XS231569985	ORSTE 3,25% 13/04/31	154	154 000	99,77	153 661	153 661	973,96	149 849
XS2463518998	EOANG 1,625 29/03/31	160	160 000	99,83	159 722	159 722	855,62	136 899
XS2200513070	NGGL 0,823% 07/07/32	160	160 000	73,14	731,39	117 022	753,70	120 593
XS2050406177	DHR 1,35 18/09/39	175	175 000	108,38	1 888,33	1 888,33	1 204,58	120 458
XS1629866432	T 3 15 04/09/36	180	180 000	124,58	1 245,80	224 244	872,50	157 050
XS2455401737	SGROL 1,875 23/03/30	196	196 000	96,83	193 707	193 707	859,61	188 463
FR0014009LQ8	BNP 2 10% 07/04/32	2	200 000	86,17	86 177,00	86 177,00	83 574,44	167 149
DE000C240LR5	CMZB 0,50 13/09/23	200	200 000	99,75	199 500	199 500	986,77	197 153
DE000C240N46	CMZB 1,125 22/06/26	2	200 000	102,61	102 614,00	102 228	89 005,87	178 012
ES0224244105	MAPS 2,875% 13/04/30	2	200 000	99,06	198 120	84 853,58	169 707	169 707
ES0413211873	BBVASM 0 5/8 03/18/2	2	200 000	99,27	99 272,00	198 544	100 145,87	200 292
FR0013498534	TEREGA 0,625 27/2/28	2	200 000	99,25	198 508	82 714,40	165 429	165 429
FR0014003ZT7	MAQFS 2 1/2 21/6/22	2	200 000	99,29	99 294,00	99 294,00	69 874,45	119 135
XS1209863254	BAC 1,375 26/03/25	200	200 000	105,28	1 052,78	1 052,78	968,17	193 633
XS1419869885	TTIM 3,625 25/05/26	200	200 000	97,21	972,13	194 426	954,45	190 890
XS2152061904	VW 3,375 06/04/28	200	200 000	101,48	1 014,82	202 964	963,86	192 771
XS228645278	SAMPPFH 2,5% 09/03/52	200	200 000	99,45	994,48	198 996	762,67	152 534
XS2393701953	AMT 0,95 05/10/30	200	200 000	99,27	198 530	785,77	785,77	153 154
XS2411241673	TALANX 1,75 01/12/42	2	200 000	99,13	99 131,00	99 131,00	72 748,63	145 497
XS2462323853	BAC 2,825 27/04/33	200	200 000	91,92	919,17	183 834	895,78	179 155
XS1440976535	molTAP 1,25 15/07/24	200	200 000	96,91	969,06	183 811	970,54	194 108
DE000A3MONP4	LEGGR 0,875 17/01/29	2	200 000	78,18	78 180,00	156 362	79 501,65	159 003
XS2113700921	ACEIM 0,5% 06/04/29	200	200 000	80,47	804,65	160 930	780,04	156 008
XS2387025744	CATSS 0,75 17/09/29	200	200 000	97,95	195 900	195 900	645,56	129 288
XS2388557998	BPLN 1,467 21/09/41	218	218 000	100,00	218 000,00	218 000	634,54	138 330
XS2271332285	SBBSS 0,75 14/12/28	225	225 000	98,78	987,79	222 253	636,62	143 239
XS2433244246	EOANG 0,875 18/10/34	225	225 000	98,22	982,17	220 988	720,46	162 103
XS2381853436	NGGLN 0,75 01/09/33	247	247 000	96,67	966,72	243 720	707,21	174 680
XS2346577497	VYVHT 0,875 28/5/29	250	250 000	99,44	247 610	247 610	749,39	187 347
DE000C240LW5	CMZB 4 03/07/22	300	300 000	101,98	1 019 820	1 019 820	994,87	298 977
FR0012881555	TLINF 2,20 05/08/25	3	300 000	109,50	109 500,00	328 500	97 132,08	291 396
FR0013312154	ACAF 2,625 29/1/2048	3	300 000	99,98	99 983,00	299 949	89 798,63	269 396
FR0013333002	ULFP 2,25 14/05/38	3	300 000	90,98	90 980,00	272 940	73 807,14	221 421
FR0014000056	MLFP 0,625 02/11/40	3	300 000	83,66	83 657,00	250 971	59 474,74	178 424
FR0014003109	MAQFS 0,625 21/6/27	3	300 000	99,35	99 345,00	299 845	83 043,19	249 133
XS1140960534	ASSGEN 4,5% PERP	300	300 000	106,83	1 068,33	320 500	973,41	293 824
XS1487495316	SPMIM 3 3/4 09/08/23	300	300 000	103,47	1 034,67	310 400	1 004,32	301 295
XS1729882024	TALANX 2,25 05/12/47	3	300 000	107,77	1 077,73	323 319	86 006,44	258 019
XS2055190172	SABSM 1,125 27/03/25	3	300 000	100,25	100 250,00	300 750	91 963,01	275 889
XS2083210729	ERS TBM 1 10/06/30	3	300 000	99,44	99 435,00	298 305	89 519,64	265 559
XS2202903636	DEVCOB 1,75 22/10/30	3	300 000	99,96	99 963,00	299 863	90 686,41	272 593
XS2233121792	SATOVYH 3,75 24/02/28	300	300 000	99,73	997,30	299 190	734,07	220 220
XS2262065159	TENN 0,125 30/11/32	300	300 000	84,54	845,40	253 620	690,09	207 027
XS228459426	BDX 1,213 12/02/36	300	300 000	99,13	991,32	297 396	711,77	213 532
XS2342058117	HITTFP 0,625 14/09/28	3	300 000	98,70	98 695,00	296 095	80 356,64	241 070
XS2478298469	TENN 2,75% 17/05/42	300	300 000	98,25	294 759	294 759	837,95	251 267
DE000A3E5MH6	ANNGR 0,625% 14/12/29	3	300 000	76,68	76 676,00	230 028	73 055,62	220 217
FR0014000CA4	SOCGE 5,25% 06/09/32	3	300 000	99,55	99 549,00	298 647	101 944,26	305 833
XS2178457425	CFRV 1,625% 26/05/40	300	300 000	70,12	701,15	210 345	733,44	220 033
XS2281343256	BAYNG 0,375 12/01/29	3	300 000	79,08	79 079,00	237 237	81 516,70	244 550
XS2527319979	EUROG 3,275 05/09/31	3	300 000	97,89	97 885,67	293 657	97 029,06	291 087
XS2363431617	AALLN 4,75% 21/09/32	300	300 000	99,53	299 589	299 589	299 589	299 589
XS2398746144	BPEPH 1,625 20/04/30	305	305 000	99,74	997 362	304 195	694,78	211 907
XS2341269970	AKERP 1,125 12/5/29	310	310 000	99,36	993,56	308 004	817,60	253 457
XS2433211310	SRGIM 0,75 20/06/29	367	367 000	99,44	994,35	364 926	821,97	301 662
XS2431029441	AXASA 1,875 10/07/42	375	375 000	99,27	992,71	372 266	756,09	293 534
XS2436853035	OPBAN 0,625 27/07/27	375	375 000	99,51	995,12	373 170	852,01	319 520
XS252628996	EWANV 0,875% 26/09/28	389	389 000	99,19	991,99	387 596	845,98	338 877
XS2535484526	ESSITY 3% 21/09/26	393	393 000	99,65	996,51	391 628	984,28	366 823
XS2461786829	CEZCP 2,375 06/04/27	394	394 000	99,60	995,95	392 400	920,19	362 554
DE000A2LQ5M4	HOTGR 1,75 03/07/25	400	400 000	105,57	1 055,68	422 272	954,51	381 802
DE000A2R7JE1	ANNGR 1,125 14/09/34	4	400 000	89,12	89 120,00	356 480	63 324,96	253 300
ES0413307093	BKASAM 1 09/25/25	4	400 000	99,09	99 093,00	396 372	93 905,50	375 626
FR0013210498								

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CODIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS2439704318	SSELN 4 PERP	491	491 000	100,00	1 000,00	491 000	935,45	459 304
DE000240NS9	CMZB 1 04/03/26	492	492 000	96,79	967,96	476 196	927,44	456 301
XS1675331636	GIWAF 1.125 17/9/25	5	5 000	100,00	100,00	500 000	93 771,71	459 859
XS2343114827	ERFFF 0,875 19/05/31	500	500 000	89,74	897,41	448 703	761,71	390 856
AT000A02GH08	ERSTBK 0,875 13/05/27	5	5 000	104,27	104 270,00	521 350	88 386,56	441 833
BE0002803840	FLUVIU 0,25 14/06/28	5	5 000	99,34	99 344,00	496 720	82 227,67	411 138
BE6301511034	ABIBB 2 23/1/35	500	500 000	110,37	1 103,70	551 850	1 832,45	416 225
DE000A3MMDM2	LEGGR 1% 19/11/32	5	5 000	99,01	99 005,56	495 028	66 330,81	331 654
DK0309525404	NYKRE 0,125 10/07/24	500	500 000	100,03	1 000,31	500 155	944,46	472 230
FR001133982224	ENGIFP 3,25% PERP	5	5 000	109,71	109 710,00	548 550	100 108,56	500 543
FR0013507704	VIFFP 1,25 15/04/28	5	5 000	100,00	100 000,00	500 000	89 168,84	445 844
FR00140009W6	FRLBP 0,875 26/01/31	5	5 000	99,87	99 868,00	499 340	87 596,07	437 980
FR0014005ZP8	ENGIF 0,375 28/10/29	5	5 000	98,62	98 619,00	493 095	79 340,84	396 704
XS1064307058	CCE 2,75 06/05/26	500	500 000	113,52	1 135,22	567 610	983,91	491 996
XS1076183035	ATBT 3,375 15/03/34	500	500 000	122,66	1 226,63	613 115	942,34	471 170
XS1141969912	SKYLN 1 7/8 11/24/23	500	500 000	99,44	998,44	499 220	932,31	496 156
XS1492457665	MYL 2 1/4 11/22/24	500	500 000	103,35	1 033,50	516 750	968,96	484 478
XS1591694481	TENN 2,995% PERP	500	500 000	107,17	1 071,67	535 835	987,56	493 780
XS1617830721	WFC 1,50 24/05/27	500	500 000	107,96	1 079,55	539 775	899,47	449 737
XS1692347526	VW 1,125 04/04/24	500	500 000	101,80	1 017,98	509 990	975,02	487 512
XS1956937664	FLUMVH 1,625 27/2/26	500	500 000	105,73	1 057,25	528 625	938,39	469 156
XS2001183164	VESTNL 1,5 24/05/27	500	500 000	99,23	992,25	496 125	903,82	451 912
XS2018637327	HEIGR 1,125 01/12/27	500	500 000	99,13	991,27	495 635	887,77	443 883
XS2020583618	TELEFO1,957 01/07/39	500	500 000	100,00	1 000,00	500 000	732,15	366 073
XS2069407786	CPPIPR 1,625 23/04/2	500	500 000	0,00	0,00	0	720,66	360 332
XS2132337697	MURGF 0,978 09/09/24	500	500 000	100,00	1 000,00	500 000	913,35	456 675
XS2244339385	OMNAV 2,5 PERP	5	5 000	100,00	100 000,00	500 000	89 585,62	447 928
XS2225157424	VOD 2,625 27/08/30	500	500 000	100,00	1 000,00	500 000	884,13	442 067
XS2228373671	ENELM 2,25 PERP	500	500 000	99,26	992,62	496 310	874,56	437 279
XS2289877941	TSOLN 0,375 27/7/29	500	500 000	99,34	993,35	496 675	771,65	385 827
XS2314657409	PRIF 0,75% 23/03/33	500	500 000	99,60	996,01	498 005	670,30	335 148
XS2333297265	EUROG 0,741 21/04/33	500	500 000	94,92	949,20	474 600	73 645,88	358 243
XS2337061753	CCE 0,875 06/05/33	500	500 000	98,43	984,29	492 146	742,33	371 167
XS2345982362	CS 0,25 05/01/26	500	500 000	98,99	989,90	494 950	851,78	425 891
XS2346989990	SBAB 0,125 27/08/26	500	500 000	99,33	993,30	499 650	875,77	437 887
XS2356599197	NWG 0,125 18/06/26	500	500 000	99,61	996,07	498 035	873,59	436 797
XS247565543	PHH 2,625% 05/05/33	500	500 000	99,47	994,73	497 365	858,40	429 201
FR001400A7N1	SLEZP 2,375 24/09/30	500	500 000	87,45	87 450,00	457 400	89 235,62	446 243
FR001400CRG6	RENL 4,875% 21/09/28	500	500 000	99,64	996,39	498 195	966,68	498 342
XS1856834608	BFCM 1,375% 16/07/28	5	5 000	88,09	88 085,10	440 426	88 669,64	443 348
XS2317069685	ISPIM 0% 16/03/28	500	500 000	83,48	834,76	417 380	838,48	419 240
XS2442764747	IBM 0,875 09/02/30	509	509 000	99,20	992,03	504 943	829,32	422 121
XS2491664137	ERFFP 4% 05/07/29	599	599 000	96,54	596,54	501 569	1 007,20	512 867
XS1734548444	VW 1,25 15/12/25	517	517 000	104,94	1 049,38	542 828	924,46	476 411
XS2385397901	CMCSA 0,14/09/26	519	519 000	99,69	996,86	517 370	873,51	453 352
XS2176561095	VZ 1,85 18/05/40	540	540 000	99,98	999,83	539 908	719,40	388 474
XS2385398206	CMCSA 0,25 14/09/29	548	548 000	99,14	991,42	543 298	796,35	436 398
XS2536364081	CIT 3,713% 22/09/28	560	560 000	100,00	1 000,00	560 000	987,24	552 857
XS159140453	MURGF 0,978 09/09/24	570	570 000	100,00	1 000,00	570 000	919,84	461 889
XS2441552192	GS 1,25 07/02/29	583	583 000	99,68	996,81	581 140	839,33	489 331
XS251092478	RWE 0,625 11/06/31	587	587 000	99,71	997,11	585 304	760,19	446 233
XS2362994068	TNEMAK 2,25 20/07/28	587	587 000	100,00	1 000,00	587 000	805,27	472 694
XS2344385815	RYAID 0,875 25/05/26	591	591 000	95,93	959,26	566 925	897,89	530 652
XS2002019060	VOD 2,5 24/05/39	600	600 000	95,90	958,96	575 376	782,66	469 533
XS2459544339	ENELM 1,875% 21/09/29	6	6 000	92,72	92 720,00	295 624	88 416,67	358 308
XS2133071174	CARLB 0,625 09/03/30	600	600 000	89,72	897,18	538 309	802,36	481 418
BE0002831122	FLUVIU 0,625 24/11/3	6	6 000	99,32	599 316,00	295 896	75 086,07	450 516
BE0002832138	KBCBB 0,25 01/03/27	6	6 000	99,58	599 583,00	295 498	88 430,59	530 584
BE6333133039	ARGSPA 1,375 08/2/29	6	6 000	99,88	599 880,00	295 880	82 575,85	495 455
DE000A3K1359	ALVGR 0,5 22/11/33	6	6 000	98,59	598 594,00	295 594	73 056,80	438 241
DK030487996	NYKRE 0,875 28/07/31	6	6 000	98,96	593 964,00	295 964	85 112,87	510 874
FR00113152907	RTEFRA 2% 18/04/36	6	6 000	114,92	114 916,00	609 496	80 119,70	480 718
FR0013426368	ADPPF 1,125 18/06/34	6	6 000	92,78	92 780,00	556 880	71 825,19	430 951
FR0013444759	BNP 0,125% 04/09/26	6	6 000	98,18	98 175,00	559 050	87 519,75	525 519
FR0013523802	ACAPP 2 17/07/30	6	6 000	99,59	599 588,00	295 588	80 243,55	481 461
FR0014003340	BFCM 0,625 03/11/28	6	6 000	95,58	595 576,00	295 576	81 416,03	488 496
FR0014005V34	BCPE 1,5% 01/13/42	3	3 000	98,68	199 354,00	99 682	170 647,37	511 942
FR0014005Z06	ENGIFP 1% 26/10/36	6	6 000	98,30	598 297,00	298 297	66 366,56	398 199
FR0014006N17	BNP 0,50% 30/05/28	6	6 000	99,36	596 359,00	296 359	84 937,89	509 627
XS2035474126	PM 0,8 01/09/31	600	600 000	101,41	1 014,07	608 442	723,20	433 922
XS2151069776	LLOVDS 2,375 08/4/26	600	600 000	110,79	1 107,93	604 758	972,63	583 590
XS2177442295	TELEF 1,807 21/5/32	600	600 000	100,00	1 000,00	600 000	89 089,00	459 019
XS219632403	XOM 0,835% 26/06/32	600	600 000	88,40	884,00	530 400	755,92	453 554
XS2197349645	TACHEM1 3,75 09/07/32	600	600 000	100,47	1 004,70	602 820	798,91	479 346
XS2296204444	PLD 0,5 16/02/32	600	600 000	97,02	970,18	582 108	722,07	433 242
XS2303052695	CTPNV 0,75 18/02/27	600	600 000	97,42	974,16	584 496	751,44	450 866
XS2347663507	AZN 0,375 03/06/29	600	600 000	95,58	595 576,00	295 576	829,38	447 827
XS2411166973	NINRNV 8,75 23/11/31	600	600 000	99,79	599 790	299 790	757 907	454 785
XS2431318802	LOGIC 1,625 17/01/30	600	600 000	99,13	991,33	594 798	741,18	444 707
XS2433139966	UCGM 0,925 18/01/28	600	600 000	99,84	998,44	599 064	867,38	520 428
XS2457496359	AEMSFA 0,16/03/28	600	600 000	91,77	917,67	550 604	879,14	527 483
XS2487016250	STEDI 2,375 03/06/30	600	600 000	99,32	993,18	595 908	920,33	552 201
XS2491738949	VW 3,75% 28/09/27	600	600 000	99,55	995 546,00	595 546	97 556,03	562 503
XS2491963638	AIB 3,625% 04/07/26	6	6 000	99,70	598 710,00	298 710	988,25	592 948
XS2390400633	ENELM 0,28/05/26	600	600 000	90,10	901,00	540 600	882,70	529 620
XS2315784715	APAAU 0,75% 15/03/29	600	600 000	81,37	813,74	488 244	808,21	484 926
FR001400CQ85	CMARK 3,375% 19/09/27	6	6 000	99,91	599 905,00	299 905	98 329,64	589 978
FR001400CH84	DGFP 2,75% 02/09/32	6	6 000	98,92	593 918,00	293 918	93 642,64	551 856
DE000A3K1359	CMZB 0,1 11/09/25	600	600 000	93,10	931,00	558 908	989,17	654 325
XS2526839506	SIEGR 3% 08/09/33	6	6 000	99,90	599 888,00	299 888	96 315,21	577 891
XS2489138789	URENCO 3,25 13/06/32	608	608 000	98,44	984,39	598 511	952,95	579 391
XS1558083652	EDPL 1,875 29/9/23	628	628 000	102,17	1 021,71	641 631	994,95	624 828
XS2357754097	ASSGEN 1,713 30/6/32	640	640 000	100,00	1 000,00	640 000	768,68	491 957

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CODIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
FR00140007K5	VIIEFP 2.25 PERP	8	800 000	97.10	97 100,00	776 800	90 578,08	724 625
FR0014001EW8	ALOPF 0 11/01/29	8	800 000	98.93	98 927,00	791 416	79 276,00	634 208
FR00140051J4	ACAFP 0.5 21/09/29	8	800 000	99.82	798 576	81 210,73	649 366	649 366
FR00140070Q6	CMARK 0.75 18/01/30	8	800 000	99.40	99 389,00	795 192	79 735,07	637 881
FR0014004AKP6	BNP 2.75% 25/07/28	8	800 000	99.74	99 744,00	797 952	94 082,48	752 740
XS1253558388	KHC 2 30/06/23	800	800 000	103.88	1 038,84	831 072	1 005,65	804 518
XS1614722806	CABKSM 1.125 17/5/24	8	800 000	99.78	99 779,00	97 363,82	97 363,82	778 911
XS1815116998	PHIANA 1.375 02/0/28	800	800 000	106.87	1 068,88	854 944	877,05	701 641
XS1630986326	VW 1.25 10/06/24	8	800 000	103.88	831 064	81 064	96 777,86	774 216
XS2019815062	OMC 1.4 08/07/31	800	800 000	99.67	99 671	797 368	823,74	658 981
XS2078735433	RDSALNO.875 08/11/39	800	800 000	103.72	1 037,15	829 720	625,61	500 492
XS2178957077	REDEXS 1.875 28/5/25	8	800 000	99.50	99 500,00	796 000	96 661,86	765 295
XS2289797248	NATUEN 0.905 22/1/31	8	800 000	100.00	100 000,00	800 000	73 588,93	588 711
XS2320438653	CDTF 0.625% 19/03/30	800	800 000	99.22	99 221	713 788	789,86	631 899
XS2343846940	BWA 1 19/05/31	800	800 000	98.94	989 36	749 482	934,81	471 696
XS2353182020	ENELM 0 17/06/27	800	800 000	98.77	98 767	790 138	847,02	677 616
XS2384734542	NIBCAP 0.25 09/09/26	8	800 000	99.93	99 926,00	799 408	84 304,08	674 433
XS2388449758	NNGRNV 0.5 21/09/28	8	800 000	100.17	100 170,00	801 360	81 167,73	649 342
XS2396303571	HEIBO 0.625 24/07/25	800	800 000	99.76	99 760	798 090	851,17	680 933
XS2486461283	INGLN 2.85% 30/03/30	800	800 000	100.00	800 000	799 992	934,51	747 586
XS2530444624	FMEGR 3.875%20/09/27	800	800 000	99.54	99 540	797 080	970,70	776 564
XS2534785685	BBVA 3,375% 20/09/27	8	800 000	99.57	99 571,00	796 568	98 146,40	785 171
FR0012663169	VIIEFP 1.59% 10/1/28	8	800 000	95.77	95 766,00	766 128	91 700,80	733 606
XS2265990452	HERIM 0.25 03/12/30	815	815 000	71.41	714,10	581 990	736,07	599 896
XS2264977146	COE 0.2 02/12/28	850	850 000	83.30	833,01	700 062	813,17	691 198
XS2461234622	INGLN 2.85% 30/03/30	800	800 000	100.34	803,38	694 015	91 456,33	732 575
XS2465984289	BKIR 1.875% 05/06/26	898	898 000	99.77	99 766	895 899	938,31	842 600
FR00140040A6	ORAFP 0.75 29/06/34	9	900 000	96.28	86 284,71	776 622	71 153,19	640 379
XS2412044641	RWE 1% 26/11/33	900	900 000	88.05	880,51	792 462	720,52	648 465
XS1992927902	BPLN 1.231% 08/05/31	900	900 000	91.80	918,00	816 197	814,82	733 335
XS1915079574	JPM 1.638 18/5/28	900	900 000	102.26	1 022,56	920 304	911,82	820 640
XS1956073967	GMVASM 1.125 29/02/24	9	900 000	101.41	912,22	919 419	919 419	919 419
XS1963745234	MCD 1.6 15/03/31	9	900 000	100.95	100 946,00	908 514	85 602,00	770 418
XS2042667944	KYGID 0.625 20/09/29	900	900 000	92.83	928,30	835 470	807,06	726 357
XS2050404800	DHR 0.45 18/03/28	900	900 000	100.24	1 002,35	857 115	858,17	772 356
XS2385790667	NWIDE 0.25 14/09/28	900	900 000	99.56	99 564	896 076	826,72	725 145
XS2403444677	NDASS 0.5 02/11/28	900	900 000	99.96	99 960	896 922	805,00	743 402
XS1978669286	NIBCAP 2 03/04/24	9	900 000	104.70	104 698,00	904 282	98 300,01	888 309
XS1030000242	VZ 3.25 17/02/26	900	900 000	110.55	1 105,47	994 922	1 015,14	913 622
XS2435611244	HEIBO 1.375 24/07/28	945	945 000	99.18	99 179	937 242	752,66	711 259
XS2438616240	VW 0.875 31/01/28	971	971 000	96.86	96 861	904 522	838,16	813 854
XS1173920599	Citi 1.75% 28/1/25	995	995 000	106.60	1 066,00	1 060 670	983,96	979 036
FR0013518971	CAPFP 1.25 23/06/30	10	1 000 000	93.65	93 645,00	936 450	83 700,78	853 402
DE00DL19V172	DB 0.75% 02/17/27	10	1 000 000	96.44	96 440,00	964 430	964 430	879 604
DK0030484548	NYKRE 0.375 17/01/28	1 000	1 000 000	98.78	98 784	987 840	809,70	809 696
FR0013291556	CMARK 1.875 25/10/29	10	1 000 000	104.29	1 042 900	1 042 900	94 743,32	947 433
FR0013330099	VPARK 1.625 19/04/28	10	1 000 000	105.30	1 053 300	1 053 300	87 679,92	876 792
FR0013430733	SOEGEN 0.875 01/7/26	10	1 000 000	102.04	1 020 040	1 020 040	89 909,10	899 091
FR0013518971	FRUB 0.5 17/06/26	10	1 000 000	99.42	99 420,00	994 210	91 456,33	919 419
FR00140010I6	FRPTT 0 18/07/29	10	1 000 000	99.00	99 000,00	990 000	77 224,00	772 200
XS0911388675	ACHMEA 0 04/04/43	1 000	1 000 000	107.22	1 072,15	1 072 152	1 046,57	1 046 572
XS111428402	AZJAU 2 08/18/24	1 000	1 000 000	99.20	991,95	991 950	970,79	970 793
XS1361115402	EZLN 1.75 9/2/23	1 000	1 000 000	101.12	1 011,20	1 011 200	1 013,60	1 013 600
XS1398336351	MRLSM 2.225 25/4/23	1 000	1 000 000	102.11	1 021,05	1 021 050	1 012,19	1 012 191
XS1577951129	MGVAL 1.125 27/09/25	1 000	1 000 000	103.00	1 030,00	919 888	919 888	919 888
XS1637162592	DHR 1.2 30/06/27	1 000	1 000 000	106.65	1 066,48	1 066 480	911,85	911 852
XS1686846061	AALLN 1.625 18/09/25	1 000	1 000 000	102.88	1 028,80	1 028 800	946,14	946 145
XS1757394322	BACR 1.375 24/01/26	1 000	1 000 000	102.94	1 029 410	1 029 410	948,75	948 754
XS1808482746	HANRUE 1 125 18/4/28	10	1 000 000	99.20	99 195,00	991 950	88 575,21	885 752
XS1815131863	NDASS 0.5 02/11/28	10	1 000 000	99.76	99 760	1 067 520	95 638,03	956 380
XS193828433	TELEFD 4.375% PERP	10	1 000 000	100.00	1 000 000,00	1 000 000	98 511,99	985 120
XS1951220596	BKIASM 3.75 15/02/29	10	1 000 000	100.00	1 000 000,00	1 000 000	101 073,67	1 010 737
XS1951313680	IMBLN 1.125 14/8/23	1 000	1 000 000	99.45	994,54	994 540	988,92	988 915
XS1960248919	JPM 1.09 11/03/27	1 000	1 000 000	100.00	1 000,00	1 000 000	919,85	919 849
XS1991265478	BAC 0.808% 09/05/26	1 000	1 000 000	102.98	1 029 800	1 029 800	931,58	931 576
XS1995781546	COFLP 1% 14/05/27	1 000	1 000 000	96.13	96 130	961 310	933 546	933 546
XS2055627538	RBIAV 0.375 25/09/26	1 000	1 000 000	96.30	96 300,00	963 000	85 285,69	852 614
XS2063232727	CITIG 0.50 08/10/27	1 000	1 000 000	99.23	99 230	992 290	873,40	873 400
XS2081491727	FCCSER0.815 04/12/23	1 000	1 000 000	100.00	1 000,00	1 000 000	971,51	971 505
XS2168478068	CRHID 1.25 05/11/26	1 000	1 000 000	103.55	1 035,47	1 035 470	914,41	914 412
XS2194283839	FXGR 3.625 24/06/29	10	1 000 000	107.52	1 075 180	1 075 180	87 752,34	877 523
XS2161413339	RABOK 0.375 11/12/27	1 100	1 100 000	99.62	99 620	996 200	896 108	896 108
XS2361358299	REPSM 0.375 06/07/29	10	1 000 000	83.01	83 005,00	830 050	80 712,90	807 129
XS2227905903	AMT 0.5 15/01/28	1 000	1 000 000	82.54	82 540	825 400	825,30	825 308
XS2337061837	CCEP 1.50 06/05/41	1 020	1 020 000	89.31	89 312	910 982	682,00	695 643
DE00C245V57	CMZB 3% 14/09/27	11	1 100 000	99.47	99 470,00	1 094 181	94 044,89	1 034 494
XS210314457	EOANGR 0.75 18/12/30	1 100	1 100 000	79.57	79 567	875 242	750,86	860 943
BE0320934266	ABIB 2.125 02/12/27	1 100	1 100 000	99.27	99 270	1 092 033	939,01	1 033 897
FR0014000CQ6	ACAFP 2.5 29/08/29	11	1 100 000	99.66	99 658,00	996 238	82 774,16	1 020 516
XS2530506752	OPBAN 2.875 15/12/25	1 147	1 147 000	99.96	99 956	1 146 495	978,16	1 121 948
XS2462324232	BAC 1.949 27/10/26	1 154	1 154 000	100.00	1 154 000,00	1 154 000	942,63	1 087 800
XS234822503	VW 0.625 19/07/29	1 160	1 160 000	97.31	97 310	1 128 790	774,92	898 910
XS171841717	BASGR 1.625 15/11/37	1 172	1 172 000	97.41	1 171,61	1 141 610	972,77	1 361 402
XS2197345857	TACHEM 1 09/07/29	1 200	1 200 000	101.63	1 016,33	1 219 592	846,97	1 016 366
XS2320459063	IMPTOB 1.75 18/03/33	1 200	1 200 000	94.66	94 657	1 135 884	719,26	863 107
FR0014000774	LAMON 0.75 20/04/26	12	1 200 000	94.65	94 650,00	1 135 800	88 257,03	1 059 084
XS1493320656	CDTFN 0.625 22/9/24	1 200	1 200 000	102.10	1 021,00	1 225 200	948,84	1 138 607
XS1731105612	SABSM 0 7/8 03/05/23	12	1 200 000	99.45	99 453,75	1 193 445	100 393,97	1 204 728
XS179839895	VW 3.375 28/05/29	12	1 200 000	105.40	1 054,00	1 264 800	96 130,00	1 168 670
XS2003442436	AIB 1.25% 28/05/24	1 200	1 200 000	102.79	1 027,90	1 233 480	970,16	1 164 187
XS2115092954	WHR 0.5 20/02/28	1 200	1 200 000	96.25	96 245	1 154 940	831,88	998 250
XS2390506546	INTNED 0.375 29/9/28	12	1 200 000	94.70	94 704,75	1 136 457	82 740,58	992 887
FR001400CMY0	BFCM 3.125% 14/09/27	12	1 200 000	99.23	99 234,17	1 190 810	98 486,22	1 181 835
XS234891978	KNOG 3.25% 21/09/27	12	1 200 000	99.72	99 723,00	1 196 676	98 894,22	1 196 611
XS212722316	MDLZ 2.5 17/03/28	1 225	1 225 000	96.76	96 764	1 195 363	894,85	1 195 363
XS1240648463	WFC 1.625% 2/6/25	1 265	1 265 000	104.89	1 048,85	1 368 798	958,58	1 212 607
XS2149207354	GS 3.375 27/03/25	1 295	1 295 000	112.09	1 120,95	1 451 629	1 020,88	1 322 040
XS1196817586	KMI 2.25 16/03/27	1 300	1 300 000	111.80	1 118,00	1 453 400	943,85	1 227 003
XS2202744384								

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valores em euros	
CODIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS2058729653	BBVAS 0,375 02/10/24	26	2 600 000	99,32	99 321,04	2 582 347	94 979,49	2 487 367
XS2199266698	BAYNGR1 3,75 07/06/32	26	2 600 000	94,24	94 243,46	2 450 330	79 474,32	2 066 332
XS1530630380	SIEGR 1,75 28/02/30	2 670	4 000 000	102,60	1 026 600	2 741 628	959,25	2 561 424
CH0591979627	CS 0,625 18/01/33	2 728	2 728 000	83,15	831,45	2 288 196	559,14	1 525 331
XS2011260705	MRKGR 2,875 25/06/20	28	2 800 000	100,29	100 291,00	2 808 148	90 214,58	2 526 008
XS1972548231	VV 1,50 01/10/24	2 830	2 800 000	104,61	1 046,08	2 960 406	96,90	2 719 349
DE000A30VJZ6	ALVGR 4,252 05/07/62	30	3 000 000	104,69	104 691,00	3 140 730	94 485,88	2 834 576
XS1471646965	EDP 1,125 12/22/24	3 050	3 050 000	98,10	981,00	2 952 050	965,54	3 005 983
XS1955187932	ANNGR 0,75 15/11/24	309	3 090 000	114,13	11 413,00	3 526 617	8 113,39	2 507 038
FR0013518057	SOCGEN 1,25 12/06/30	31	3 100 000	88,70	88 700,00	2 749 700	70 512,21	2 464 878
FR0013393774	RENAUL 2,11/07/24	3 110	3 110 000	105,27	1 052,69	3 273 879	982,82	3 056 583
XS2193983108	VTRS 1,908 23/06/32	3 127	3 127 000	94,97	949,75	2 969 865	774,56	2 422 039
FR0013241361	RENAUL 1,375 08/3/24	3 150	3 150 000	103,20	1 032,01	3 250 833	984,31	3 100 588
XS2033351995	TRNIM 0,125 25/7/25	3 450	3 450 000	99,38	993,78	3 428 524	917,33	3 164 781
DE000A19UR661	ANNGR 0,75 15/11/24	3 770	3 770 000	99,40	3 677,84	3 677 840	909,23	3 604 142
FR0013311503	SOCGEN 1,125 23/1/25	37	3 700 000	104,26	104 260,00	3 857 620	95 737,10	3 542 276
XS1876076040	SABSM 1,625 07/03/24	37	3 700 000	104,49	104 494,48	3 866 296	98 643,62	3 649 814
DE000CZ40MC5	CMZB 1,125 19/09/25	38	3 800 000	103,67	103 670,68	3 939 486	91 452,55	3 475 197
XS2153693103	BATSLN 2,375 7/10/24	3 800	3 800 000	107,56	1 075,60	4 087 280	978,11	3 716 802
XS2176696546	CS 0,45 19/05/25	3 889	3 889 000	99,86	998,59	3 863 526	890,55	3 463 344
FR0013396512	ORAFP 1,125 15/07/24	39	3 900 000	103,41	103 410,64	4 033 015	97 622,97	3 807 296
DE000C80HRC9	CMZB 0,75 24/03/26	39	3 900 000	100,98	100 984,92	3 938 412	91 976,51	3 587 084
XS2199265617	BAYNGR0,375 06/07/24	40	4 000 000	99,74	99 737,16	3 989 487	95 716,90	3 828 676
DE000CZ45VB3	CMZB 0,25 16/09/24	42	4 200 000	100,16	100 162,46	4 206 824	93 877,29	3 942 846
FR0013455813	ENGIFP 0,5 24/10/30	44	4 400 000	92,40	92 399,00	4 065 556	76 796,52	3 379 047
XS2055758904	CABKASM 0,125 09/03/24	44	4 400 000	101,84	101 842,31	4 463 510	95 120,53	4 734 424
XS2174856777	CEPSA 0,75% 12/02/28	45	4 500 000	97,73	97 734,31	4 398 044	80 947,70	3 642 646
XS2193982803	VTRS 1,362 23/06/27	4 738	4 738 000	100,43	1 004,30	4 758 373	877,72	4 158 659
XS2317288301	ADNA 0,375 18/03/30	4 777	4 777 000	98,80	988,00	4 719 676	793,16	3 788 921
DE000A190NE4	DAIGR 1,11/11/25	5 038	5 038 000	100,30	1 003,04	5 053 316	941,89	4 745 228
XS2152602209	VV 3 06/04/25	5 050	5 050 000	109,83	1 098,32	5 546 534	998,90	5 044 454
BE6326794566	CCBGB 0,125 28/02/28	5 67	6 000 000	103,66	6 000,00	6 363 526	89 649,10	6 228 958
XS2178833773	STLA 3,875 05/01/26	6 140	6 140 000	114,87	1 148,70	7 053 018	1 030,32	6 326 136
XS1557096267	DT 0,875 30/1/24	6 459	6 459 000	101,50	1 015,02	6 556 003	985,89	6 367 894
XS2177555062	AMSSM 2,875 20/05/27	65	6 500 000	113,26	113 256,28	7 361 658	97 670,14	6 348 559
XS2028816028	SABSM 0,875 22/07/25	65	6 500 000	100,65	100 645,35	6 541 947	91 593,75	5 953 594
XS1893621026	EDPFL 1,875% 13/10/25	6 525	6 525 000	103,06	1 030,57	6 724 437	954,63	6 228 958
XS2180007491	T 1,6 10/05/21	6 601	6 601 000	107,10	1 071,00	7 069 671	908,90	6 522 983
CH040906354	UBS 1,25 17/04/25	6 636	6 636 000	103,43	1 034,30	6 863 615	970,61	6 440 967
BE6324012978	CCBGB0,375 02/9/25	67	6 700 000	99,86	99 856,06	6 690 490	91 304,32	6 117 389
XS2207976783	UCGIM 2,2 22/07/27	6 712	6 712 000	105,68	1 056,80	7 033 242	917,72	6 159 768
XS1689540935	INTNE 1,625 26/09/29	68	6 800 000	103,37	103 370,00	7 029 160	93 953,85	6 388 862
XS2051494495	BNTE 1,125 12/09/29	6 810	6 810 000	103,70	1 037,00	7 066 737	836,01	5 693 236
XS2150054026	BACR 3,375 02/04/25	6 941	6 941 000	108,87	1 088,73	7 556 891	1 045 886	7 048 389
XS2053052895	EDPFL 0,375 16/09/26	7 030	7 030 000	99,83	998,28	7 017 884	884,11	6 215 288
XS1385395121	EDP 2,375 23/3/23	7 122	7 122 000	102,77	1 027,69	7 319 195	1 017,94	7 249 765
XS2289133915	UCGIM 0,325 19/01/26	7 125	7 125 000	99,28	992,79	7 073 626	892,89	6 361 839
XS2049584084	BAYNGR 0,375 03/09/27	72	7 200 000	98,96	98 960,00	7 125 120	84 023,29	6 049 677
XS1788584321	ELBGR 0,125% 19/04/27	73	7 300 000	103,64	7 300,00	7 273 888	100 202,50	6 574 752
XS1189262866	REN 2,5% 12/2/25	7 501	7 501 000	101,81	1 018,09	7 636 720	991,87	7 440 042
XS1603892149	M 1,875 27/04/27	7 768	7 768 000	109,52	1 095,23	8 507 764	924,79	7 183 777
XS2292954893	GS 0,25 26/01/28	7 872	7 872 000	99,13	991,33	7 803 717	823,73	6 481 559
FR0014001GA9	SOCGEN 0,5 12/06/29	80	8 000 000	99,14	99 137,43	7 930 994	80 821,08	6 465 687
FR0014000LL9	BNP 0,625 03/12/32	82	8 200 000	99,40	99 403,81	8 151 112	70 814,66	5 806 802
XS1222590488	ELBGR 2% 22/4/25	25 317	25 317 000	92,85	25 317,00	23 569 777	977,44	24 745 993
BE0002682632	CCBG 0,125% 28/01/30	9	900 000	80,29	80 288,00	722 592	80 652,75	725 875
BE0002900810	KBCBB 4,375 23/11/27	9	7 000 000	99,77	99 766,00	698 962	101 059,47	701 416
BE6321529396	ELIA 0,875% 28/04/30	7	7 000 000	80,56	80 556,00	653 892	81 342,52	598 398
XS2560422581	BACR 5,262% 29/01/34	255	255 000	100,00	1 000,00	255 000	994,09	253 492
DE000A30LBMV2	MBGR 3% 23/02/27	669	669 000	99,76	667,24	663,89	658 219	658 219
XS2546781555	OPBANKA 1,25% 19/04/27	966	966 000	99,69	996,87	966 000	1 026,54	961 369
FR001400DY43	ORAFP 3,625 16/11/31	3	3 000 000	99,70	99 698,00	299 094	99 561,85	298 686
FR001400DP44	RIFP 3,75% 02/11/32	6	6 000 000	98,53	98 527,00	591 162	100 126,44	600 759
FR001400DT99	SUPF 3,25% 09/11/27	4	4 000 000	99,94	99 941,00	399 764	99 476,92	397 008
FR001400EAY1	BFCM 3,75% 01/02/33	4	4 000 000	99,28	99 280,00	397 120	96 010,77	384 043
FR001400EJ45	ACAF 1,375% 28/07/27	12	1 200 000	99,80	99 796,00	1 167 552	99 377,98	1 180 538
FR001400EY97	BPECEP 4% 29/11/32	4	4 000 000	99,43	99 434,00	397 236	98 465,65	393 863
FR001400E904	RENAU 4,125 01/12/25	888	888 000	99,75	99 748	885 762	996,85	885 206
FR001400DOV0	RIFP 3,25% 02/11/28	10	1 000 000	98,78	98 784,00	98 790	98 799,25	987 992
FR001400CGA2	ACAC 2,125% 07/01/30	8	800 000	96,62	92 620,00	740 960	93 626,92	749 015
FR0013260361	BPECEB 1% 08/06/29	8	800 000	87,30	87 302,00	698 416	87 462,12	699 697
FR0013330115	HOFP 0,875 10/04/24	14	1 400 000	96,58	96 574,00	1 352 134	97 352,00	1 254 871
FR0013358199	ACASCF 0,5% 10/10/25	13	1 300 000	93,02	93 020,00	1 209 260	92 782,70	1 206 175
FR001400D6N0	EDF 4,375 12/10/29	4	4 000 000	99,38	99 381,00	397 524	99 450,89	397 804
FR001400D8K2	DGF 3,375 17/10/32	3	3 000 000	97,80	97 803,00	293 409	97 952,74	293 888
FR001400DZ3	BFCM 4% 21/11/29	3	3 000 000	99,89	99 892,00	299 676	100 899,32	302 428
FR001400DZM5	SOCGEN 4% 16/11/27	12	1 200 000	99,82	99 822,00	1 187 864	100 726,11	1 208 713
FR001400E946	CMARK 4,25% 01/12/32	2	2 000 000	99,19	199 374	1 98 574	99 269,86	1 98 540
FR0014008066	SOCB 0,125% 02/02/29	10	1 000 000	82,89	82 885,00	828 850	82 931,04	829 310
FR0014008076	FLYFP 0,5% 21/04/28	3	3 000 000	79,00	78 996,00	236 988	81 017,32	243 052
FR001400E8G3	SOCGE 4,25% 06/12/30	4	4 000 000	99,53	99 526,00	398 104	96 556,45	386 226
XS2573251170	AXASA 2,125 12/10/30	420	420 000	99,80	99 796	419 143	1 017,70	427 435
DE000A30VJCA4	ANNGR 4,75% 23/05/27	6	600 000	99,85	599 518	599 518	99 430,54	598 583
XS2088226026	DT 1,75% 09/12/49	200	200 000	62,73	62 730	125 460	657,86	131 573
XS2547609433	TALANX 4% 25/10/29	8	800 000	99,67	99 671,00	797 368	100 503,21	804 026
XS2555179378	ADSGR 3,125 21/11/29	2	2 000 000	99,27	198 544	97 836,03	195 672	195 672
XS2560495116	VOD 3,75% 02/12/34	400	400 000	99,57	99 573	398 292	949,94	379 977
XS2560495462	VOD 3,25% 02/03/29	375	375 000	99,74	99 743	374 036	971,98	364 493
XS157693050	AIB 0,875% 04/02/23	400	400 000	99,82	1 098,15	398 260	1 036,80	402 732
XS2107315470	ENIM 0,625% 23/1/30	500	500 000	81,31	81 313	406 565	788,13	394 067
XS2545759099	ISPM 5,25 13/01/30	800	800 000	99,29	992,85	794 280	1 040,45	832 357
DE000A3LGG1	TRAGR 4,125 22/11/25	5	5 000 000	99,78	99 784,00	498 920	99 561,05	497 805
XS2555198089	NESNVX 3,25 15/01/31	700	700 000	99,35	993,45	695 415	990,38	693 269
XS2023651489	NIBCA 0,875 08/07/25	1	100 000	91,60	91 600,00	91 600	91 060,32	91 060
XS102890290	NINRRW 4,5% PERP	800	800 000	97,45	97 450	779 600	992,21	793 767
XS2536941656	ABNANV 4,25 21/02/30	8	800 000	99,96	99 965,00	799 640	99 480,40	795

Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 3.671.896 milhares euros e um total de capital próprio de 106.465 milhares euros, incluindo um resultado líquido de 14.611 milhares euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

**Justo valor de ativos financeiros
(incluindo o reconhecimento de imparidades
quando o justo valor é através de reservas)**Valorização e divulgações relacionadas com o justo valor de ativos financeiros, apresentadas nas notas anexas 2.3, 2.22, 6 e 32 às demonstrações financeiras.

Os ativos financeiros valorizados ao justo valor, apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, no montante total de 3.353.519 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão na demonstração da posição financeira da Entidade, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Entidade.

No respeitante aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, a Entidade determina de acordo com a IFRS 9, o valor da perda por imparidade esperada.

A valorização dos ativos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços.

Neste contexto, alterações nos pressupostos utilizados nas técnicas de mensuração utilizadas pela Entidade podem originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos ativos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade relativas a instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas envolvem um grau de julgamento significativo por parte da gestão da Entidade sobre os resultados futuros, nomeadamente quanto i) à probabilidade de incumprimento, ii) perda esperada de incumprimento e iii) exposição ao incumprimento. A perda esperada tem em consideração a taxa de desconto, a qual incorpora as perspetivas de mercado.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à valorização dos ativos financeiros;
- A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de ativos financeiros;
- A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Entidade, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos;
- Para posições menos líquidas, a revisão, em base de amostragem, dos principais pressupostos adotados para a valorização adotada;
- A realização de testes para avaliar a razoabilidade das perdas por imparidade esperada; e
- A análise da reconciliação do inventário de ativos financeiros com os registos contabilísticos.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos ativos financeiros valorizados ao justo valor constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas

Mensuração e divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas, apresentadas nas notas anexas 2.6, 2.8, 2.22, 11 e 12 às demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 a provisão matemática do ramo vida apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 589.576 milhares de euros, a provisão para compromissos de taxa do ramo vida ascende a 6.918 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento estão registados pelo montante de 2.832.976 milhares de euros, tendo uma significativa expressão na demonstração da posição financeira da Entidade.

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Estes cash flows incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas, comissões a pagar e rendimentos dos instrumentos financeiros afetos a contratos de seguro.

Estas avaliações envolvem julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como taxas de desconto, taxas de resgates e taxas de reinvestimento. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pela Entidade para os contratos comercializados, pelo facto de não existir uma correspondência direta entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos.

Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros;
- A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados ao reconhecimento da provisão matemática, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;
- A identificação e revisão dos principais pressupostos utilizados pela Entidade na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros; e
- A realização de um conjunto de testes independentes para as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pela Entidade.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações relativamente à provisão matemática, à provisão para compromissos de taxa e aos referidos passivos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um período compreendido entre 2016 e 2017, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 20 de dezembro de 2021, para o mandato compreendido entre 2021 e 2023.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

30 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Fernando Manuel Miguel Henriques, ROC n.º 904
Registado na CMVM com o n.º 20160523

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL
Exercício de 2022

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2022, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros Vida, SA (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no artº 420, nº 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As nove reuniões que o Conselho Fiscal realizou em 2022 e 2023 sobre a atividade e contas da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo algumas delas contado com a presença de membros da Administração, do responsável da Auditoria Interna, do Diretor do Departamento Financeiro, do Diretor do Departamento de Controlo de Gestão, Gestão de Riscos, Atuarial e Controlo Interno, do Diretor do Departamento de Produtos de Aforro e Investimentos, do Diretor do Departamento de Resseguro, de Solvência e Capital, da Diretora do Departamento de Cumprimento e Conduta e de representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos de análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão, as contas do exercício de 2022 e a proposta de aplicação de resultados a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

Em acréscimo, o Conselho Fiscal esteve presente em reuniões adicionais do Conselho de Administração, sempre que as respetivas ordens de trabalho incluíram pontos de especial interesse, no âmbito das competências do órgão de fiscalização, relativos ao desenvolvimento e monitorização da atividade da Companhia no exercício de 2022.

De igual forma e ao longo do ano 2022, o Conselho Fiscal acompanhou diversas reuniões de alguns dos comités interdisciplinares de seguimento existentes na Companhia, com especial destaque para os Comitês de Riscos, de Compliance, de Controlo Interno e de Investimentos.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2022, várias atividades de acompanhamento e verificação de aspetos críticos na atuação da Companhia, das quais se destacam as que de seguida se apresentam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das atas das reuniões do Conselho de Administração, da informação trimestral sobre a atividade e resultados, da análise das respetivas demonstrações financeiras e de outra documentação relevante, nomeadamente a de suporte aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação da Companhia. Neste âmbito, foi prestada especial atenção aos relatórios e atas dos comités de risco, de compliance e de controlo interno, não obstante a análise adicional realizada aos relatórios e atas de outros comités de seguimento e controlo da atividade, como sejam os comités de investimentos, de aprovação de produtos e de qualidade. Foram ainda mantidos contactos com a Administração e outros responsáveis da Companhia, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.

Considerando a comunicação enviada à Companhia pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em Julho de 2022, na qual se solicitava que o exercício ORSA relativo ao ano de 2022 já incluísse um plano de negócios baseado na informação financeira assente na aplicação plena das Normas IFRS9 e IFRS17, considerando ainda que a implementação da nova Norma IFRS17 ocorreu ao longo de todo o ano de 2022, a Administração da Companhia solicitou e obteve, junto da ASF, a autorização de adiamento da entrega do correspondente relatório ORSA para o dia 10 de Abril de 2023. Em conformidade, à data de elaboração do presente Relatório Anual, o Conselho Fiscal não teve ainda a oportunidade de analisar o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à adequabilidade da política de gestão de capital e ao exercício de autoavaliação prospetiva de riscos, consubstanciado no relatório ORSA referido. Não obstante, o Conselho Fiscal esteve presente na reunião do Conselho de Administração na qual se discutiu e deliberou sobre os cenários de stress a utilizar no exercício ORSA relativo ao ano de 2022, considerando os mesmos como adequados aos objetivos propostos.

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, bem como das instruções emanadas pela ASF, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão e as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022, bem como os anexos e notas explicativas das mesmas, pelo que o Conselho Fiscal entende que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia.

O Conselho Fiscal, nos termos da legislação aplicável e para efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea e) do nº 3 do artigo 3º da Lei nº 148/2015 de 9 de setembro, procedeu à análise da proposta de prestação de serviços profissionais distintos da auditoria, que não os serviços distintos da auditoria proibidos a que se referem os números 1 e 2 do artigo

5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, a prestar pelo Revisor Oficial de Contas, tendo emitido o correspondente parecer.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas relativas ao exercício de 2022, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência. Foram ainda apreciados o Relatório Adicional ao Conselho Fiscal e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho Fiscal.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho Fiscal não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Companhia.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2022, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2022;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 30 de março de 2023

O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **AFONSO PEREIRA BARBOSA**
Num. de Identificação: 07813747
Data: 2023.03.30 13:07:28+01'00'

Afonso Pereira Barbosa (Presidente)

Assinado por: **Jorge Filipe Alves Gaspar**
Num. de Identificação: 08277360
Data: 2023.03.30 14:55:12+01'00'



Jorge Filipe Alves Gaspar (Vogal)

Assinado por: **José António Nogueira Veloso**
Num. de Identificação: 06464500
Data: 2023.03.30 13:45:34+01'00'

José António Nogueira Veloso (Vogal)

Relatório de Governo Societário

I - Introdução

Com o presente Relatório de Governo Societário, relativo ao exercício de 2022, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. dá cumprimento ao dever de prestar informação anual sobre a estrutura e as práticas de governo societário em conformidade com o artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

II – Estrutura Acionista

O capital social da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, SA (doravante “STS” ou “Companhia”), no montante de 47.250.000,00 Euros, é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA.

A Santander Totta SGPS, SA é detida diretamente pelo Banco Santander SA em Espanha, mantendo-se a participação qualificada indiretamente detida pelo Banco Santander SA na Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, SA.

As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, conseqüentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das ações nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.

Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única acionista, inexistem, conseqüentemente quaisquer acordos parassociais.

Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista da Santander Totta Seguros ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

A indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e fiscalização está no capítulo “Informação Complementar” do relatório de gestão.

III – Órgãos Sociais

A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto no artigo 413º, nº 1 alínea b) e nº 2 do CSC.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, bem como o Revisor Oficial de Contas, são designados pela Assembleia Geral e os seus mandatos têm a duração de três anos, sendo permitida a sua reeleição por uma ou mais vezes.

Existe ainda uma Comissão de Vencimentos, designada pela Assembleia Geral, a quem compete fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais. Os membros da Comissão de Vencimentos são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da sociedade cabendo-lhe, nos mais amplos termos da lei, deliberar sobre quaisquer assuntos e praticar todos os atos relativos à mesma. Nos termos do n.º 1 do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais atribuições, que lhe conferem a lei e o presente contrato:

- a) Gerir todos os negócios sociais e efetivar todas as operações relativas ao objeto social observando as normas prudenciais, as diretrizes emanadas das entidades de supervisão e as regras de conduta das empresas de seguros;
- b) Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer ações, transigir e desistir das mesmas e comprometer-se em arbitragens, podendo delegar estes poderes num só mandatário;
- c) Aprovar o orçamento e plano da empresa e apresentar à Assembleia Geral o relatório de gestão e as contas nos termos em que forem exigidos por lei;
- d) Adquirir, alienar e onerar ou locar quaisquer bens imóveis ou móveis, incluindo ações, quinhões, quotas, obrigações e quaisquer outros instrumentos de aplicação financeira;

Nos termos do n.º 2 do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, as deliberações que versem sobre as seguintes matérias só poderão ser validamente tomadas se forem votadas por administradores que representem, pelo menos três quartos dos membros do Conselho de Administração:

- a) Deliberar que a Sociedade se associe com outras pessoas, nos termos do artigo quarto destes Estatutos;
- b) Designar quaisquer outras pessoas, individuais ou coletivas, para o exercício de cargos sociais noutras empresas ou para representar a sociedade na celebração de determinados atos ou contratos.

Nos termos do n.º 3 do artigo 14º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração poderá delegar num ou mais administradores ou numa comissão executiva, formada por dois a cinco administradores, a gestão corrente da sociedade.

Nos termos dos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto de três a sete membros eleitos em Assembleia Geral.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias. Os membros do órgão de administração e fiscalização submetem-se em permanência aos requisitos de adequação, idoneidade, aptidão, experiência, disponibilidade, independência e qualificações profissionais para o exercício do cargo que forem definidos pelas normas aplicáveis.

A 31.12.2022¹ a composição dos órgãos sociais da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. era a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL (triénio 2022-2024)

Presidente: António Maria Pinto Leite

Secretário: Secretário da Sociedade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (triénio 2022-2024)

Presidente: Inês Oom Ferreira de Sousa (funções não executivas)

Vogal: Armindo Alberto Bordalo Escalda (funções não executivas)

Vogal: Francisco del Cura Ayuso (funções não executivas)

Vogal: Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins (com funções executivas)

Vogal: Manuela Vieira Marinho (com funções executivas)

Vogal: Paulo Alexandre Timóteo Dias (com funções executivas)

CONSELHO FISCAL (triénio 2021-2023)

Presidente: Afonso Pereira Barbosa

Vogais: José António Nogueira Veloso

Jorge Filipe Alves Gaspar

Suplente: José Duarte Assunção Dias²

REVISOR OFICIAL DE CONTAS (triénio 2021-2023)

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, LDA., representada por Fernando Manuel Miguel Henriques.

COMISSÃO DE VENCIMENTOS (triénio 2022-2024)

Presidente: Manuel António Amaral Franco Preto

Vogais: Sara Eusébio da Fonseca

Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE (triénio 2022-2024)

Cristina Isabel Cristovam Braz Vaz Serra³

¹ A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Comissão de Vencimentos foram eleitos em junho de 2022, para o mandato 2022-2024, pelo acionista único Santander Totta SGPS, mediante deliberação unânime por escrito, salvo a Vogal do Conselho de Administração Isadora Correia Ribeiro Vicente Martins, a qual foi eleita em novembro de 2022, mediante deliberação unânime por escrito do acionista único Santander Totta SGPS

² O suplente do Conselho Fiscal foi eleito em junho de 2022, pelo acionista único Santander Totta SGPS, mediante deliberação unânime por escrito, para o mandato 2021-2023

³ O secretário da sociedade foi eleito pelo Conselho de Administração da Santander Totta Seguros, em reunião de dezembro de 2022

IV - Principais áreas organizacionais da Sociedade:

- **Departamento de Produtos de Aforro e Investimentos:** estrutura os produtos financeiros de Seguros, em estreita ligação com as áreas relevantes do Mediador, assegurando o processo de aprovação junto das áreas internas e autoridades competentes, garantindo o cumprimento de regras internas e regulamentares instituídas; Assegura a dinamização comercial dos produtos em coordenação com o Mediador Único. Assegura o acompanhamento de gestão de carteiras com a Santander Asset Management. Assegura ainda a criação, a conceção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Sociedade; calcula as provisões técnicas e tarifas de acordo com as regras de prudência definidas pela Sociedade; elabora e controla as bases técnicas dos produtos comercializados pela Sociedade e assegura a prestação de contas com os Resseguradores, de acordo com o estipulado nos tratados de resseguro. Na área Operacional é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise de risco, gestão de carteira e tratamento de sinistros, ou seja, é efetuada toda a atividade operativa desenvolvida na Sociedade.
- **Departamento Financeiro:** assegura a fiabilidade da informação contabilística, a elaboração das demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos, fiscais e os reportes às entidades reguladoras. Assegura os Pagamentos aos Fornecedores e aos clientes bem como a gestão de cobranças.
- **Departamento de Resseguro, de Solvência e Capital:** assegura a elaboração e implementação de um modelo de quantificação das necessidades de capital, de acordo com as regras de Solvência II e em coordenação com a Área de Riscos; Apura e reporta trimestralmente o requisito de capital ("SCR") da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor; Elabora a estimativa dos fluxos futuros das responsabilidades (*Cash flows*), nos produtos de taxa garantida, utilizados na análise ALM - *Asset-Liability Management*; Coordena e acompanha a operação Sella; Assegura a implementação e seguimento da Política de Qualidade de Dados.
- **Departamento de Controlo de Gestão, Gestão de Riscos, Atuarial e Controlo Interno:** assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental. Promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios regulamentares definidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em coordenação com a área corporativa de Riscos. Validação do cálculo do Rácio de Solvência, necessidades de capital e requisito de capital ("SCR") da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor. Elaboração e reporte à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões da informação qualitativa prevista em Solvência II. Assegurar as validações e reportes previstos na legislação em vigor para a Função Atuarial. Assegurar a atualização permanente e a certificação do Modelo de Controlo Interno de acordo com as orientações do Grupo Santander, a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com a

análise das incidências detetadas e seguimento dos planos de ação definidos para a resolução das mesmas.

- **Departamento de Cumprimento e Conduta (nova denominação ocorrida em 2022):** promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervém nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações e de Contencioso da Sociedade. Assegura, em apoio ao *Chief Compliance Officer da Companhia*, os processos de *Compliance* localmente, incluindo a existência e atualização de uma base de dados de normativos internos e externos, e assegura a atempada informação de todas as alterações ocorridas. Assegura, ainda, em apoio ao *Data Protection Officer* da Companhia, os processos relacionados com a segurança e proteção de dados. Elabora normas de Conduta e assegura a divulgação das que, com origem no exterior, sejam vinculativas para a Sociedade. Assegura o cumprimento do modelo instituído de Prevenção de Branqueamento de Capitais, em estreita colaboração com o Departamento de Prevenção ao Branqueamento de Capitais do Banco Santander Totta (agente exclusivo de seguros da Companhia). Este departamento é ainda responsável pela assessoria jurídica geral e de Governo da Sociedade. Na área Operacional (Vida Risco) é assegurado o adequado processamento das operações de seguros de Vida Risco, nas vertentes de subscrição, análise de risco, gestão de carteira e tratamento de Sinistros.

V - Modelo global de governo da sociedade

Conforme acima mencionado, o Conselho de Administração é o órgão de gestão da sociedade cabendo-lhe, nos mais amplos termos da lei, deliberar sobre quaisquer assuntos e praticar todos os atos relativos à mesma.

A STS possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade. Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a atividade da Companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções mais relevantes:

- **Comité de Compliance:** procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. assegura o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efetivação das recomendações que daí sejam provenientes.

- **Comité de Riscos:** procede ao seguimento e fiscalização das políticas de Gestão de Riscos cumprindo-lhe, no exercício das suas competências, atuar em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis e com as regras, princípios e objetivos fixados pelo Conselho de Administração.
- **Comité de Controlo Interno:** monitoriza o cumprimento do normativo interno e externo. Identifica falhas no modelo de controlo e propõe ações corretivas promovendo um ambiente de controlo e cumprimento, acompanhando a implementação das recomendações da Auditoria Interna.
- **Comité de Investimentos:** monitoriza a gestão das carteiras de investimento em função da estratégia de alocação de ativos definida, limites e política de investimentos. Promove a otimização da gestão financeira e da rentabilidade dos capitais próprios.
- **Comité de Aprovação de Produtos:** aprova produtos, verificando a adequação das orientações corporativas do Grupo Santander e assegurando que os produtos aprovados cumprem integralmente as exigências legais e regulatórias aplicáveis e reúnem todas as condições para poderem ser adequadamente tratados, em todos os aspetos que envolvam as diversas fases relevantes: pré-comercialização, aprovação, comercialização e seguimento.
- **Comité de Qualidade:** análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identifica pontos de melhoria, dinamizando eventuais Projetos de Melhoria de Qualidade, promovendo o seu seguimento. Acompanha todos os temas relacionados com a gestão das reclamações dos clientes.

A informação relativa ao sistema de governação da Companhia, cumprindo com o disposto na Lei 147/2015 de 9 de setembro, no Regulamento Delegado (UE) nº 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014 e na NR 4/2022-R, de 31 de maio da ASF, é apresentada no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira.

VI – Descrição da Política de remunerações dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização para 2022

A Comissão de Vencimentos submeteu ao acionista único, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização, tendo sido aprovada por deliberação unânime por escrito do acionista em 24 de junho de 2022. “Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para o mandato de 2019-2021 por Deliberação Unânime por escrito datada de 26-03-2019, tendo atualmente a seguinte composição:

Presidente: Manuel António Amaral Franco Preto

Vogais: Sara Eusébio da Fonseca

Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

Nos termos e para os efeitos do disposto na Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da ASF é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade a vigorar durante esse ano.

A política remuneratória da Sociedade enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

O Grupo Santander aprovou uma política de remunerações (a «Política»), dirigida a todos os seus colaboradores, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis (a tradução não oficial para língua portuguesa da Política na sua versão em vigor constitui o Anexo 1 desta Declaração, que da mesma faz parte para todos os efeitos).

Nos termos da Política, o Grupo Santander adota práticas remuneratórias consistentes que cumprem com os normativos aplicáveis nas jurisdições onde desenvolve a sua atividade.

A retribuição é definida para promover uma cultura de elevado desempenho, na qual as pessoas são premiadas e reconhecidas pelo seu desempenho, competência e pelo impacto que têm no sucesso do Grupo e/ ou das suas filiais.

As práticas remuneratórias do Grupo Santander devem estar sempre alinhadas com os interesses dos seus acionistas, colaboradores, clientes e da sociedade e, em particular, promover as boas práticas. O Grupo assegura, também, que as políticas de retribuição sejam compatíveis com uma

gestão adequada e eficaz de riscos e não atribuirá incentivos que contribuam para exceder o nível de risco tolerado ou que coloquem em perigo ou que limitem a capacidade do Grupo para manter uma base sólida de capital.

A presente Declaração informa acerca do cumprimento pela Política dos diversos requisitos colocados pelo direito português, propondo aos acionistas da sociedade a sua aprovação formal.

I. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera. Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;
- incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de ações indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao acionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- f) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- g) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas;
- h) Integração de riscos em matéria de sustentabilidade na atividade da empresa nas suas múltiplas dimensões, em alinhamento com as regras estabelecidas no Regulamento (UE) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, o qual estabelece regras harmonizadas de transparência aplicáveis aos intervenientes no mercado financeiro no que se refere à integração, na sua atividade, dos riscos em matéria de sustentabilidade e à prestação de informações relacionadas com a sustentabilidade em relação a produtos financeiros, considerando-se “riscos em matéria de sustentabilidade”, os acontecimentos ou condições de natureza ambiental, social ou de governação (“ESG – Environmental, Social and Governance aspects”), cuja ocorrência é suscetível de provocar um impacto negativo significativo efetivo ou potencial no valor do investimento.

III. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos administradores executivos. Tal avaliação é realizada:
 - (i) Anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração, relativamente aos restantes administradores executivos;
 - (ii) Anualmente, por Administrador da Santander Totta SGPS, relativamente ao Presidente do Conselho de Administração.
- c) Os administradores não executivos que, todavia, exerçam funções de Direção em outras entidades do Grupo, podem ter ou não uma remuneração pelo exercício daquele cargo na Santander Totta Seguros.
- d) Os membros não executivos do órgão de administração e os membros do órgão de fiscalização apenas auferem Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- e) Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornarem de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos administradores é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2022, uma parcela inferior a 33% da Remuneração Total Anual.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração dos membros do Conselho de Administração que tenham funções executivas (administradores executivos) comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) Não pode ser concedida remuneração variável garantida, exceto aquando da contratação de novos colaboradores, apenas no primeiro ano de atividade;
- c) Tendo presente o definido no ponto III, alínea e), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- d) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- e) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- f) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos;
- g) A fixação do valor da remuneração variável terá em consideração um conjunto de parâmetros em matéria de sustentabilidade aplicáveis no médio e longo prazo, de acordo com as políticas de integração dos riscos em matéria de sustentabilidade implementadas pela Empresa, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da sociedade e do setor financeiro em particular.

2.1.1. Determinação da Remuneração Variável

A remuneração variável dos administradores executivos é determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos objetivos estabelecidos, sendo fixado para cada membro um valor de referência para cada exercício.

O valor final do prémio de desempenho e inerente remuneração variável será determinado no início do exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre a base de valor de referência e em função do cumprimento efetivo dos objetivos estabelecidos no enquadramento da *pool* disponível para o efeito, nos termos definidos na Política, constante no Anexo 1, designadamente na sua secção 5.4.

Os objetivos gerais para o ano de 2022 são os que constam do Anexo 2, que fazem parte da Declaração para todos os efeitos.

O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável dos membros executivos do órgão de administração e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

2.1.2. Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

- a) A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em instrumentos financeiros (preferencialmente ações ou opções sobre ações do Banco Santander, ou instrumentos financeiros equivalentes ou instrumentos relacionados ou convertíveis em ações, tais como *American Depositary Receipts* (ADRs), sendo parte paga em 2023 e parte diferida em quatro anos, observados os seguintes parâmetros:
 - a. 60%, (ou o que for definido de acordo com a situação aplicável) dessa remuneração será paga em 2023, em dinheiro e em instrumentos financeiros;
 - b. O remanescente será pago anualmente, em quatro partes iguais, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas. A Sociedade reserva-se, todavia (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo), a possibilidade de não aplicar tal diferimento a quem seja concedida uma compensação variável anual que não exceda um total de cinquenta mil (50.000) Euros brutos e que não represente mais de um terço da sua remuneração anual total, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável.
- b) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção, durante um ano.
- c) O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de deferimento e os mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (*claw-back*) em vigor na Política a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes (nomeadamente tendo em conta decisões com impacto negativo em matérias de sustentabilidade). A faculdade de reduzir (*malus*), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (*claw-back*), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos identificados.

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Da remuneração variável de 2018, foi pago o último terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2019, encontra-se por pagar um terço da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2020, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida

Da remuneração variável de 2021, foi paga em 2022 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

3. Benefícios

Os administradores executivos com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficiam de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Santander Totta Seguros

Em 2021 não foram pagas aos Administradores não executivos quaisquer remunerações ou quaisquer outros benefícios pelo exercício das suas funções, sendo remunerados apenas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade, situação que se espera manter em 2022.

IV. Aspetos complementares

Não foi posta em prática em 2021 nem se prevê para 2022, a atribuição de planos de opções, exceto no que está previsto no ponto 2.1.2 supra relativamente ao pagamento em instrumentos financeiros.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2021, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer 2022.

V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com o regime previsto no RJASR aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro e Orientações da EIOPA relativas ao sistema de governação, e ainda, com o Regulamento (UE) n.º 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

Esta política foi revista à luz das Orientações relativas ao sistema de governação, emanadas pela EIOPA – *European Insurance and Occupational Pensions Authority*, dirigidas às autoridades de supervisão nacionais sobre o procedimento a adotar na fase de preparação com vista à aplicação da Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e de resseguros e ao seu exercício (adiante Solvência II), transposta no ordenamento jurídico nacional pela Lei n.º 147/2015 de 9 de Setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora. Nessa medida, detalha-se que os acordos relativos às remunerações celebrados com os prestadores de serviços não incentivam a assunção de riscos excessivos face à estratégia de gestão de riscos da empresa, tendo-se acrescentado este requisito ainda da Política de subcontratação em vigor na Sociedade.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta

contextualização, a adoção das demais recomendações da Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Santander Totta Seguros em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da administração e fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das diretrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

VI. Outros aspetos

A Política dirigida a todos os seus colaboradores, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis (na sua versão em vigor e que constitui o Anexo 1 desta Declaração, que da mesma faz parte para todos os efeitos), foi aprovada pelo Grupo Santander, adotando um conjunto de orientações nacionais e internacionais sobre a matéria, e tem vindo a ser sucessivamente atualizada conforme quadro integrante da mesma. A Comissão de Vencimentos da Santander Totta Seguros é composta desde Março de 2019 por Manuel António Amaral Franco Preto (Presidente), Sara Eusébio da Fonseca e Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos (Vogais), sendo a totalidade dos seus membros pessoas com independência funcional do órgão de administração da Seguradora, com capacidade técnica adequada na definição e na formulação de juízos informados e independentes sobre a política e práticas de remuneração, bem como sobre os incentivos criados para efeitos de gestão de riscos, de capital e de liquidez, além de que a maioria dos seus membros são pessoas da área de recursos humanos.

Lisboa, 16 maio de 2022”

A Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e Fiscalização encontra-se disponível no site <https://www.santandertottaseguros.pt/sobre-nos/informacao-legal/>

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta no Anexo às Demonstrações Financeiras.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO PARA 2023

A política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., para o ano de 2023, será objeto de aprovação anual, pelo acionista único da Companhia, em cumprimento da regulação aplicável.

VII – Descrição da Política de Remunerações dos Responsáveis das Funções-Chave para 2022

O Conselho de Administração aprovou por unanimidade, em reunião de 20 de maio de 2022, a seguinte política:

“POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS RESPONSÁVEIS DAS FUNÇÕES-CHAVE DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

2022

Nos termos e para os efeitos do disposto na Norma Regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) n.º 5/2010-R, de 1 de abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da ASF o Conselho de Administração deve aprovar, anualmente, a política de remuneração dos responsáveis das funções-chave da Sociedade.

São considerados responsáveis pelas funções-chave da Sociedade, as pessoas que exercem a Função Atuarial, de Gestão de Riscos, de Controlo de Cumprimento (*Compliance Officer*) e Auditoria Interna.

Na Santander Totta Seguros, a designação dos responsáveis das funções de controlo é pessoal e nominativa com a assunção das inerentes competências.

Não obstante, os responsáveis designados pela Sociedade possam acumular o exercício de análogas funções em outras sociedades do Grupo, esse exercício, sendo transversal, desenvolve-se com total autonomia e independência.

A política remuneratória da Santander Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

O Grupo Santander aprovou uma política de remunerações (a «Política»), dirigida a todos os seus colaboradores, e que estabelece os princípios fundamentais referentes ao pagamento de remunerações, fixas ou variáveis (a tradução não oficial para língua portuguesa da Política na sua versão em vigor é o Anexo 1 da Declaração, que da mesma faz parte para todos os efeitos).

I. Política do Grupo Santander

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do

negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções-chave na organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, e no caso concreto os responsáveis das funções-chave da Sociedade, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração deste grupo de trabalhadores tem os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;

O Grupo, prosseguindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhamento com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficazes para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;

- e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector;
- f) Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta, nos termos da Circular 6/2010 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- g) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
- h) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

III. Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares de funções-chave enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Das referidas diretrizes decorre nomeadamente a forma como se processa a avaliação de desempenho dos titulares de funções-chave, a realizar anualmente, pelos respetivos superiores hierárquicos. Sempre que estejam sujeitos a obrigação de duplo reporte, a avaliação é também feita por responsável do Grupo pela área em causa;
- c) Tendo em consideração o definido no Grupo, para as funções de controlo o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 100%;
- d) Os responsáveis pelas funções de Cumprimento (*Compliance Officer*) e Auditoria Interna, dado exercerem funções transversalmente no Grupo Santander, auferem remunerações pagas por outra entidade do Grupo e não são remunerados pela Sociedade, aplicando-se a presente política às restantes funções-chave;

1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos responsáveis por funções-chave é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos responsáveis por funções-chave tem os limites que forem fixados, não devendo representar, em 2022, uma parcela inferior a 70% da Remuneração Total Anual.

2. Remuneração Variável

- a) A remuneração das funções-chave comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) A remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- c) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- d) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- e) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

2.1.1. Determinação da Remuneração Variável

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- b) O valor final do prémio de desempenho será determinado no início de cada exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre uma base de valor de referência e em função do cumprimento dos objetivos descritos no Anexo 2;
- c) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40% do seu valor; reservando-se a Sociedade (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo) a possibilidade de não aplicar tal diferimento quando o valor da remuneração variável total não seja superior a 50.000 euros e que não represente mais de um terço da sua

remuneração anual total e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável;

- d) Metade do montante do diferimento é devido em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em quatro, durante os quatro anos subsequentes.

2.1.2. Composição e regulamentação da remuneração variável

A parte variável da remuneração encontra-se sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo.

- a) A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em instrumentos financeiros (preferencialmente ações ou opções sobre ações do Banco Santander, ou instrumentos financeiros equivalentes ou instrumentos relacionados ou convertíveis em ações, tais como *American Depositary Receipts* (ADRs), sendo parte paga em 2023 e parte diferida em quatro anos, observados os seguintes parâmetros:
 - a. 60% (ou o que for definido de acordo com a situação aplicável) dessa remuneração será paga em 2023, em dinheiro e em instrumentos financeiros;
 - b. O remanescente será pago anualmente, em quatro partes iguais, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas. A Sociedade reserva-se, todavia (através dos seus órgãos competentes e numa lógica de congruência dentro do Grupo), a possibilidade de não aplicar tal diferimento a quem seja concedida uma compensação variável anual que não exceda um total de cinquenta mil (50.000) Euros brutos e que não represente mais de um terço da sua remuneração anual total, e desde que tal possibilidade não esteja impedida por determinação legal ou regulamentar aplicável;
- b) As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam sujeitas a condição de manutenção, durante um ano;
- c) O pagamento da remuneração variável respeitará as regras de deferimento e os mecanismos de redução (*malus*) ou reversão (*claw-back*) em vigor na Política, a fim de cumprir com os requisitos legais e regulamentares, bem como observar as recomendações e orientações emitidas pelas entidades de supervisão competentes. A faculdade de reduzir (*malus*), total ou parcialmente, o pagamento de remuneração diferida e cujo pagamento não seja ainda um direito adquirido, bem como de reter no todo ou em parte remuneração variável cujo pagamento constitua um direito adquirido (*claw-back*), fica limitada a eventos extremamente significativos, devidamente identificados, nas quais as pessoas abrangidas tenham tido uma participação direta nos acontecimentos identificados.

2.2. Identificação da parcela diferida e da já paga

Relativamente aos Titulares das funções chave com vínculo laboral à Sociedade não se encontram por pagar parcelas diferidas, uma vez que a remuneração variável foi inferior a 50.000 euros, e por isso não sujeita a diferimento.

IV. Aspetos complementares

Não se prevê para 2022, a atribuição de planos de opções, exceto no que está previsto no ponto 2.1.2 supra, relativamente ao pagamento em instrumentos financeiros.

Não é previsível que durante o ano de 2022 venham a ser pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão de funções-chave.

V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

A política de remuneração dos titulares de funções-chave da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular nº 6/2010, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total destes titulares, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção das recomendações constantes do Capítulo V da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria.

Lisboa, 20 de maio de 2022"

A Política de Remuneração dos Responsáveis das Funções Chave encontra-se disponível no site http://pensoes.santandertottaseguros.pt/wp-content/uploads/2022/09/Politica_de_Remuneracoes_Funcoes-Chave-202-2-1.pdf

Nota: A Companhia não adotou a constituição do Comité de Remunerações, obrigatório no caso de empresas de seguros e de resseguros com, pelo menos, 50 trabalhadores, dispondo, como anteriormente referido, da Comissão de Vencimentos designada pela Assembleia Geral, a quem compete fixar as remunerações dos membros dos órgãos sociais. Os membros da Comissão de Vencimentos são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO:

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento do disposto no artigo 275.º do Regulamento Delegado 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014 e na Norma n.º 4/2022-R, de 31 de maio da ASF, capítulo IX, da ASF, em matéria de política de remuneração: Cumpre na globalidade.

VIII – Descrição da Política Interna de Seleção e Avaliação

O acionista único deliberou unanimemente por escrito, em 24 de junho de 2022, a aprovação da Política de Seleção e Avaliação da Companhia a qual tem por objeto o estabelecimento dos procedimentos de seleção e avaliação da idoneidade, qualificação profissional e experiência, independência e disponibilidade (em conjunto, a «Adequação») dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização e dos demais responsáveis das funções-chave, dos Diretores de Topo e de outros elementos relevantes do pessoal não sujeitos aos requisitos previstos no n.º 3 do artigo 65º do RJSAR, tal como estes são definidos na legislação aplicável e tendo em consideração a política da mesma natureza aplicada no GrupoSantander.

Nos termos da regulação aplicável, a Política contém a identificação dos responsáveis pela avaliação da adequação, os procedimentos de avaliação adotados, os requisitos de adequação exigidos.